



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 64

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 17 de julho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Bruno Belo*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se a Agenda da Reunião com o [debate de urgência sobre “Educação e reivindicações dos docentes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Depois da apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares, intervieram no debate as Sras. Deputadas Maria João Carreiro (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CSD-PP*), Sónia Nicolau (*PS*), Susana Costa (*PS*), Graça Silva (*PS*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Jorge (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

De seguida, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 60/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a](#)

[ligação entre a freguesia de Furnas e a vila da Povoação](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, participaram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Paulo Ávila (*PS*), António Almeida (*PSD*), João Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*) e Paulo Mendes (*BE*).

Posteriormente foi aprovada por unanimidade a [Proposta de Resolução n.º 9/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018”](#), apresentada pela Mesa da Assembleia.

Prosseguiu-se os trabalhos com o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XI – “Regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Ferreira (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*) e as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Mónica Rocha (*PS*) e Renata Correia Botelho (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos é o **Debate de urgência sobre “Educação e reivindicações dos docentes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos foram definidos como é habitual pela Conferência de Líderes e estão assim distribuídos: o requerente, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS, 15 minutos; e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, açorianos e açorianas:

A nossa Região vive desde o dia 4 de junho, portanto, há quase mês e meio, uma situação invulgar inaugural de mobilização, de unidade e de persistência na luta de uma classe de trabalhadores. Refiro-me, obviamente, à greve dos professores e educadores de infância na nossa Região.

Face a este processo de luta o Governo Regional tem optado por ser surdo e mudo e isto apesar do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura ter afirmado muito recentemente que as reivindicações dos professores e educadores têm justeza e razão de ser, e porquê?

Porque é absolutamente inegável que os professores e educadores, à semelhança de outros funcionários públicos, têm direito à recuperação do tempo de serviço prestado, mas congelado, entre o dia 1 de janeiro 2011 e 31 de dezembro de 2017. Têm este direito no continente, têm este direito na Madeira e têm este direito nos Açores.

Ora, na Região Autónoma da Madeira este direito, o qual de facto ninguém põe em causa, será efetivado na medida em que esta Região já decidiu ressarcir os professores de todo o tempo de serviço congelado (9 anos, 4 meses e 2 dias) entre 2019 e 2025, à média anual de 545 dias.

No continente a história é bem diferente e muito pouco dignificante, importa dizê-lo desde já. Começemos pelo princípio.

O Orçamento de Estado para 2018, no seu art. 19.º sob a epígrafe “Tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais” (estamos a falar de militares, polícias, magistrados, médicos, enfermeiros e professores) diz o seguinte: “A expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras em que a progressão e mudança de posição remuneratória

dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis.”

Estávamos então em novembro de 2017, um mês depois, a 15 de dezembro, foi aprovada na Assembleia da República por maioria com a abstenção do PSD e do CDS uma resolução que sob a epígrafe “Recomenda ao Governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira” diz o seguinte: “A Assembleia da República recomenda ao Governo que em diálogo com os sindicatos garanta que nas carreiras cuja progressão depende também do tempo de serviço prestado, seja contado todo esse tempo para efeitos de progressão na carreira e da correspondente valorização remuneratória.”

Acontece que após estes compromissos escritos de conteúdos cristalinos como a água, o Governo da República entrou numa espiral de contradições e começou a dar o dito por não dito, ou porque o custo de 600 milhões de euros para o descongelamento do tempo de serviço dos professores do continente era insuportável em termos orçamentais, ou porque tendo-se enganado nas contas afinal seriam 400 milhões de euros, este montante continuava a ser exorbitante, ou porque ao decidir o lançamento da empreitada de requalificação da autoestrada IP3 o Governo estava a decidir não fazer evoluções nas carreiras ou vencimentos, deixando bem claro que o não reconhecimento de todo o tempo de serviço prestado pelos professores não é uma questão de dinheiro, mas sim uma questão de prioridades (primeiro, as autoestradas; depois, a educação), ou porque é necessário constituir uma comissão com representantes do Governo e dos sindicatos para estudar os impactos orçamentais da contabilização do tempo serviço dos docentes de modo a perceber o custo que teria cada um dos cenários em cima da mesa (sim, porque agora, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, há mais do que um cenário em cima da mesa à

revelia do Orçamento de Estado para 2018 e da recomendação da Assembleia da República) e um dos cenários é até a possibilidade dos professores não terem nenhum tempo de serviço contado, porque a chantagem parece que também faz parte da política. Estes dois cenários em cima da mesa seriam: ou a contabilização integral de mais nove anos (exigência justa dos professores), ou a contagem parcial defendida pelo Governo. Ou seja, a confusão, o descrédito, o adiar de soluções e a má fé são mais do que evidentes.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, na Madeira é assim, no continente é de outra maneira, importa perguntar: e como é na Região Autónoma (sublinho Autónoma) dos Açores?

Podemos desde já afirmar que em termos de contradições, incoerências e hipocrisia as diferenças são inexistentes, senão vejamos.

Em novembro do ano passado meio Governo Regional, incluindo o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário da tutela, comprometem-se, ou comprometeu-se o Governo, a fazer nos Açores o que for feito no continente.

A sério, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo?

Olhem que não!

Vejamos: para o orçamento regional o Bloco de Esquerda propôs em novembro de 2017 um aditamento que rezava o seguinte: “É feita a contagem integral do tempo de serviço do pessoal docente para efeitos de progressão na carreira.

2- O Governo Regional assume a negociação com os sindicatos do faseamento do pagamento correspondente à contagem do tempo de serviço em janeiro de 2018.”

Isto seria à maneira dos Açores exatamente o mesmo que foi feito na Assembleia da República com a recomendação que atrás referi. O Partido Socialista disse não e reprovou esta proposta em sede de orçamento regional para 2018.

Em abril deste ano o Bloco de Esquerda propôs e apresentou nesta Casa um projeto de resolução que recomendava ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente. Este projeto de resolução era, digamos, em similitude com o projeto de resolução aprovado na Assembleia da República e atrás referido. O Partido Socialista disse não e reprovou esta proposta do Bloco de Esquerda, proposta que aliás, como bem sabem, virá a este plenário na figura de potestativo, uma vez que o prazo para relatório na Comissão de Assuntos Sociais já foi esgotado.

Depois a comissão bipartida entre o Governo Regional e os sindicatos para apurar os custos do descongelamento das carreiras dos docentes nos Açores, à semelhança do que está a ser feito no continente, até porque esta comissão na nossa Região é bem necessária uma vez que o Sr. Secretário Regional da tutela afirmou, em sede de audição na última sexta-feira, na Comissão de Assuntos Sociais, que desconhecia estes valores, não isto também não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Ou seja, na realidade o Governo Regional não está a fazer nos Açores o mesmo que está a ser feito no continente relativamente aos professores do continente.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Qual é então a alternativa, Sras. e Srs. Deputados?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A autonomia!

A Oradora: O Governo Regional continua sentado à espera que o continente decida aquilo que a Região e os seus órgãos de governo próprio têm toda a legitimidade constitucional e estatutária para decidir. Dito de outra maneira: o Partido Socialista quase 40 anos depois de ter metido o socialismo na gaveta resolve meter a autonomia no bolso e ao fazê-lo está a legitimar e a dar força aos inimigos da autonomia e a todos os centralismos espúrios e entretanto escolhe a dedo as circunstâncias em que defende, de forma pretensamente séria

e responsável, ora a importação de leis e de decisões da República (caso o descongelamento do tempo de serviço prestado pelos professores), ora uma barreira alfandegária que impeça a importação de outras leis e de outras decisões como é o caso da aplicação do PREVPAP (Programa de Regularização de Precários da Função Pública) na Região Autónoma dos Açores.

Desengane-se quem pensa que o faz por ‘taralhoquice’ ou simples distração. Não!

Fá-lo descaradamente desde que seja contra os trabalhadores e as trabalhadoras, desde que tais mudanças de humor possam desaguar em penalizações, discriminações e humilhações para quem aqui trabalha e é exatamente este o caso dos professores e educadores até ao momento em greve.

Por tudo isto e também pelo mais que terei oportunidade de dizer ao longo deste debate, a primeira pergunta que fazemos ao Governo Regional, a pergunta que se impõe e que é feita na cabeça de milhares de professores, famílias, alunos e sociedade em geral é esta?

Numa Região em que comprovadamente as contas públicas estão bem e recomendam-se, numa Região em que o Secretário Regional da tutela afirma que o impacto orçamental do descongelamento da carreira dos professores não é uma questão central, numa Região que fruto do exercício da sua autonomia já permitiu aos professores recuperarem 28 meses e 2 dias de tempo de serviço congelado, numa Região que tem plena autonomia em matéria de educação, tem até um estatuto da carreira docente próprio entre outras normas, tem quadros de escola e uma administração escolar da exclusiva competência do Governo Regional, tem uma estrutura de escalões, de posicionamento, de progressão e remuneração também própria, etc., etc., etc., então Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, como é que numa Região assim, com um sistema educativo regional e, portanto, uma autonomia de alta intensidade

nesta matéria se pode aceitar ou sequer compreender que a autonomia não seja exercida em prol de uma das classes mais penalizadas e com maior precaridade. Não queremos acreditar que seja por uma mera atitude persecutória para com os professores e educadores da Região, mas Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, se não é, parece, e a pergunta permanece: porquê?

Termino esta primeira intervenção lendo um excerto de um texto publicado recentemente pelo escritor José Luís Peixoto que considero oportuno e justo neste momento e que diz assim: “Um ataque aos professores é sempre um ataque contra nós próprios, contra o nosso futuro. Resistindo os professores pela sua prática são os guardiões da esperança. Vemo-los a dar forma e sentido à esperança de crianças e de jovens, aceitamos essa evidência, mas falhamos perceber que são também eles que mantêm viva a esperança de que todos necessitamos para existir, para respirar, para estarmos vivos.

Ai da sociedade que perdeu a esperança! Quem não tem esperança não está vivo, mesmo que ainda respire, já morreu.

Envergonhem-se aqueles que dizem ter perdido a esperança, envergonhem-se aqueles que dizem que não vale a pena lutar. Quando as dificuldades são maiores é quando o esforço para as ultrapassar deve ser ainda mais intenso.”

E de facto assim é.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A posição do Governo dos Açores sobre o descongelamento do tempo de serviço dos professores foi atempadamente anunciada e prima de novo pela

defesa de uma carreira com vantagens sobre a prática do sobranter território nacional.

Em outubro passado eu próprio, como Secretário Regional da Educação e Cultural, o Sr. Vice-Presidente e inclusivamente o Sr. Presidente do Governo dos Açores assumimos em conjunto e perante os sindicatos representativos dos professores da Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da autonomia!

O Orador: ... o compromisso da aplicação no arquipélago da solução que viesse a ser encontrada no continente e obviamente que na sequência de negociações entretanto encetadas e ainda não de todo concluídas entre o Governo da República e as forças sindicais. Mantemo-nos naturalmente fiéis a esse compromisso.

Quer isto dizer que cumprimos a promessa independentemente dos impactos financeiros, custe o que custar.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Assumimos uma tal posição e mantemos uma tal posição por ser ela uma garantia, quiçá a melhor garantia, de que os professores dos Açores ficarão sempre em vantagem sobre os demais. E porquê?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Porque dos mais de nove anos de serviço congelados os professores dos Açores já beneficiaram da recuperação de mais de dois anos de serviço correspondentes ao período entre 2005 e 2007.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente! Nessa altura também fizemos o que a República fazia!

O Orador: Assim, independentemente de quaisquer circunstâncias aos professores dos Açores restará no mínimo, mas sempre, menos tempo de recuperação de serviço do que aos demais colegas do continente.

Além disso, porque também nos Açores a carreira docente é a mais favorável do país, um facto reconhecido publicamente pelos próprios sindicatos.

De facto, é uma carreira sem barreiras, é uma carreira completamente livre, destituída de cotas para efeitos de progressão ao contrário do que acontece no continente com todos os professores, ao contrário do que acontece também nos Açores com todos os demais funcionários públicos.

Aliás, num passado bem recente os benefícios da carreira docente nos Açores ainda foram mais evidentes. Refiro-me ao período negro da intervenção da Troika em Portugal, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... o mesmo é dizer ao tempo da governação do Dr. Passos Coelho, a mais sinistra da história da democracia portuguesa pelo conteúdo certamente, ainda mais pelo estilo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Nesse tempo, os professores dos Açores não estiveram sujeitos ao regime da requalificação, primeiro vertido no decréscimo dos salários, depois traduzido no próprio desemprego.

Bem sei que há muitos professores que após um tempo, mesmo longo de leccionação nos Açores, fazem o regresso ao continente quase sempre por motivos familiares. Ao mesmo tempo são alguns e não propriamente poucos os professores do continente que chegam aos Açores já mais por motivos familiares inequivocamente pela atratividade de uma carreira mais vantajosa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor está a dizer que lá fora fez-se mal e agora quer fazer o mesmo!

O Orador: Do passado ao presente tudo isto é fruto da existência e da utilização da autonomia. Foi a autonomia que permitiu em 2008 a recuperação de dois anos de serviço relativos ao período de 2005 a 2007, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veio contar anedotas aqui de manhã? Foi?

O Orador: ... foi a autonomia que nos anos do resgate financeiro a Portugal poupou muitos funcionários públicos, também muitos professores dos cortes salariais cegos aplicados no continente e na Madeira, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... foi a autonomia que libertou os professores da permanência na escola durante a componente não letiva sem alunos em benefício de uma gestão mais racional do tempo, em benefício de uma gestão mais proveitosa do tempo, foi a autonomia que garantiu a aprovação de um estatuto da carreira docente mais favorável do que no resto do país, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: ... foi a autonomia que garantiu a aprovação do melhor sistema nacional de avaliação encarado hoje como hipotético modelo pela Madeira e pelo continente, foi a autonomia que facilitou a aprovação de um regulamento de concursos mais amigo dos professores, muito por força da sua periodicidade anual, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi este Governo que destruiu a autonomia!

O Orador: ... foi a autonomia que libertou os docentes da obrigatoriedade de permanência por três anos nas escolas de colocação em benefício da aproximação dos professores aos locais de residência e da conseqüente reunião das famílias.

E agora?

Agora é de novo a autonomia que coloca os professores dos Açores em vantagem relativamente aos do continente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, nota-se!

O Orador: ... mesmo que aplicada na Região a solução do país, atentas as possibilidades da recuperação de mais tempo de serviço e de progressão com maior rapidez.

Tudo isto aconteceu, tudo isto acontece, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só falta o se!

O Orador: ... porque para este Governo em vez de um mero procedimento a autonomia tem de ser uma inequívoca vantagem ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Parece (PSD): Os senhores não vão defender isto?

O Orador: ... ao contrário da oposição que parece valorizar a autonomia da forma, neste caso cingida à realização de umas tantas de reuniões em redor de uma mesma mesa, sem qualquer garantia de sucesso, ao contrário da oposição que parece valorizar a autonomia da forma, o Governo valoriza a autonomia do conteúdo, o mesmo é dizer, a autonomia dos resultados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizia que o Governo valoriza a autonomia do conteúdo, o mesmo é dizer a autonomia dos resultados, isto é aquela autonomia que neste caso dos professores em concerto há de continuar a garantir a existência nos Açores da melhor carreira docente do país, isto é aquela autonomia que em cada dia e em cada caso contribui para a melhoria da vida das gentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao fim e ao cabo, uma autonomia que não conhece inimigos, sejam eles políticos, sejam eles profissionais, porque a todos irmana na luta comum pela constante dignificação da existência humana.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estou para ver! Em 2019 ninguém quer trabalhar no Prosucesso!

O Orador: Regressando ao processo negocial tendente à recuperação do serviço docente prestado e não contabilizado após meses de negociação, o processo chegou a cair primeiro num tremendo impasse resultante da apresentação pelo Ministério da Educação de uma proposta rejeitada pelos sindicatos e depois num longo conflito traduzido numa greve lesiva dos interesses daqueles que mais justificam a nossa ação, ou seja, os estudantes que são para nós a medida de todas as coisas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, sim!

O Orador: Felizmente que no passado dia 11 as partes voltaram à única via capaz de civilizadamente dirimir conflitos, a via do diálogo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ora aí está!

O Orador: Se ainda não são conclusivos os resultados, não faltarão aos sindicatos dos professores o tempo e o espaço suficientes para discutir com o Governo se as propostas apresentadas colocam efetivamente ou não os docentes com os benefícios de progressão de carreira e atualização salarial equivalentes aos demais funcionários públicos e se os termos da declaração de compromisso subscrita em novembro do ano passado entre o Governo da República e os sindicatos prevê a recuperação total ou parcial do tempo de serviço congelado.

Aguardamos seguramente por uma solução justa para este conflito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a autonomia?

O Orador: ... que contemple com o direito à educação porque acreditamos que não há nada, absolutamente nada que substitua um bom professor, porque

acreditamos ainda que nas escolas os professores são os melhores parceiros do Governo no combate ao abandono e ao insucesso ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já foram!

O Orador: ... com resultados já relativamente positivos.

À custa da nossa irresponsabilidade, à custa dos nossos caprichos não pode soçobrar mais uma geração de açorianos. Por isso mesmo no ano letivo de 2018/2019 insistiremos no reforço do ProSucesso - Açores pela Educação, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso! Os professores estão muito motivados para isso!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Isso já morreu! Está morto!

O Orador: ... o nosso plano de combate ao insucesso e ao abandono escolares que mesmo pensado para o decurso de uma longa década já regista indicadores positivos.

De facto, o projeto “Matemática passo a passo”, vulgo Prof DA, professores especializados na deteção de dificuldades de aprendizagem atingirá em pleno o 1.º e o 2.º ciclo.

O projeto de intervenção comunitária “Educação, Família, Comunidade” será alargado a quatro concelhos da ilha de São Miguel numa parceria entre a educação, a solidariedade social e as instituições locais, designadamente as municipais.

Por sua vez o projeto Ler+ será concretizado em todas as escolas do 1.º ciclo e a Rede Regional de Bibliotecas Escolares alargada a mais seis escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para isso contam com o entusiasmo dos professores!

O Orador: De resto, para apoio à gestão quotidiana das unidades orgânicas procederemos à contratação de 13 contabilistas certificados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os contabilistas são para a Sata!

O Orador: Com a colaboração de todos, isto é, com o empenho dos estudantes, dos professores e das famílias construiremos uma escola melhor que a todos traga proveito e dignidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No próximo dia 4 de novembro assinalam-se dois anos da tomada de posse do XII Governo Regional dos Açores, um Governo formado pelo Partido Socialista na sequência das eleições de 2016. Faltam quatro meses para que este Governo complete dois anos de governação. Estamos ainda a meio do mandato, mas o Governo que é suportado por uma maioria estável neste parlamento já não esconde que está sem a tão força de ambição com que nesta Casa prometeu cumprir o mandato para o qual acabara então de ser eleito.

A um executivo que reage em vez de agir, que improvisa em vez de planear, que atrasa em vez de antecipar é um Governo Regional que está desalinhado das expectativas dos vários setores da nossa sociedade, porque está mais interessado na lógica de perdas e ganhos do que na ação política orientada para o bem-estar dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É um Governo que está apenas concentrado na manutenção do poder pelo poder. Se dúvidas persistissem nas últimas semanas foram uma espécie de teste do algodão: não enganaram e não deixaram dúvidas.

A greve dos professores na Região Autónoma dos Açores que estão em protesto nas ruas para que sejam contabilizados para efeitos de progressão na carreira os sete anos de serviço passados entre 1 de janeiro 2011 e 31 de dezembro de 2017 prova que o Governo Regional do Partido Socialista carrega um poder que não sabe ou não quer usar. Trata-se na prática de um Governo que não estando formalmente demissionário, demitiu-se das suas funções.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: De frente com a luta legítima de uma classe profissional que quer ver cumprida uma promessa, o Governo Regional abdicou das suas competências que lhe são consagradas no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e anunciou por livre e espontânea vontade (repeto: por livre e espontânea vontade!) que aguardará submisso pela decisão que em Lisboa, num dia ainda incerto, será anunciado pelo Governo da República.

A decisão do Governo Regional, o mesmo que se auto proclama o primeiro defensor da autonomia e das suas competências, enquanto as ações desmentem o seu próprio discurso é preocupante sobretudo a dois níveis: o da autonomia, porque põe em causa as competências próprias da nossa Região, e o do diálogo social, porque atenta contra a concertação social enquanto uma instância insubstituível numa democracia que se cumpre e que se faz cumprir.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A conflitualidade, o virar de costas permanente ao setor da Educação nos Açores é inércia legislativa, é escolha do Governo Regional. Esta não é a escolha do Partido Social Democrata dos Açores e porque essa não é a escolha do Partido Social Democrata dos Açores, o grupo parlamentar entregou neste parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional pela recuperação do tempo de serviço do pessoal docente, através do qual se propõe que os sete anos de serviço comecem a ser recuperados no dia 1 de janeiro de 2019 prolongando-se durante cinco anos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de modo que em 2023 este tempo de serviço possa estar totalmente recuperado e assim corrigida uma injustiça.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O reconhecimento para efeitos remuneratórios no tempo de serviço prestado é além de uma questão de justiça, uma forma de valorizar e de dignificar a função de professor, numa altura em vários estudos demonstram que esta profissão não é atrativa para os melhores alunos e para os melhores alunos do ensino secundário que se candidatam ao ensino superior, universitário e igualitário aqui em Portugal.

A valorização e a dignificação da carreira de pessoal docente devem ser uma preocupação permanente, embora não exclusiva dos poderes públicos da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Após décadas de governação socialista na Região continuamos com as taxas de insucesso escolar e de abandono escolar precoce próprios de uma Região que ainda não atingiu os patamares maiores em desenvolvimento. Estes indicadores deviam envergonhar os responsáveis políticos que têm tido a responsabilidade de gerir os dinheiros públicos e de definir as políticas públicas no setor da educação.

O Governo Regional está a falhar ao não reconhecer que os professores que escolheram exercer a sua profissão nos Açores têm de estar motivados.

Os professores são parceiros estratégicos no combate ao insucesso escolar, os professores são os parceiros estratégicos na persecução das metas que são essenciais para alcançar uma educação nos Açores, educação esta que deve ser de resultados, uma educação inclusiva, uma educação de sucesso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Por isso entendemos que perante a inércia e a recusa do Governo Regional em reconhecer, para efeitos de progressão e de remuneração na carreira, o tempo de serviço que é prestado pelos docentes, deve esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores chamar até si a correção de uma decisão do Governo Regional dos Açores que abala a confiança dos docentes, das comunidades educativas, de um modo geral, nas instituições públicas e políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É conhecido o guião através do qual o Governo Regional, por via das palavras e das omissões, procura convencer os açorianos que é cumpridor, jamais se assumirá como refém. Do compromisso, talvez imposto, só os socialistas saberão.

Em novembro do ano passado que hão de aplicar nos Açores a solução que vier a ser decidida pelo Governo da República, independentemente do Governo Regional dos Açores concordar ou não com esta decisão.

O Governo Regional não se perdoará se aqui não repetir até à exaustão “palavra dada é palavra honrada”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Ao ponto a que chegam as influências de Lisboa!

Mesmo que essa palavra não dignifique os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores e em nada honre a autonomia.

Perante uma autonomia que permite à região tomar dianteira neste processo, avançando com o dito processo de contabilização dos sete anos de serviço reivindicados pelos docentes, o Governo Regional prefere esperar.

Está por isso nas mãos deste parlamento, por proposta do PSD, recusar a obstinação de um Secretário Regional da Educação e Cultura que tarda em adaptar-se às funções executivas políticas e considera que em política um parecer jurídico vale mais do que um acordo político.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este parlamento pode e deve demonstrar que em democracia uma solução política não é substituída por uma solução militar, sobretudo quando estão em causa interesses que, bem vistas as coisas, completam-se.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata dos Açores defende uma solução justa e sensata. Justa, porque reconhece aos professores o direito de verem recuperado o tempo de serviço prestado nas escolas da Região; sensata, porque do ponto de vista do Orçamento da Região, a recuperação será feita à razão de um ano e meio de tempo de serviço prestado por cada ano orçamental, nos próximos cinco anos o que minimiza o impacto nas contas públicas da Região.”

O Partido Socialista, do qual depende a aprovação de qualquer iniciativa legislativa neste parlamento, terá aqui uma oportunidade para mostrar que não esgota o seu contributo para o exercício da nossa autonomia com a formação do Governo Regional e que não está reduzido à caixa de ressonância desse ou desses governos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Absteram-se durante dois anos e agora é assim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Abstenha-se também agora!

A Oradora: O Partido Socialista e os partidos e representações parlamentares da oposição terão também uma oportunidade para rejeitar a menorização do papel e das funções deste parlamento levado a cabo por uma liderança governativa regional que parece mais empenhada em erguer a bandeira da autonomia quando os governos na República são do PSD, agora que o poder que está em Lisboa está nas mãos do Partido Socialista entrega a chave da educação à República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Este não é o primeiro contributo do PSD/Açores para que a injustiça dos professores seja corrigida no quadro da nossa autonomia, razão pela qual as acusações que a oposição está a aproveitar-se da contestação dos professores para ver quem chega primeiro a essa solução como se de uma corrida se tratasse só enfraquece e reduz quem as afirma.

Na discussão do plano e orçamento da Região para 2018 o grupo parlamentar apresentou e defendeu uma proposta de alteração ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem lembrado!

Deputado Paulo Parece (PSD): É verdade!

A Oradora: ... para que fosse recuperado o tempo de serviço dos professores que foram lesados com as transições ocorridas entre as diferentes estruturas da carreira dos docentes na Região e das quais resultaram normas transitórias penalizadoras para os docentes.

O Partido Socialista chumbou esta proposta ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e sacrificou a condição financeira dos agregados familiares de mais de três mil professores.

O Partido Socialista com a sua maioria absoluta chumbou esta iniciativa do PSD. Porquê?

Porque era uma iniciativa do PSD, mas temos ainda a esperança de que esta proposta venha a ser apresentada com outro colorido e aí, sim, merecerá a aprovação desta maioria desorientada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A postura do Governo Regional tem sido de desorientação, de falta de rumo, politicamente incapaz de responder às exigências justas dos professores dos Açores.

As tentativas do Governo Regional, nomeadamente do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, de justificar o injustificável, degradam-se.

A greve foi considerada um prolongamento de férias, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... agora choca com o direito à educação.

O acordo do Governo da República com os sindicatos será um bom acordo, mas o Ministro da Educação já afirmou que dificilmente o tempo de serviço será recuperado na íntegra e aí o Sr. Secretário Regional demarca-se e diz: “São palavras do Ministro!”

O Governo Regional está sempre disponível para o diálogo e até sabe que não são os sindicatos que chamam os governos para a mesa das negociações, mas lembro o Sr. Secretário Regional que nem vale a pena dialogar e tentar procurar uma solução regional como fez a Região Autónoma da Madeira, porque a solução para a Região Autónoma dos Açores será decidida em Lisboa.

A submissão da Região à decisão da República, garante o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (e bem disse-o hoje), é uma forma segura de fazer com que os professores dos Açores fiquem em vantagem relativamente aos professores do continente, mas a verdade é que os docentes da Região que têm um estatuto próprio não estão representados nas mesas das associações entre o Governo da República e os sindicatos e o que for decidido para os professores do continente servirá para os professores da Região, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): O problema é que são os camaradas lá fora é que governavam!

A Oradora: ... os mesmos que em 2008 viram descongelados dois anos de serviço prestado na Região.

A questão financeira continua?

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura a dizer “não é uma questão central e fulcral”, até porque (repete-se o Sr. Secretário) “os Açores estão numa situação financeira melhor que a Madeira, mas o que decidido em Lisboa será aplicado nos Açores”.

É caso para afirmar que não basta o Governo dos Açores dizer que leva muito a sério os docentes da Região Autónoma dos Açores; é preciso levar mesmo a sério os docentes dos Açores e procurar aqui, neste parlamento, uma solução para as suas reivindicações.

Fica aqui o desafio e o apelo para que no âmbito das competências próprias da Região seja feita justiça.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No último mês e meio, por toda a Região, deparámos com uma situação de verdadeiro caos no que se refere à Educação, gerando a indignação e a contestação massiva dos docentes e basta olhar para o número de reuniões que se encontravam por realizar até à passada quarta-feira, 92% das mesmas, ficando o Governo Regional pávido e sereno do alto da sua prepotência como mero espetador.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Região continua a adotar o que for decidido na República, o que Grupo Parlamentar do CDS-PP até poderia eventualmente aceitar se a posição que se vislumbrasse fosse uma solução justa e equilibrada, mas passar assim um cheque em branco ao Governo da República!!

Quando em fevereiro de 2018, esse mesmo Governo da República avançou com a recuperação de apenas 2 anos e 10 meses, cerca de um terço do tempo congelado, e afirmou que esse era o tempo possível de recuperar para que se garantisse a sustentabilidade financeira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: ..., no entanto, depois das declarações do Sr. Secretário na passada sexta-feira em sede de comissão no âmbito das audições solicitadas pelo CDS e pelo Bloco de Esquerda, ficamos ainda mais perplexos quando afirmou, por

diversas vezes, que a questão financeira não é um problema, não é uma questão central!!

Pois muito bem, Sr. Secretário,

- Se na Região a questão financeira não é essa a questão que se põe, então como é que ficamos? É uma questão quê? Política??

- Depois dos acontecimentos na República, que sentido é que faz, depois da nossa decisão ser tomada a que for na República, quando vamos agora e o próximo passo que se avançou na República foi uma comissão para determinar o impacto orçamental, quando essa questão não se põe na Região?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: Mas afinal a questão financeira é ou não é central??? Ou também vamos criar na Região uma comissão regional para determinar o impacto orçamental?

Como é que ficamos?? É que com tudo isto ficamos equivocados quanto ao que é a Autonomia e para que é que ela nos servirá enquanto Açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... pois se a educação é uma matéria em que temos Autonomia, se a questão financeira não é central, se os sindicatos estão disponíveis para que este reposicionamento se faça de forma faseada, então o que é que falta, para quê este braço de ferro com os professores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com os alunos!

A Oradora: ... este desrespeito... pratiquemos então a Autonomia em vez de estarmos ao sabor da República e aos seus ultimatoss (ou como gosta o Partido Socialista de chamar “negociação”)!!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quero-lhe dizer, Sr. Secretário/ na audição da sexta-feira o Sr. Secretário disse que não percebia a preocupação e a posição do CDS Açores quanto a esta questão, porque a nossa posição divergia da posição da República.

Pois acredito que isso lhe faça muita confusão, Sr. Secretário, pois ao contrário do senhor nós sabemos muito bem o que é a Autonomia, e não estamos aqui ao sabor dos outros quando se trata de defender os Açores e os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

A Oradora: Mas também lhe digo, de que servirá votaram a favor medidas que não as executam?

Também gostaria que me explicasse.

Por diversas vezes em declarações públicas o Sr. Secretário tem dito e afirmado que a carreira dos docentes na Região é mais favorável. Efetivamente é. Efetivamente existem diferenças que nos favorecem, ...

Deputado André Bradford (PS): Ah é? Não me diga!

A Oradora: ... como a não existência de quotas, os dois anos que foram recuperados, o tempo congelado que foi recuperado, tomadas de decisão que assumimos, e bem, diferentes do continente... Pergunto-lhe Sr. Secretário:

- Que pressupostos é que mudaram para que no passado exercemos a nossa autonomia, tomando as decisões diferentes da República e agora não?
- Considera que esta não é uma reivindicação justa por parte dos professores nos Açores? Que estes não merecem?
- Ou como a carreira docente na Região já é mais favorável, estamos muito bem assim?? Como é que ficamos??

O Sr. Secretário na sua intervenção agora da tribuna vem afirmar que assumirmos a posição da República é a melhor garantia que os professores dos Açores ficam em ter vantagem em relação aos restantes. Como é que pode afirmar tal coisa, quando o próprio Governo da República afirmou só recuperar

um terço do tempo congelado? Ou a sua ideia é pelo facto de termos uma carreira mais vantajosa nos Açores, qualquer que seja o tempo recuperado na República e adotado na Região, ficaremos sempre em “vantagem”?

Como é que ficamos, Sr. Secretário?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é bom?

A Oradora: Mas todo este cenário caótico do Governo e o desrespeito pelos professores culmina quando a tutela regional da educação, através de ofícios, circulares e outras comunicações, tentou impor aos docentes um conjunto de procedimentos duvidosos, tentando até subverter o quadro legal que regula o funcionamento dos conselhos de turma, numa tentativa, até, de violar o direito à greve.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Mas, se o objetivo era assustar os professores, apesar do desgaste de toda esta situação, a resposta dos docentes a toda esta pressão foi o número de conselhos de turma adiados até mesmo depois do tal dia 05 de julho!!

Desde quando uma greve é uma situação de ausência prolongada e previsível??

Desde quando as notas não validadas por conselhos de turma são válidas??

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: As instruções dadas desvirtuam o processo de avaliação e esta não pode ser atribuída de qualquer maneira, colocando em causa o princípio da avaliação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Toda esta situação é um desrespeito com os professores, com os pais e com os alunos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Depois quando surgem os ofícios dos serviços mínimos fazem referência ao 11.º e 12.º ano quando os conselhos de turma já tinham sido realizados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vergonha!

A Oradora: ... pois no pré-aviso de greve já estavam previstos os serviços mínimos para o ensino secundário!! Mas claro que a Direção Regional da Educação aproveitou a deixa e surge como data limite para a realização de **todas as reuniões o prazo de 5 de julho!!**

Se tudo isto tudo não fosse tão triste e tão grave ainda pareceria uma comédia!! Que desnorte é este?? Tudo isto numa matéria em que a Região tem Autonomia e que a questão financeira não é um problema, não é uma questão central, imaginem se assim não o fosse!!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Toda esta situação deve nos envergonhar a todos enquanto intervenientes políticos, os professores desta Região, os pais e os alunos não merecem todo este desrespeito, o que reivindicam é apenas o cumprimento da lei, um direito que lhes assiste, o trabalho que foi realizado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estou certa que todos os Açorianos, nomeadamente os professores, neste momento estão cansados de ver as vantagens da Autonomia, da Autonomia como o Sr. Secretário referiu dos conteúdos e dos resultados... pois tenho que lhe dizer, Sr. Secretário, o resultado será um início de um ano letivo caótico, onde teremos professores desmotivados e que certamente nada abonará a favor do ensino na Região. Como pode pedir o Sr. Secretário neste momento aos professores o seu empenho depois de todo este desgaste, depois de toda esta situação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: É assim Sr. Secretário que o Governo Regional está focado, como tanto gostam de apregoar, no supremo interesse da Região?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do calendário, costuma viver-se nas escolas uma acalmia, bem diferente da agitação a que ainda assistimos. Alunos de férias merecidas, professores a concluir o seu trabalho e em “modo de reflexão”, milhares de pequenas e grandes tarefas, necessárias para concluir em condições este ano escolar e para iniciar, com melhores condições, o próximo ano escolar.

Nada escapa à agitação para a qual a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a sua Direção Regional da Educação deram o seu contributo. A fortíssima luta dos professores marca a atualidade e o Governo da Região Autónoma dos Açores podia ter aqui deixado um exemplo pela positiva, usando os poderes autonómicos de que dispõe. De outro cenário falaríamos hoje!

Os professores estão e estarão em luta, entre outros motivos, pela definição do prazo e do modo em que se verá a concretização nas suas carreiras do trabalho que realizaram nos períodos de congelamento.

Sim, porque o tempo de serviço congelado foi recuperado em sede da Lei do Orçamento do Estado para 2018, faltando definir, na negociação com os sindicatos o prazo e o modo dessa recuperação. Isso é garantido do artigo 19, que está escrito de uma forma que não deixa dúvidas a ninguém e parece-me que o Sr. Ministro da Educação e a sua Equipa de Secretários de Estado deveriam procurar aulas de apoio a Língua Portuguesa.

Já agora, apenas uma curiosidade, recordamos que este Orçamento do Estado, que descongelou as carreiras e definiu a recuperação do tempo de serviço, teve o voto contra de PSD e do CDS-PP! Haja coerência!

Que o Governo Regional dos Açores há muito abdicou de exercer as suas competências autonómicas é um facto. Que o Governo Regional dos Açores quando lhe convém usa essas competências, também é verdade.

Que há partidos políticos que se servem, de forma calculista, do cenário eleitoral para tomar decisões, também não é desconhecido de ninguém.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No início do Verão de 2008 nos Açores, note-se que em outubro desse mesmo ano se realizaram eleições regionais, o Governo Regional do PS/Açores descongelou o tempo de serviço aos trabalhadores da administração pública regional referente ao período entre 2005 e 2007.

Passados que são 10 anos, e sobre uma forte luta dos educadores e professores, o Governo Regional da Madeira foi forçado a encetar um processo de negociação com os Sindicatos representativos dos docentes madeirenses para definir os prazos e o modo da concretização do reposicionamento na carreira docente, cumprindo o que está escrito no Orçamento do Estado de 2018.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a democracia!

O Orador: São os órgãos de Governo próprio da Madeira a usarem as suas competências autonómicas, sem dúvida. Mas à semelhança do que aconteceu nos Açores em 2008 (ano de eleições), também esta iniciativa, sendo justa, tem o seu quê de calculismo e depende de um cenário eleitoral na Madeira. As eleições regionais na Região Autónoma da Madeira irão realizar-se um mês depois dos docentes madeirenses iniciarem o seu reposicionamento.

Perante esta postura, nos Açores do PS e na Madeira do PSD, poderão os cidadãos ser levados a pensar que os partidos são todos iguais. Mas, em bom

rigor, não são! O artigo 19.º, que recupera todo o tempo de serviço, está no Orçamento do Estado por proposta do PCP.

Que o Governo Regional dos Açores tenha politicamente optado por não negociar e não exercer as suas competências autonómicas, com os representantes dos docentes do Sistema Educativo Regional, aliás contrariando a prática de 2008, sendo uma opção criticável é, contudo, legítima.

Só recordamos que a memória dos professores não é curta, e que as opções políticas têm os seus custos. Não me parece que o assunto seja votado ao esquecimento. Veremos em outubro de 2020.

Mas se, como disse, a opção sendo criticável é politicamente legítima o mesmo não se pode dizer da forma como o Governo Regional, através do Sr. Secretário Regional e da Direção Regional da Educação, têm vindo a atuar face à greve dos docentes nos Açores.

Os ofícios enviados pela DRE às Unidades Orgânicas e as orientações dadas aos Conselhos Executivos estão cheios de ilegalidades e chocam com as boas práticas das escolas. Parece mesmo que a DRE quer evitar avaliações de alunos devidamente ponderadas, decisões de retenção e progressão feitas sem a devida ponderação pedagógica, no que, como gosta de apregoar, é o superior interesse do aluno. Não fossem os professores os profissionais que são e a vida de muitas crianças e jovens podia ter sido adiada. Nestes ofícios, de forma abusiva e sem qualquer sustentação jurídica, a DRE pretendeu alargar o âmbito dos “serviços mínimos” – também eles ilegais – generalizando-os para todos os anos de escolaridade.

O procedimento da SREC e da DRE mais não pretenderam do que intimidar os Conselhos Executivos e os docentes com ameaças de “procedimentos disciplinares”, colocando em causa um direito constitucional como é o direito à greve. A resposta dos docentes foi clara: manter a unidade, recusar a intimidação e optar pela legalidade.

Chegou-se ao ponto de, num ofício do Sr. Diretor Regional da Educação, se afirmar que em algumas escolas não se tinham ainda realizado as reuniões de avaliação... Mas sabemos que, durante um mês inteiro, praticamente nenhum Conselho se debruçou sobre a avaliação dos alunos! Será aquela afirmação uma gralha? Fica a pergunta, se a tutela tiver resposta para dar.

Que a tutela da Educação não tem qualquer senso político, é do conhecimento público, que o Presidente do Governo Regional permita este clima de coação e intimidação dos docentes dos Açores é incompreensível e inaceitável. Estas opções políticas e esta prática do exercício do poder pagam-se muito caro e, como já referi, outubro de 2020 está quase aí.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PCP/Açores, não temos dúvida: a Região devia, desde o início, ter usado as suas competências autonómicas. É nesse sentido que apresentamos o nosso projeto de resolução.

O Sr. Secretário da Educação afirmou que a opção do Governo foi motivada pelo interesse de que, no final do processo de recuperação do tempo de serviço, os docentes da Região estivessem melhores do que os do resto do país.

Já se verificou que esta é desculpa de mau pagador. Em primeiro lugar, o Orçamento do Estado diz que todo o tempo deve ser recuperado. Em segundo lugar, a luta dos professores na Madeira já permitiu que estes já tenham esse calendário de recuperação. Em terceiro lugar, e o que é mais relevante, a Região podia ter estabelecido condições de recuperação mais favoráveis do que as do resto do país! É uma posição política, meus senhores! Não podemos assobiar para o lado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas afinal é bom ou não é na Madeira?

O Orador: Consideramos ainda relevante neste debate questionar o Sr. Secretário da Educação, sobre as suas declarações sobre o assunto, nos últimos

dias: afinal, o problema da recuperação do tempo de serviço não é financeiro. Então está a assumir que este será um problema político?

Fica a pergunta, mas adivinhamos uma resposta muito triste, que corre o risco de ser chumbada pelos professores!

Esta é de facto uma questão política, que, já agora, são opções de fundo do PS, PSD e CDS-PP, na Região ou no País. Quando se trata de transferir dinheiro para a Banca, pagar juros de uma dívida impagável, cortes na política de coesão, fim das cotas leiteiras, aceitar nunca há problema, há sempre dinheiro, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo!

O Orador: ... é sempre possível apertar o cinto ou fazemos os ajustes que forem necessários, quanto mais depressa melhor. Quando se trata de valorizar os trabalhadores, a história é outra!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Educação, não fujam às vossas responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Esta questão é de elementar justiça! Deem início às negociações e, como nós propomos, não se esqueçam que o nosso ajuste financeiro será menor do que o do Continente ou da Madeira.

Deputado Carlos Silva (PS): Só isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários, Público presente, Sindicatos, Sras. e Srs. Professores:

O Partido Socialista apresenta-se neste debate olhando para a seriedade e serenidade que o assunto merece.

Nós estamos a falar de uma situação que traz inconvenientes para as Sras. e Srs. Professores, para as nossas famílias, para os nossos alunos, para toda a sociedade açoriana e, portanto, com a frontalidade que parece que é garantida ao Partido Socialista naquelas que são as suas intervenções, ...

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

A Oradora: ... ninguém neste plenário está mais ou menos preocupado que o Partido Socialista nesta situação. A ninguém é reconhecido essa mais valia, legitimada com certeza, mas não reconhecida.

Sra. Deputada Zuraida Soares, na qualidade de deputada proponente deste nosso debate aqui hoje, ouvi-la logo à entrada destes nossos trabalhos e sem qualquer rodeio e olhos nos olhos para a Sra. Deputada e para todos os açorianos que nos ouvem, a sua intervenção, não adjetivando-a, mas não deixo de dizer que é uma intervenção com muitas palavras e que contrasta claramente com o silêncio do Bloco de Esquerda nacional e este contraste é desde logo pela responsabilidade que o Bloco de Esquerda tem pela solução nacional.

Queremos dizer, em primeiro lugar, aqui, a todos aqueles que nos ouvem: o Partido Socialista entende, sem margem para dúvida, que a reivindicação dos professores é justa. Já o disse e volto aqui a reafirmar, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Ah!

A Oradora: ... mas, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista entende que este é um assunto sério e que merece toda a nossa atenção. Se é certo que as Sras. e Srs. Professores e outros mais próximos desta situação têm conhecimento aprofundado do que se está a passar, ao Partido Socialista cabe, pela responsabilidade da governação que tem, explicar o que está em causa, não com certeza para as Sras. e Srs. Deputados, mas para os açorianos, porque o

Governo dos Açores o desafio que tem é governar (e o Partido Socialista) para todos os açorianos.

Deputado Paulo Parece (PSD): Então explique!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os professores não são açorianos!

A Oradora: O que está aqui em causa é a recuperação de sete anos de serviço, nove anos de serviço no continente e dois anos que aqui já foram recuperados.

Deputado Paulo Parece (PSD): Então faça as contas: faltam sete! Nove menos dois, faltam sete!

A Oradora: E a história tem que ser contada pelos seus tempos, a história deve ser contada também pelos seus protagonistas, porque nós somos, tal como hoje no presente, também refém das nossas opções no passado.

Em 2008 o Governo dos Açores apresentou nesta Casa uma proposta de recuperação dos dois anos. Importa com seriedade e relembrar o que efetivamente aconteceu nesse mesmo período.

Em 2008 ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi há dez anos!

A Oradora: Foi há dez anos, mas a memória existe e os documentos estão lá.

... o Governo da República encetou uma negociação para o estatuto da carreira nacional e a solução nacional decidida para esses dois anos foi uma solução nacional de não contabilizar o tempo relativo aos dois anos.

Face a esta situação, ou seja, uma solução nacional, o Governo dos Açores apresentou nesta Casa uma proposta de DLR. Nesta proposta de DLR, curiosamente ou não (a política tem destas coisas, mas a verdade deve-se assumir como facto em si próprio), na proposta do Governo o PSD absteve-se na recuperação dos dois anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Podem fazer o mesmo!

A Oradora: Então, mas agora é o partido que vem dizer que é necessário recuperar os sete anos, é o partido que vem dizer que é preciso trazer a justiça aos professores.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo dos Açores, após uma solução nacional, decidiu, tal como o procedimento de hoje, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se fizerem o mesmo com o nosso diploma beneficiam os professores!

Deputado Paulo Parece (PSD): Abstenham-se! Façam esse miminho!

A Oradora: ... ou seja, quer de 2008, quer de 2018, o Partido Socialista está a ser coerente. Quem não está a ser coerente nesta Casa é o PSD. É o PSD que não está a ser coerente!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu explico-lhe, explico-lhe! Dou-lhe a cópia do Diário das Sessões, Sr. Deputado, que é lá que está.

Mais! O PSD nem uma palavra disse sobre os professores no debate da recuperação dos dois anos. Nada! Absteve-se!

Portanto, o que nós temos a dizer é uma coisa muito simples.

Deputado Luís Maurício (PSD): A coerência do PS é fazer o mesmo!

A Oradora: Neste primeiro ponto o Partido Socialista, tal como em 2008 e 2011, tem precisamente a postura coerente ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Abstenham-se e fica o problema resolvido!

A Oradora: ... e esta é a primeira mensagem que queremos passar para as Sras. e Srs. Professores, para todas as famílias. Nós estamos a ser coerentes com a tomada de posição em 2008 e em 2018. Nós estamos a aguardar por uma solução nacional. A história prova o que eu estou a dizer.

Segunda questão: este processo está, quer gostem quer não, quer possam achar que não é a melhor solução, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Consegue meter autonomia no meio dessa frase! O Sr. Secretário consegue!

A Oradora: ... mas há uma coisa inevitável: é o Governo socialista que está a liderar este processo.

Ora vejamos: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... a 21 de novembro de 2017 o Sr. Presidente do Governo veio dizer aquilo que de todos é sabido com a presença dos dois sindicatos em reunião. Veio dizer “nós vamos acompanhando aquele que é o processo negocial nacional e vamos aplicar a solução nacional.” Isto foi dito pelo Sr. Presidente na forma, precisamente o que fizemos em 2008. Igual!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Já depois disso muita coisa aconteceu!

A Oradora: Os senhores não podem encontrar uma gota de incoerência naquilo que o Partido Socialista está a fazer.

O Orçamento de Estado, que é o motivo que nos traz e que nos leva até aqui, curiosamente também foi votado contra pelo PSD e pelo CDS-PP. Isto nada diz, pelos vistos, isto nada interessa! Absolutamente nada interessa!

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas quem governa é o PS não é o PSD! A Deputada Susana Costa não está muito crente!

A Oradora: Mais! A resolução de 1 de 2018 que vem contabilizar todo o tempo de serviço o PSD e o CDS também nada disseram sobre esta matéria. Não era importante! Isto não era importante, porque, Sras. e Srs. Deputados, se nós hoje estamos aqui ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Eu estive em todo o momento silenciada a ouvir os colegas, mas realmente é muito difícil.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Não deixa de ser estranho que os instrumentos legislativos que nos trazem à discussão de hoje foram votados contra pelo PSD e pelo CDS-PP. Esta é uma realidade inquestionável.

É preciso também não esquecer que se não fosse o Partido Socialista esta discussão não existia hoje. Esta discussão não existia hoje! Nós cá estamos!

Ela existe, porque o Partido Socialista teve a coragem de colocar ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Esta discussão existe hoje, porque o Partido Socialista teve a coragem e a determinação de colocar em Orçamentos de Estado, de aprovar o projeto de resolução, devolver o que os senhores tiraram.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Exatamente!

Queremos dizer que, como já mostrámos, estamos a ser coerentes.

Deputado Paulo Parece (PSD): Só mesmo a senhora para fazer um papel desses!

A Oradora: Queremos também dizer que aplicar a solução nacional e concluído este processo, o Governo está disponível para analisar, debater e decidir, porque este é o compromisso do Governo. Os senhores apenas e só dizem uma das partes. O compromisso do Governo é este: aplicar na Região a solução nacional (recordo: à semelhança procedimental que se fez em 2008) e

concluído este processo, o Governo está disponível para analisar, debater e decidir.

Esta é a ambição que nós vamos incutir desde logo por: primeiro, garantir um estatuto da carreira docente melhor; segundo, ir ao encontro da recuperação do tempo de serviço; terceiro, a solução nacional pode trazer (naquelas que são as informações que se têm ao nível dos órgãos da comunicação social, portanto, público) uma outra variável que é a variável da aposentação e sobre esta matéria ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas ninguém sabe o que vai acontecer!

A Oradora: ... nós temos reserva legislativa, ou seja, para além da questão da recuperação total do tempo de serviço, para além da questão de o estatuto da carreira docente ser melhor, para além da questão da eventual utilização da variável aposentação na solução final, nós temos também que nos preocupar com a harmonização das carreiras nacionais e regionais.

É preciso aqui também lembrar que nesta posição o Governo Regional tem claramente a questão sindical, temos efetivamente um sindicato que entende e percebe, porque na prática compreende todas as situações que estão por detrás da negociação nacional, que efetivamente está do lado do GREP.

Deputado Jorge Jorge (PSD): É o sindicato bom e o sindicato mau!

A Oradora: Por fim, querendo concluir, nós temos uma posição serena, temos uma posição de seriedade, temos uma posição coerente e há uma coisa que nós estamos aqui para dizer: nós estaremos sempre a lutar pelo estatuto da carreira docente melhor do que a nível nacional e a nossa luta está na substância e não na forma.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós vamos lutar para essa garantia independentemente da forma, ou seja, seja ela regional, uma luta sindical regional, ou nacional. Nós estamos aqui pela substância e não pela forma.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Está inscrita e dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, há pouco da tribuna perguntei-lhe e perguntei ao Governo, mas a si em particular, porquê, porque é que nós estamos na Região Autónoma dos Açores à espera da decisão no continente?

E o Sr. Secretário Regional respondeu que “esperamos, porque esta é a melhor garantia de que os professores dos Açores ficarão sempre em vantagem.”

Sr. Secretário Regional, primeiro convido-o, se me permite, humildemente, a substituir a palavra vantagem, porque vantagem cheira a favorecimento e eu não creio que as diferenças do sistema regional da educação na nossa Região sejam vantagens para os professores que aqui lecionam.

Deputado André Bradford (PS): Mas qual é o mal de lhe chamar vantagem?

A Oradora: São respeito pelas especificidades da nossa Região e pelo exercício da nossa autonomia, até porque talvez mais à frente terei certamente oportunidade de, utilizando o vocabulário do Sr. Secretário Regional, lhe lembrar algumas das desvantagens dos docentes na Região Autónoma dos Açores relativamente aos do continente, mas pegando nesta resposta do Sr. Secretário (“a melhor garantia de que os professores dos Açores ficarão sempre em vantagem”), o Sr. Secretário Regional tem de ponderar a hipótese que no continente se possa preferir a construção do IMP3, 4 ou 5 e o Sr. Secretário Regional continuará a dizer-me, mesmo se for esse o caso, os professores dos Açores ficarão em vantagem.

Se por acaso o Governo da República decidir não considerar nenhum ano no descongelamento e, portanto, no reconhecimento dos anos trabalhados (efetivamente trabalhados, o que já ameaçou fazer) o Sr. Secretário Regional dir-me-á: “mas mesmo assim os professores dos Açores ficam em vantagem” (utilizando as suas palavras).

Sr. Secretário Regional, ficam em vantagem porque em 2008 o Governo Regional respeitou as especificidades do sistema regional da educação, esperou pela decisão do continente e não concordando com ela aqui fez diferente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas esperou pela decisão!

Deputado André Bradford (PS): Já disse tudo!

A Oradora: Aquilo que não é coerente pode ser sereno, Sr. Secretário Regional da Educação, mas não é nada coerente relativamente a 2008 é que o Governo Regional agora faz exatamente o contrário: espera pela decisão da República, dizendo que aqui se aplicará exatamente a decisão do continente, quer o Governo concorde ou discorde dela.

Portanto, se isto é coerência, Sr. Secretário Regional, temos aqui um problema de entendimento do que é a coerência.

Portanto, a pergunta porquê fica por responder, porque as respostas, Sr. Secretário Regional, quer as suas, quer as do Partido Socialista, não bate a bota com a perdigota.

Já agora também vale a pena clarificar uma coisa. Nós estamos a ter este debate, nesta câmara, não é porque o Partido Socialista na sua prepositura do Orçamento de Estado para 2018 pôs lá a cláusula de que na realidade o tempo de serviço dos professores congelado seria integralmente reconhecido ...

Deputado André Bradford (PS): Então porque é?

A Oradora: ... após negociação com os sindicatos.

Estamos a ter este debate por duas razões: primeiro, porque o Governo da República e, portanto, o Partido Socialista não está a cumprir aquilo que inscreveu no Orçamento de Estado; e estamos a ter este debate, porque o Governo Regional decidiu sentar-se à espera de ver em que paravam as modas, a ver se no continente afinal cumprem ou não cumprem.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Finalmente, estamos a ter este debate, porque o Partido Socialista é incoerente nesta matéria e porque o Governo Regional nesta matéria também o é.

Depois, Sr. Secretário Regional da Educação, de acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito à constituição e funcionamentos dos conselhos de turma vou apenas realçar três pontos.

Para efeitos de avaliação dos alunos o conselho de turma é constituído por todos (todos!) os professores da turma, por um presidente e por um secretário.

Outra: a deliberação final da avaliação sumativa é da competência do conselho de turma que para o efeito aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno.

Finalmente, as deliberações do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

Sr. Secretário Regional, sabendo que esta norma legal foi absolutamente subvertida e transgredida quando o Sr. Secretário Regional impôs às escolas que os conselhos de turma se realizassem com a presença de 50% dos professores mais um, eu pergunto-lhe: o Sr. Secretário Regional tem condições para nesta câmara e perante os açorianos e açorianas garantir que todas as avaliações já feitas nas nossas escolas com apenas 50% dos professores mais um, à revelia da lei, as feitas e aquelas que se vão fazer, essas avaliações que no fim determinam ou a progressão ou a retenção de um jovem ou de uma criança num ano letivo foram feitas com legalidade, com correção e com a lisura pedagógica que a legislação em vigor impõe e bem?

É a pergunta que lhe faço relativamente a esta circunstância.

Depois, de acordo também com a legislação em vigor, Sr. Secretário Regional, o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional refere que as unidades orgânicas do sistema educativo (quer dizer as nossas escolas) são organismos dotados de autonomia pedagógica, administrativa e financeira (repito, pedagógica!) nos termos da lei e do presente diploma.

Sr. Secretário Regional, sabendo todos nós, toda a sociedade açoriana, já aqui foi dito por mais do que um partido, reconhecido e afirmado por mais do que um partido, que as nossas unidades orgânicas foram completamente sideradas na sua autonomia, seja ela de que tipo for, quando os serviços da sua secretaria durante dias a fio e dezenas de vezes ao longo de um dia, telefonavam para as unidades orgânicas e impunham as decisões da sua secretaria, o que lhe pergunto é se isto é mais uma vez o cumprimento da legislação em vigor, se isto

não pode ser considerado, e bem, um boicote objetivo ao direito à greve dos docentes nesta Região e pergunto-lhe também quem é que deu ordens para os seus serviços diariamente e variadíssimas vezes ao dia coagirem objetivamente os órgãos executivos a fazerem aquilo que de acordo com a sua autonomia pedagógica e de acordo com a lei em vigor, com a legislação em vigor, não estavam obrigados a fazer?

Finalmente, Sr. Secretário Regional, aquando da sua audição sexta-feira passada em sede de Comissão de Assuntos Sociais o Sr. Secretário deixou implícita uma crítica ao descongelamento das carreiras dos funcionários públicos. Foi assim que eu entendi, mas agora o Sr. Secretário terá oportunidade de esclarecer. A pergunta que levanto é esta: das duas uma, ou o Sr. Secretário Regional não concorda pura e simplesmente com nenhum tipo de descongelamento nem das carreiras normais, nem das carreiras especiais, está no seu direito e legitimidade; ou o Sr. Secretário Regional não concorda é que o descongelamento das carreiras normais seja um facto para os funcionários públicos destas carreiras enquanto que o descongelamento das carreiras especiais, nomeadamente a docência, não sejam facto.

E aí o Sr. Secretário Regional está a dizer, mais uma vez implicitamente: “Há aqui uma injustiça. Não é relativa, é absoluta”, porque há funcionários públicos que têm o seu tempo de serviço descongelado e começam a ver o resultado em termos financeiros desse descongelamento e depois há os outros, nomeadamente os professores, que não a têm.

Deputado André Bradford (PS): Ficou bem incomodada a Sra. Deputada!

A Oradora: O que lhe pergunto é: qual é o seu ponto de vista, Sr. Secretário Regional? Não concorda com o descongelamento, ponto? Ou não concorda com a injustiça absoluta que foi criada? É porque se não concorda com a injustiça absoluta que foi criada, faça de outra maneira, porque o Sr. Secretário Regional e o Governo Regional podem fazê-lo na Região Autónoma dos Açores.

Retórica a esta hora do dia e após mês e meio de greve, não é a melhor resposta. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Suasana Costa (PS):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo Regional:

Creio que é urgente aqui ter duas ideias chave. Por um lado, uma ideia de serenidade e de “re-centramento” naquilo que é efetivamente relevante para este debate.

Ora bem, nunca ninguém poderá dizer que as reivindicações dos docentes não são justas e que a greve não é um direito plasmado na Constituição da República Portuguesa, mas também aquilo que nunca se poderá dizer é que o histórico do Governo do Partido Socialista nunca deixou de salvaguardar os interesses da carreira docente nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ora, aquilo que já foi por várias vezes dito aqui é que a carreira dos Açores (a carreira docente na Região Autónoma dos Açores), é mais favorável do que aquela que é exercida no continente e na Região Autónoma da Madeira. Vamos precisamente consubstanciar porque isto parece-me verdadeiramente fundamental.

Em primeiro lugar: para além de uma questão que é transversal a todas as profissões e a todos os trabalhadores dos Açores, que é um regime fiscal mais favorável, a verdade é que, de acordo com o Decreto Legislativo de 2008, os nossos professores já ganharam dois anos; 2005, 2007. Primeiro ato favorável.

Segundo: as cotas. Como todos sabem, a Região Autónoma dos Açores é a única zona do país onde não há cotas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: ... para a transição, quer para o sétimo escalão, quer para o quinto escalão.

Mas vamos falar em concreto do que é que isto significa. Precisamente com dados recentes que foram feitos na portaria de fevereiro de 2018, só para terem uma ideia, presentemente no quarto escalão a nível nacional existem 1200 professores. Sabem quantas vagas foram abertas? 133 para 1200. Sabem que no sétimo escalão há 195 vagas. Sabem para quantos professores? 1100.

Portanto, esta limitação à justa reivindicação dos professores de ascender no seu escalão é limitada pela restrição de vagas que nos Açores não existe.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mas há ainda que falar em outras questões.

Estranhamente ainda não se falou aqui na compensação remuneratória que o Governo Regional atribuiu a todos os funcionários da Região dos Açores entre 2011 e 2012 que beneficiou os salários precisamente no limite entre 1500 e 2000 euros onde os nossos professores foram também eles beneficiados e não ficaram de fora.

Ora, recordemos ainda um outro fator que justifica o benefício para melhor da carreira docente regional. Também estranho que ainda o ano passado nós aprovámos nesta Assembleia uma nova versão do regulamento do concurso docente que foi mudado a pedido dos professores por via dos sindicatos.

O que é que os professores queriam e reivindicavam? Primeiro: revogou-se a obrigação do docente ficar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O PS só fala no passado, não fala no presente!

A Oradora: ... numa escola durante três anos.

E em segundo lugar: plasmou-se no complemento legal a obrigatoriedade de os concursos serem anuais, e depois vêm-me dizer que o Governo Regional está, neste caso específico, a não ouvir as reivindicações dos docentes açorianos?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Por fim, ainda é preciso não esquecer que ao longo de 2014, 15 e 16...

Deputado Luís Maurício (PSD): Está completamente ao lado!

Deputado Carlos Silva (PS): É preciso ter memória!

A Oradora: ... o Governo Regional abriu 300 vagas nos concursos extraordinários que permitiu a estabilização dos docentes.

(Aparte inaudível)

Já vamos chegar ao ponto, Sr. Deputado.

E as consequências desta estabilização são as seguintes, vou-vos dizer: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... em 2005 o rácio entre professor e alunos era de um para 11; 10 anos depois o rácio de professor-aluno é de um professor para nove alunos. Há aqui um esforço muito claro ao longo dos últimos anos para beneficiar e dar garantias e mais valias aos professores dos Açores.

E, portanto, aquilo que me parece bastante importante é que não se pode dizer que ao longo deste processo recente que o Governo Regional não tenha estado preocupado com os docentes. Aliás, porque o processo ainda não terminou e por isso a minha expressão de serenidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, é preciso que se diga aqui algo que ainda não se disse. É que esta é uma ideia e é uma posição que é partilhada também pelo sindicato dos professores da Região Açores. Portanto, o Governo Regional e o Partido

Socialista não estão sozinhos nesta posição de aguardar a posição da República. O SPRA também comunga desta ideia, e, portanto, também é bastante importante...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Parece-me bastante mais importante recentrar o debate com alguma serenidade.

A Oradora: Vamos recentrar o debate na questão que é importante.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: O que se tem debatido aqui, e tendo ouvido com muita atenção todos os partidos políticos, há aqui uma questão que é uma preocupação transversal a todos eles, que é a questão da ausência do exercício da autonomia por parte do Governo Regional dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se fosse só a ausência disso!

A Oradora: Ora, meus senhores, muito se fala da autonomia. Vamos concretizar em concreto e vamos ao estatuto político-administrativo dos Açores, porque isso é que é a raiz e o coração do exercício da autonomia para além da constituição, e há aqui, como já disse a Deputada Sónia Nicolau, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): E disse mal!

A Oradora: ... o exercício do princípio do adquirido autonómico, e o artigo 14º que nos diz que “o processo da autonomia regional é de aprofundamento gradual e dinâmico”.

Ou seja, se nós olharmos para o passado, há 10 anos, em 2008, que o Governo Regional aguardou pela decisão da República e depois decidiu em exercício de autonomia, é claramente um processo gradual e dinâmico do exercício da autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas essa autonomia não é a mesma de 2008!

A Oradora: Mas deixem-me acrescentar algo que é o mais importante! É que esta autonomia plasmada no Estatuto, como sabem agora revisto em 2009... e eu aqui fico surpresa com esta noção.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Os professores estão no século XX ou no século XXI?

A Oradora: A autonomia é uma ferramenta, não é um objetivo. É uma ferramenta, não é um objetivo. E notem, e é uma ferramenta...

Deputado Paulo Parece (PSD): Diga isso ao Governo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... e é uma ferramenta que pretende claramente dizer ...

(Aparte inaudível)

Não, é uma ferramenta. E sabem para quê? Para aquilo que é substanciado no preâmbulo do estatuto político-administrativo dos Açores, que é: “a autonomia visa a promoção do bem-estar do seu povo”, e é isto que está a ser feito aqui.

Do seu povo, sim senhor. Ou seja, o legítimo desejo dos professores da Região Autónoma dos Açores em verem reconhecidas as suas aspirações, está efetivamente a ser salvaguardado pelo Governo Regional.

E porquê? Minhas Sras. Deputadas, meus Srs. Deputados: O processo ainda não acabou.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vão ter de votar o nosso DLR!

A Oradora: O processo ainda não chegou ao fim. A 11 de julho foram retomadas as negociações, e vamos ser sinceros. O Governo Regional só pode fazer e tomar uma decisão acertada quanto tiver todas as cartas em cima da mesa, e vou dar só um exemplo muito claro.

Vou dar um exemplo muito simples do que eu penso. Se o Governo da República puser em cima da mesa a hipótese de uma reforma, não têm os professores dos Açores, com 59 ou 60 anos, ter o direito de optar por se os anos poderão ser ou não incluídos na reforma? É porque a questão da reforma não está incluída naquilo que diz respeito à autonomia, e, portanto, por isso é que eu digo que...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que isso tem a haver?

A Oradora: Sr. Deputado, tem tudo a ver. Ou seja, a verdade é que quando as cartas todas tiverem em cima da mesa, então o jogo pode ser feito com toda a consciência e com toda a responsabilidade.

E depois há aqui uma questão muito importante, Sra. Deputada Zuraida Soares. Eu penso que a Sra. Deputada não leu todas as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já não é para ler! Já não é para levar em conta!

A Oradora: ... porque precisamente também a 21 de novembro de 2017 o Sr. Presidente diz que “o compromisso do executivo de que qualquer questão nova que surja nos Açores fruto da aplicação das soluções nacionais e tendo em conta as especificidades da Região, o Governo dos Açores cá estará para analisar, para dialogar e decidir”.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Onde está?

A Oradora: Ora bem, portanto, há o assumir do compromisso nacional e depois é feita ainda esta questão que é bastante importante.

Vou terminar por aquilo que me parece mais importante, que é recentrar o debate. Eu percebo que este é um debate político, mas eu não vou politizar o debate, sinceramente.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Porque o mais importante nesta fase é, com serenidade, aguardar uma decisão que seja tomada e garantir que esta decisão é a melhor para continuar que os docentes tenham uma carreira docente melhor.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso chama-se teimosia!

A Oradora: E melhor para quem? Minhas Sras. Deputadas, meus Srs. Deputados, melhor não é para nós deputados nem é certamente melhor para o Governo Regional, mas é para os professores e para os alunos, para as suas famílias e o mais importante, para os seus alunos.

Deputado Paulo Parece (PSD): Diga isso a eles!

Presidente: Srs. Deputados.

A Oradora: Por isso é que eu digo que se aguarde mais algum tempo com toda a serenidade, e vou dizer uma coisa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A autonomia suspensa!

A Oradora: Estes professores, os nossos professores, precisam de uma mensagem de calma da nossa parte, e precisam de uma mensagem de calma da nossa parte não só porque o ano letivo...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sete anos de calma!

A Oradora: ... a iniciar no dia 01 de setembro é fundamental, mas acima de tudo, e parece-me que isto é o mais importante, é que esta estabilidade dos professores e esta serenidade que é muito importante que nós aqui na Assembleia lhe confirmemos e que o assunto será resolvido, é fundamental para uma carreira que todos nós temos que reconhecer que é profundamente desgastante.

Como sabeis, há cerca de uma semana saiu um estudo a atestar a dificuldade e a pressão e o desgaste da carreira docente e eu tenho a certeza que se o mesmo estudo fosse aplicado nos Açores, os resultados não seriam diferentes.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Mas nos Açores está muito melhor!

A Oradora: Mas há algo que é ainda mais importante neste estudo. É que ele revelou que estes docentes (os nossos docentes), não apresentam a característica da despersonalização. Ou seja, acima de tudo, a sua vocação, o seu compromisso e a ênfase de toda a sua atividade está claramente no aluno, que são os nossos alunos.

E, portanto, a verdade é que me parece que é importante fazer alguma calma, precisamente para chegar fechando o círculo daquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares disse ali, a questão da esperança, Sra. Deputada, nas palavras do José Luís Peixoto. É uma questão de esperança.

Portanto, o processo não está terminado e é preciso aguardar para que a decisão seja tomada de forma consciente e como tem sido sempre feito em benefício de todos os professores da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero iniciar esta minha intervenção fazendo aqui uma homenagem a todos os professores que mantiveram a luta a que têm direito num Estado democrático de

fazer, que mantiveram o dinheiro à greve, que realizaram as suas escolhas do ponto de vista individual de adesão à greve de forma democrática e de forma livre, apesar de terem sido coagidos fortemente pela administração regional com ameaças de processo disciplinar, com perseguição de alguns conselhos executivos, a ordens do Sr. Secretário Regional, ordens que foram remetidas diretamente pela Secretaria Regional e pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A minha homenagem a esses professores que testemunharam todos os dias ameaças de processos disciplinares, de destruição das suas carreiras e esses professores mantiveram-se na luta que dependia exclusivamente da sua vontade e não se deixaram coagir. Esta é a primeira palavra que gostava aqui de transmitir neste plenário.

E gostava de dizer também, aqui fazer referência à incoerência total. Dizia a Sra. Deputada Susana Costa: “Nós estamos à espera que as cartas estejam todas em cima da mesa para podermos julgar aquilo que é justo”. As cartas, Sra. Deputada, estão em cima da mesa! São sete, correspondem aos sete anos em que os professores realizaram as suas tarefas, realizaram e desempenharam a sua profissão, e que esse tempo tem que ser considerado e que lhes está a ser roubado!

Quais são as cartas que faltam? Essas cartas estão em cima da mesa! Não há mais nenhuma cartas! Esse tempo tem que ser considerado, esse tempo está a ser-lhes roubado!

E, portanto, aqui não há nada que esperar, Sra. Deputada. Não vê, não sabe que os sete anos têm que ser considerados? E diz a Sra. Deputada...

Deputado André Bradford (PS): Esse tempo não foi retirado por nós, foi pelos seus amigos do lado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia ter vergonha!

Deputado André Bradford (PS): Não tenho vergonha nenhuma! Tiveram de imigrar!

Nós estamos a devolver o que o Governo tirou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode continuar.

Sras. e Srs. Deputados, por favor peço-vos. Vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, eu pedia à bancada do Partido Socialista... eu ouvi as vossas intervenções, eu gostava que me respeitassem e que me deixassem dizer a minha opinião, em democracia é assim.

Gostava de dizer-vos, portanto, que as cartas estão em cima da mesa, e dizia a Sra. Deputada Sónia Nicolau: “Não se coloca em causa a justiça, não se coloca a justiça do tempo de recuperação”. Então se não se coloca, o que é que os senhores estão à espera para fazer efetiva essa recuperação do tempo de serviço?

Dizia o Sr. Secretário na comissão que “o dinheiro não é problema. O dinheiro, para mim, para o Governo Regional, não é problema. A questão não é financeira”, dizia o Sr. Secretário. “Para mim, não há nenhum problema financeiro, não se coloca nenhum tipo de questão do ponto de vista orçamental”, dizia o Sr. Secretário na comissão.

Então se a questão não é financeira, qual é? Então se não é de justiça, porque é justo recuperar o tempo de serviço, então se a questão também não é financeira, qual é a questão aqui? Qual é a questão então que resta?

Eu não vejo nenhuma outra questão, porque a verdade é esta. Nós temos autonomia para decidir e para recuperar o tempo de serviço que, dizem as Sras.

Deputadas, é mais do que justo. Então se é mais do que justo e se há dinheiro, qual é o problema? Qual é o problema para não exercer as competências legais que nós temos sobre esta matéria para não exercer o regime da autonomia?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É político!

O Orador: Eu acho que os senhores têm uma explicação, e a vossa explicação é a seguinte: é porque o Sr. Presidente do Governo tem um compromisso, juntamente com o Primeiro-ministro António Costa, de aqui não introduzir a recuperação do tempo de serviço para não criar problemas ao Partido Socialista lá de fora em Lisboa, para que não se diga que existia um Governo do Partido Socialista que procedeu à recuperação integral do tempo de serviços nos Açores!

Portanto, o seu problema é que o senhor ofereceu como carne para canhão os professores dos Açores em relação à camaradagem que quer ter com os seus camaradas de Lisboa!

Aí é que está o problema! O senhor vendeu a autonomia, o senhor vendeu os interesses dos professores dos Açores, sabe para quê? Para proteger os seus camaradas em Lisboa, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é isto, Sra. Presidente?

O Orador: ... para lhes dar um espaço de negociação aos seus camaradas de Lisboa. Aí é que está o problema.

E o senhor nesse processo destrói o regime autonómico e o senhor nesse processo trata injustamente os professores dos Açores e utiliza-os como moedas de troca.

E eles sabem, Sr. Presidente. O Sr. Presidente só tem uma estratégia. A sua estratégia é pura e simplesmente estar às ordens dos interesses dos seus camaradas de Lisboa, do seu Primeiro-ministro, é isso que o senhor está a fazer. Porque não há mais nenhuma explicação racional para a posição que V. Exa. tomou aqui.

Deputado Marco Costa (PSD): Nem sequer a geringonça!

O Orador: Termino esta primeira intervenção também para fazer aqui referência ao diálogo. Dizem os senhores: “Nós estamos disponíveis para dialogar”. Então se estão disponíveis porque é que não abrem o processo de negociação com os sindicatos? Então se os senhores são tão democráticos, exemplarmente democráticos, “nós queremos negociar, estamos inteiramente disponíveis”.

Bom, mas para negociar têm que se sentar à mesa e os senhores não se querem sentar à mesa! Isto é que é negociação, isto é que é espírito democrático?

E os senhores dizem: “Bom, é preciso ter calma e serenidade. Vamos aguardar”.

Mas vamos aguardar o quê? Os senhores têm que negociar, têm que sentar na mesa e aquilo que as Sras. Deputadas disseram é justo, que é a recuperação dos sete anos, tem que se fazer! Tem que se fazer!

Diz a Sra. Deputada: “Estamos à espera das cartas”. A cartas já lá estão. São sete anos, são sete cartas. Sete anos de recuperação do tempo de serviço dos professores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para participar neste debate que chega a esta a Casa pela mão do Bloco de Esquerda com um mecanismo regimental em que o título é a “Educação e as reivindicações dos professores”.

Julgo que todos concordamos que uma coisa não é absolutamente sinónima da outra. Era bom que fosse, era bom que fosse. Infelizmente não é. E era bom que fosse porque seria muito mais simples e muito mais fácil.

E, portanto, este debate deixa de fora aquilo que não minha opinião é a razão de ser e a parte substancial do seu título, exatamente a questão da educação. E

centra-se numa matéria que é atual, que tem, no fundo, também todo o interesse de ser debatida, que é a questão das reivindicações dos professores.

A segunda questão que gostaria de partilhar com a câmara tem a ver com aquilo que me parece ser uma contradição evidente e lógica em algumas das posições que aqui têm sido expressas. Não é possível simultaneamente criticar o Governo Regional por não fazer aquilo que fez em 2008 e ao mesmo tempo exigir que o Governo Regional abra já um processo de negociações. Isso é uma contradição. E é uma contradição porque há algumas diferenças hoje em relação àquilo que aconteceu em 2008. E são essas diferenças que afetam de forma substantiva e que levam a que de forma substantiva a posição do Governo Regional seja aquela que é hoje.

Em 2008 havia também tempo de serviço congelado nos professores. Essa é uma situação que acontecia antes e que acontece agora. Mas há algumas diferenças fundamentais entre 2008 e 2018.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dez anos de governação!

O Orador: Em 2008, foi assumido que não haveria a contabilização de tempo de serviço congelado pelos professores, e foi após, conforme reconheceu a Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem era governo em 2008? O senhor é que vai responder!

Presidente: Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mesmo quando o Sr. Presidente fala!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não quando o Sr. Presidente fala!

O Orador: O que não é regimental é a obrigação de eu falar por cima dos apartes.

Como muito bem reconheceu a Sra. Deputada Zuraida Soares, em 2008 aguardou-se por uma decisão do Governo da República, e aliás, eu assisti a um

debate televisivo em que da parte de um dirigente sindical, isso foi assumido, também se aguardou pela decisão do Governo da República.

Mas então, já temos uma decisão do Governo da República em 2008 e foi a partir daí que o Governo Regional de então tomou uma decisão. Isso verifica-se hoje? Não, não se verifica hoje, por duas razões fundamentais: porque hoje temos um Governo da República que assumiu que quer negociar essa questão, e mais importante que isso, temos um processo negocial que está em curso.

E, portanto, não é possível simultaneamente dizer: “Em 2008 é que estava bem e agora os senhores devem abrir de imediato um processo negocial”. Isso é uma contradição em que algumas das afirmações que aqui foram feitas, caem.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, dito de outra forma. Que diferenças é que há entre a situação de 2008 ou de hoje que leva a que em 2008 o Governo Regional tenha decidido recuperar o tempo de serviço em dois anos e qualquer coisa e hoje aguarda pela decisão do Governo da República? Porque em 2008 houve uma decisão do Governo da República que disse que não contava o tempo de serviço, e hoje temos uma decisão do Governo da República que diz que quer recuperar esse tempo de serviço, que está a negociar esse tempo de serviço.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, a postura do Governo Regional hoje e em 2008 é exatamente a mesma! Exatamente a mesma!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Apartes das diversas bancadas)

O Orador: Claro que é inteiramente legítimo partidos como o PSD, como o CDS, dizerem: “Não, não. Devia-se abrir um processo negocial e se fôssemos nós o Governo Regional recuperávamos todo o tempo de serviço. Vejam o que fez a Madeira!”.

Essa posição, se porventura houvesse atrevimento a dizê-la desta forma, teria o mérito e a validade que o histórico e o percurso desses partidos lhe dariam.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para consertar as bancarrotas dos socialistas!

O Orador: Em terceiro lugar, há uma questão que aqui foi colocada...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Presidente está a falar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Baixem a bolinha.

O Orador: Há uma questão que aqui foi colocada e que julgo que também é importante esclarecer, e que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando diz: “Bom, mas então se o problema não é de finanças, se o problema é do mérito da posição dos professores, porque razão é que não negociam?”. Porque a solução global para este assunto deve ser avaliada na sua integralidade, e deve ser avaliada no seu conjunto. E pode, no decurso desse processo negocial, surgirem questões que não estão na área de competências da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como por exemplo?

O Orador: E por isso essa é mais uma razão para que concluído um processo a nível nacional, que nos dê a perspetiva de uma solução global, a apliquemos então e aguardemos por essa solução nacional.

Eu dispenso-me de qualquer referência ou qualquer comentário em relação à questão dos delírios do Sr. Deputado Paulo Estêvão quanto a compromissos e a negociatas.

Repudio por completo essa insinuação torpe, repudio por completo.

Essa discussão resume-se também àquilo que é a nossa autonomia. Se a nossa autonomia se deve bastar com o facto de haver um grupo de pessoas sentado à volta de uma mesa...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Autonomia suspensa!

O Orador: ... que diz que negocia e que provavelmente até alcança uma solução, ou se é uma autonomia que primacialmente deve estar ao serviço de uma boa solução para os professores, para a manutenção de uma carreira diferente para melhor dos professores nos Açores do que no continente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E por último, uma pergunta muito clara e muito concreta à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Sra. Deputada, acredita ou não que é possível alcançar uma solução nacional para os professores em sede de negociação ou em sede de Orçamento de Estado?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo fim e vou responder diretamente ao Sr. Presidente do Governo, quando me pergunta se eu acredito que na República se chegará a bom porto durante o processo de negociação do Orçamento de Estado para

2019, no que diz respeito ao descongelamento da carreira dos professores. Foi isso que o Sr. Presidente me perguntou.

E eu respondo-lhe com toda a clareza: se o Governo da República cumprir a resolução aprovada na Assembleia da República, cumprir a norma do Orçamento de Estado para 2018, eu não tenho a mínima dúvida de que não é preciso mais negociações. Está escrito no orçamento, que é uma lei, está escrito numa resolução da Assembleia da República que é para ser cumprida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está! Bem lembrado!

A Oradora: Eu acredito que quem assume compromissos e preza a sua honestidade intelectual e política, deve cumpri-los. E, portanto, se o Governo da República cumprir aquilo que assumiu, haverá com certeza oportunidade de chegarmos a bom porto sobre esta matéria.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, permitam-se fazer aqui uma pequena clarificação porque houve algumas intervenções que me suscitaram...

Muito obrigada, Sra. Presidente.

... e a clarificação desde logo é esta.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Serenidade é uma coisa e é sempre necessária, e quando os professores desta Região, à semelhança dos do continente, mas agora os desta Região no exercício da autonomia desta Região estão na rua e se recusam a fazer aquilo para que eles trabalharam durante um ano inteiro, que é dizer se os seus alunos tiveram ou não sucesso nas suas aprendizagens, então a serenidade é ainda mais necessária.

Mas a serenidade não se pode confundir com hipocrisia e com incoerência. São coisas completamente diferentes.

Deputado André Bradford (PS): Também concordamos!

A Oradora: E é por isso que com toda a serenidade eu digo o seguinte: quando nesta câmara e fora dela o Governo Regional e o Partido Socialista dizem que a

luta dos professores na Região Autónoma dos Açores é justa, que os professores, como foi provado por um estudo recente e porque os dos Açores não são diferentes dos do continente, estão em *burn out*, que os professores merecem respeito nas suas reivindicações, mas simultaneamente se diz: “Mas para já não temos nenhuma resposta para dar”.

Peço imensa desculpa. Isto pode ser muito sereno, mas não é coerente e é hipócrita!

Depois, os senhores dizem (já disseram várias vezes): o Governo Regional, há pouco o Sr. Presidente do Governo Regional, o Partido Socialista, 2008 e 2018. Bom, entendamo-nos, porque agora há uma ênfase diferente. Eu ouvi na sexta-feira, eu e os outros partidos ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, e aquilo que o Sr. Secretário Regional disse foi: “O que for decidido no continente será aplicado nesta Região”. Mas eu agora ouvi o Sr. Presidente do Governo e antes ouvi a Sra. Deputada Susana Goulart...

Deputado Francisco César (PS): Já tinha ouvido no Sr. Presidente em novembro!

A Oradora: ... e fiquei com a impressão que não é isso afinal que está a ser dito agora.

O que está a ser dito agora é: “Aquilo que for decidido no continente, será melhorado na Região Autónoma dos Açores”, peço desculpa, “se o Governo assim o entender”.

É porque, Sras. e Srs. Deputados, foi isto que foi feito em 2008, quando os senhores querem comparar e dizer que o processo de 2008 é igual ao de 2018, só podem fazer isto. Agora, não podem é simultaneamente afirmar, como fez o Sr. Secretário Regional, que aqui será aplicado o que for decidido no continente, porque uma coisa é uma coisa e a outra coisa é completamente diferente.

Depois, quanto à necessidade de cartas na mesa. Bom, as cartas já estão de tal maneira na mesa e marcadas, no continente sobre esta matéria já tudo foi dito, desmentido, redito, ameaçado, chantageado e agora vão fazer umas contas que já estavam feitas e eram umas contas tão exorbitantes que o Governo da República não podia pagar, afinal não sabem as contas. Já se enganaram nas contas e agora é preciso uma comissão que empate o processo até setembro, porque é disso que se trata, de empatar o processo, e, portanto, nós aqui continuamos exatamente na mesma.

Sr. Presidente do Governo Regional: o Sr. Presidente acha que há uma contradição entre fatores no título do nosso debate de urgência “Educação e reivindicação dos professores”?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): A contradição não se reduzia ao título! Oxalá se reduzisse!

A Oradora: Ah, pronto. É que eu o entendi assim.

É porque eu queria dizer-lhe que no meu ponto de vista não há educação nem sem professores, nem sem alunos, nem sem liberdade, nem sem respeito, nem sem democracia, nem sem esperança, e nem sem luta! E, portanto, educação e reivindicações dos professores, no nosso ponto de vista, tem tudo a ver uma coisa com a outra.

Finalmente, Sr. Secretário Regional da Educação, aproveitar a oportunidade. Há pouco quando referi a sua referência às vantagens do sistema regional da educação, eu gostava também de o ouvir sobre as desvantagens, e perguntar-lhe até quando é que elas vão subsistir no nosso sistema regional de educação, penalizando os professores da Região.

Limitação à contratação sucessiva, existe no continente, não existe aqui, e é por isso que há centenas de professores permanentemente precários ao fim de 20 anos de darem o seu trabalho ao sistema educativo desta Região.

Sistema de compensação por caducidade dos contratos. Existe no continente, aqui não existe e penaliza, gravemente, sente-se no bolso, os docentes desta Região.

Finalmente pergunto-lhe se vai ou não rever as normas de transição que impuseram aos professores uma perda de três anos na progressão na carreira. É porque estas são, de acordo com o seu vocabulário Sr. Secretário Regional, três objetivas desvantagens que não se confundem com as pretensas vantagens do nosso sistema regional de educação.

Já lhe fiz muitas perguntas, Sr. Secretário Regional, agora aguardo pelas respostas para poder intervir outra vez.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, nesta altura do debate, surge aqui alguma controvérsia em relação a algumas matérias. Primeiramente dizer que fiquei agora na dúvida ao que se chama então à decisão que foi tomada pela República quando esta avançou com o seu ultimato de que o tempo recuperado seria um terço do tempo congelado. Isto não foi a decisão da República.

É necessário retomar esta situação e recordar que o processo negocial retomou, mas não estava aberto, foi feito um ultimato em que foi dito aos professores e aos sindicatos: “Ou é um terço, ou não é nada”, e em resposta a uma carta aberta por parte dos sindicatos é que foram retomadas estas negociações. É que até parece que a negociação esteve sempre em aberto até agora. Não foi isso o que aconteceu.

Também dizer que em relação à coerência, a mim parece-me mais teimosia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque a tomada de decisão foi pública, a 21 de novembro de 2017, foi assumida a posição do Governo de que estaríamos e que seriam tomadas as decisões que fossem na República essas seriam adotadas na Região, mas a verdade é que o cenário atual não é o mesmo que era no dia 21 de novembro de 2017. Já vários acontecimentos ocorreram e que também nos fazem pensar, e por isso temos também que retomar a nossa posição e isso não quer dizer que não é coerência, porque eu posso ser coerente tomando uma decisão anterior e mudar a minha decisão com base nos pressupostos que são novos e que ocorreram, e isso é coerência!

Por isso, a questão de manter a posição de 21 de novembro de 2017 não é sinónimo de coerência, é sim sinónimo de teimosia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque a verdade é que a decisão do Governo da República foi recuperar apenas um terço, e o que estamos aqui a pôr aqui em causa é que após essa decisão da República de retomar apenas um terço do tempo congelado, a Região tem autonomia, e depois das declarações de sexta-feira, nem é uma questão orçamental, porque é que não vamos avançar com uma solução?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: É esta a questão e é esta a dúvida que fica no ar!

E até também relembrar, e como já foi dito aqui pela Deputada Zuraida, a verdade é que até este momento, foi-nos sempre dito que o que seria tomado na República seria tomado na Região. Agora aqui já há um discurso um bocadinho diferente, que é: “Vamos tomar o que a República tomar para depois na Região vermos se conseguimos melhorar a coisa”.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Mas então como é que ficamos?

Então a pergunta agora que faço ao Sr. Secretário é: se efetivamente a República mantiver a sua posição de recuperar apenas um terço do tempo. É essa a recuperação desse tempo que vai ser tomado na Região?

Outra questão: se forem recuperados os nove anos que estão aqui em causa, vai a Região também recuperar esses nove anos? Vão ficar professores também com dois anos de crédito para congelamentos futuros, digamos assim? O que é que vai acontecer?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: É que já ninguém percebe!

Se vamos adotar a posição da República, nua e crua, aquela que for tomada, ou vamos a esperar pela posição da República para depois tentar melhorar na Região. Como é que ficamos?

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Para uma interpelação à mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sim senhora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para informar a Mesa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fará chegar um documento a informar, porque está na nossa esfera de competência ou de prerrogativa, podemos entregar à Mesa um documento em que se demonstra que o Sr. Presidente do Governo Regional, desde a primeira hora que falou do assunto, a 21 de novembro de 2017, disse que aplicaria a solução nacional, mas disse mais.

Disse que qualquer questão nova que surja nos Açores fruto da aplicação de soluções nacionais, e tendo em conta as especificidades da Região, o Governo dos Açores cá estará para analisar.

E, portanto, todas as vezes que os partidos de oposição disserem nesta Casa que agora há uma alteração de discurso, não é verdade.

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito de uma interpelação.

O Orador: O discurso é o mesmo de 21 de novembro de 2017.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso não é uma interpelação!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço então que faça chegar à Mesa o documento para poder ser distribuído.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação em relação à condução dos trabalhos, para interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente:

A representação parlamentar do PPM considera que é fundamental respeitar as regras regimentais, e que a Mesa interrompa logo de imediato, a partir do momento em que se verifica que qualquer intervenção a coberto de uma interpelação não é de facto uma interpelação. Significa a transmissão de uma opinião política e a condenação até de outras bancadas, como foi o caso.

Solicito à mesa que interrompa imediatamente quando uma interpelação não o é, como foi agora o último caso em que o Partido Socialista utilizou esta figura regimental para fazer uma intervenção e não uma interpelação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Aplicar com efeitos retroativos ao PPM. Essa interpelação é mais um lapso!

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação.

Vamos continuar o debate.

Sras. e Srs. Deputados.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por fazer uma citação de uma notícia do “Diário de Notícias” que diz o seguinte: “O Governo dos Açores...

(Aparte inaudível)

Sim, o “Diários de Notícias” que tem lá o Diretor Camões posto pelo José Sócrates, como sabem.

“O Governo dos Açores garantiu que assume totalmente e sem reservas a solução que for consagrada a nível nacional em relação ao descongelamento da carreira”, disse o Sr. Secretário da Educação, Avelino Meneses.

“Também assume totalmente e sem reservas o compromisso de aplicar na Região a contagem de tempo de serviço que for definida a nível nacional, assegurou Vasco Cordeiro, explicando que no continente há nove anos para recuperar enquanto que na Região Autónoma dos Açores são sete”.

É isto que o PS tem defendido, é isto que o Governo dos Açores tem defendido, e foi isto que na passada sexta-feira o Sr. Secretário e a Sra. Deputada Sónia Nicolau defenderam na Comissão de Assuntos Sociais. Foi exatamente isto.

Mas tem havido uma tentativa de lançar alguma confusão e algumas contradições. Falaram aqui em muitas abstenções, votos contra em projetos de

contagem de tempo de serviço. Eu compreendo, pelo presente que se está a ver do PS, que tenham metido a autonomia numa gaveta, mas o que diz respeito aos professores dos Açores e que se passou nesta Assembleia foi que aquando da discussão do orçamento para 2018, nesta casa, o PSD apresentou uma proposta de recuperação de três anos de serviço que o PS votou contra.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Porquê?

O Orador: Isso é a verdade. Não há mais confusão, foi isso que se passou nesta Casa. Portanto, não tentem fazer confusão com abstenções na República, não. Foi exatamente isto que se passou. Votaram contra, contra.

Para além do que este ofício da vergonha assinado pelo Diretor Regional que chegou às escolas a exigir às escolas que fizessem tábua rasa da legislação, que fizessem tábua rasa do ProSucesso e de todas as componentes avaliativas. Este documento da vergonha, já na última Comissão de Assuntos Sociais, mas hoje também, há um propósito de colocar professores contra professores, sindicatos contra sindicatos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Há um propósito de fazer sindicato bom e sindicato mau, parafraseando ali o Deputado Paulo Estêvão! Há sim senhora!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso já na última Comissão de Assuntos Sociais foi ensaiado e foi repetido hoje aqui também.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que aqui se trata é de contar o tempo, os dias de trabalho a quem efetivamente o trabalhou. Os professores não estão a pedir nada que não tenham feito. Os professores trabalharam, desempenharam as suas funções.

Oh Sra. Deputada Sónia Nicolau...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Porque votaram contra o orçamento?

O Orador: ... eu sei que para si, neste momento faz-lhe espécie a autonomia. A autonomia faz-lhe confusão, mas nós aqui estamos nos Açores! Estamos nos Açores, não estamos na República! Estamos nos Açores! Faz confusão, faz.

O PS e o Governo Regional estão amarrados àquilo que forem as demandas da República, portanto, a autonomia faz-lhes confusão.

Nós nesta casa votámos a favor da recuperação dos três anos de serviço, e propusemos agora um Decreto Legislativo Regional para que seja recuperado integralmente, de forma faseada, os anos de serviço. Nós não estamos a pedir nada nem nenhuma benesse para os professores. Nós estamos a dizer que aquilo que efetivamente os professores trabalharam, lhes seja contabilizado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós chegámos a este ponto de pedir que os dias que sejam trabalhados sejam contabilizados aos professores. É este o ponto da situação.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, é para responder aos delírios do Sr. Presidente do Governo Regional e para lhe dizer o seguinte: o que eu acho que é uma situação delirante é vossa excelência que tem competências nesta matéria no âmbito da educação dizer: “sete anos? Estamos completamente de acordo, é de justiça”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é a justificação!

O Orador: O que eu acho que é completamente delirante é o senhor dizer depois: “Bom, mas há uma negociação global. Há uma negociação global em que contam os tempos de aposentação e isso é competência nacional”.

Pois é, é competência nacional, então vamos deixá-los decidir no âmbito nacional. Mas o que o senhor pode decidir aqui e que não está a decidir é a recuperação efetiva do tempo de serviço. Está dependente de quê essa posição política? Do que é que depende, que o senhor acha justo, que tem dinheiro pelos vistos, porque o Sr. Secretário diz que tem dinheiro, não significa nenhum problema orçamental, então está à espera de quê? É que eu não consigo compreender.

Essa história da aposentação todos nós sabemos porque é que isso está em cima da mesa. Isso é uma tentativa de dividir os professores entre os professores que têm mais tempo de serviço, que estão à beira da aposentação, e outros que não estão, para tentar dividir a classe docente. Mas a classe docente está habituada a esse género de estratégias, Sr. Presidente, e não se vai deixar cair nesse tipo de estratagemas.

O que há aqui, Sr. Presidente, e digo-lhe, eu vejo aqui uma proposta do Partido Os Verdes que foi aprovada na Assembleia da República e que foi votada favoravelmente também pelo Partido Socialista e que diz aqui que defendem que se deve recuperar integralmente o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira.

Portanto, meus senhores, em termos de progressão, em termos daquela que é a coerência das vossas posições, é mais que justo. Temos dinheiro? Temos. Temos competências? Temos. Então porque é que não as exerce? O Senhor não as exerce, e a única explicação racional embora seja politicamente muito desfavorável para vossa excelência, é que o senhor está amarrado a um acordo que fez com o Primeiro-Ministro no sentido de não efetuar a recuperação do

tempo de serviço aqui para não pressionar o Governo da República a nível nacional, para que essa solução seja mais difícil de negociar a nível nacional e essa é a explicação! E todos nós sabemos que isso é verdade!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Falso!

O Orador: Portanto, o que é que o senhor fez? Todos aqui sabemos que isso é verdade.

O que o senhor fez foi vender os interesses dos professores dos Açores, foi vender os interesses da autonomia dos Açores em prol de uma estratégia meramente partidária, Sr. Presidente!

Reitero aquilo que disse, isso e essa posição é que é delirante. Essa posição é que é delirante.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É falso!

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Prescinda.

Não havendo mais inscrições, vamos então também interromper para o almoço, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa informar os tempos restantes.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo tem 11 minutos e 27 segundos; o Partido Socialista, sete minutos e 11 segundos; PSD, oito minutos e 16 segundos; CDS-PP, quatro minutos e 49 segundos; Bloco de Esquerda, dois minutos e 19 segundos; PCP, 37 segundos; e PPM, um minuto e 22 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15h.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Está inscrita e dou a palavra à Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desengane-se quem achar que este é um debate ou um processo dos professores contra o Partido Socialista ou do Partido Socialista contra os professores.

Desenganem-se completamente aqueles que pretendem usar a luta mais do que legítima dos professores contra o Partido Socialista. Porque o percurso do Partido Socialista nesta matéria mostra bem que temos estado sempre ao lado dos professores.

O Partido Socialista está nesta legítima reivindicação dos professores ao seu lado, como esteve noutras alturas, como esteve aquando da revisão do estatuto da carreira docente nos Açores...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... mais favorável na Região Autónoma dos Açores do que no continente e na Região Autónoma da Madeira, diga-se.

Esteve aquando da não aplicação das quotas na Região à carreira do pessoal docente, criando uma carreira sem barreiras ao contrário dos restantes funcionários públicos e dos restantes professores no resto do país. Esteve aquando da reposição salarial quando no país o Governo do PSD aplicava cortes salariais e aumentos de impostos.

O Governo dos Açores resguardou os funcionários públicos em geral e concretamente os professores dos cortes cegos...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não apoiado!

A Oradora: ... do Governo do PSD e do CDS-PP, assim como quando decidiu pela recuperação do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007 como já foi aqui, por várias vezes, referido. Aqui é preciso lembrar que o PSD não votou a

favor da recuperação do tempo congelado naquela altura e por mais que se queira, por mais que o PSD queira escamotear esta verdade, ela é registada e, portanto, o PSD não votou a favor da recuperação do tempo de serviço congelado entre os anos 2005 e 2007.

Lembrar também que o PSD e o CDS-PP não votaram a favor da resolução aprovada na Assembleia da República no final do ano passado...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que recomendava ao Governo a contagem na totalidade do tempo de serviço para as carreiras cuja progressão dependa do tempo de serviço efetuado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Preciso lembrar também aqui muito bem isso.

Portanto, como pudemos facilmente verificar, o primeiro objetivo deste Governo Regional e do Partido Socialista, tem sido sempre o de estar ao lado dos professores e dos trabalhadores em geral. Neste caso concreto, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Nota-se isso!

A Oradora: ... como em outro, neste caso é exatamente o de preservar na íntegra o que já é mais favorável na Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aplicar na íntegra a solução nacional tem como objetivo claro garantir que no fim a carreira dos professores continua a ser a mais favorável do país, mais favorável do que no continente, mas também mais favorável do que na Região Autónoma da Madeira.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governos:

Aplicar a mesma solução que for aplicada no continente, não é subtrair, é somar. É disso que se trata. Somar direitos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É assim que o Governo dos Açores, o Governo do Partido Socialista, tem exercido a autonomia, quer no caso dos professores, quer também no que respeita aos restantes funcionários públicos na Região, bem como nas mais diversas áreas, quer na educação, quer na solidariedade social, de que temos inúmeros exemplos, o Governo Regional tem exercido sempre a autonomia para somar direitos em todas as áreas, quer na solidariedade social, como já referi, na saúde, na educação, mas também na área do trabalho, somando direitos laborais e salariais a todos os funcionários públicos desta região.

E disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desnorte no Governo foi patente esta manhã. Enquanto o Sr. Secretário repetidamente afirmou que “será aplicada nos Açores...

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

A Oradora: ... a solução que for encontrada a nível nacional”. Acabei de o citar para que não haja margem de dúvidas.

Por outro lado, a bancada do Partido Socialista esta manhã anunciou que está a aguardar por uma solução. Uma coisa é aguardar, outra coisa é aplicar.

Portanto, o que se depreende destas palavras é que o Governo está a recuar, e assim sendo, após a decisão ser feita a nível nacional, pode vir uma solução

melhor para os Açores, e neste caso o que nós pretendemos, esta Assembleia e os docentes que estão cá a ouvir-nos, é qual é a solução que irá ser tomada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso é os enrikes do PSD!

A Oradora: Está previsto uma solução melhor para os Açores ou será aplicada linearmente uma solução nacional na regional?

Gostaríamos de ser esclarecidos.

Ou então das duas uma. Perante a contradição entre a bancada do Partido Socialista e as afirmações do Sr. Secretário, só podemos depreender ou que há recuo ou então estão a desautorizar precisamente o Sr. Secretário.

Outro ponto que deverá aqui ser esclarecido e destacado, de facto, é o vazio da bancada do Partido Socialista. Vem aqui, mas nada de nada nos trouxe, nada de nada anunciou.

O que é que tentou fazer, e foi visto esta manhã? Criar confusão. Conflitos entre os próprios docentes, confrontar o sindicato democrático perante o SPRA, foi isso que foi aqui patente. E a verdade é que se compreende que haja algum desconforto na bancada do Partido Socialista perante as orientações, porque até foi notório nas vossas intervenções, mas a verdade é que tanto os professores que cá estão como aqueles que nos estão a ouvir, bem como os açorianos em geral, exigem e merecem muito mais de um partido que lhes deu maioria absoluta.

Outro ponto aqui importante também a frisar é que, e foi agora acabado aqui também de ser dito, e já várias vezes o Sr. Secretário referiu, e nos vários órgãos de comunicação social, repete, repete, repete, em que diz: “Carreira docente nos Açores é mais valorizada no país”, no entanto ignora propositadamente a compensação à caducidade dos contratos, um direito que está subjacente e que os docentes no continente, ...

Deputado André Bradford (*PS*): É ou não é a melhor do país?

A Oradora: ... no resto do país têm, bem como na Região não existe qualquer limitação à contratação sucessiva. Existe no continente uma norma, existe na Madeira, indo precisamente ao encontro do que é plasmado a nível da União Europeia. Na Região não existe qualquer um destes direitos.

Assim sendo, será tão apelativa a carreira dos docentes nos Açores? É uma questão que se deixou no ar, porque este ano até na Região já se presenciou em algumas escolas falta de docentes com habilitação profissional para lecionar determinadas disciplinas.

Será tão apelativa, tão atrativa?

Tenho dito.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Aqui chegados, e olhos nos olhos, perante os açorianos e açorianas, penso que a pergunta que se impõe é simplesmente esta: ao fim das negociações na República, independentemente do seu resultado, garante o Governo Regional que os professores nos Açores vão ter todo o seu tempo de serviço contado? Sim ou não?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Colocaram-me uma série de questões ao longo destas horas que passaram, às quais eu procurarei trazer alguma resposta ou alguma problematização.

Fundamentalmente pela voz da Sra. Deputada Maria João Carreiro, o PSD dedilhou aqui eventuais malfeitorias do Governo e do PS, o PSD dedilhou aqui pretensas benfeitorias do PSD. Todavia, a propósito da recuperação do tempo de serviço congelado aos professores, a posição do PSD é curiosa, mesmo muito curiosa.

O Dr. Rui Rio, Presidente nacional do PSD, ...

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Somos autónomos!

O Orador: ... com muita razão, com pouca razão, ou sem razão alguma, critica o Governo da República por ter criado falsas expetativas na classe docente.

Ao mesmo tempo, ao reconhecer as necessidades do equilíbrio das finanças públicas, duvida da possibilidade de recuperação de todo o tempo de serviço congelado aos professores, e ainda para meio quando reuniu com dirigentes sindicais...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Pelos vistos o senhor subscreve isso!

O Orador: ... disse tudo e não disse nada.

Entre nós, o Dr. Duarte Freitas, Presidente do PSD/Açores, é muito mais pródigo. Promete tudo a todos. A razão de tal diferente é muito simples. O Rui Rio sabe que daqui um, três, cinco, sete ou mais anos o PSD vai ser Governo e poderá não ter condições para fazer um descongelamento total de todas as carreiras.

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Puseram-lhe esse papel na mãozinha!

O Orador: Por seu turno, o Dr. Duarte Freitas sabe que jamais será Governo e inclusivamente...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é de uma arrogância! Os seus argumentos políticos!!! Não lhe ficam bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Deixe-se de prestar esse papel! Até a sua bancada está incomodada!

Deputado Luís Maurício (PSD): É muito baixo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Até o Sr. Deputado Francisco César está incomodado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário, faça o favor de continuar.

O Orador: Entre nós, o Dr. Duarte Freitas, que corre inclusivamente o risco de vir a ser apeado por um dos seus companheiros, acha-se no direito de prometer tudo porque não há que cumprir nada, absolutamente nada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário.

O Orador: Mas na posição do PSD/Açores, há uma contradição maior e mais profunda.

Deputado Marco Costa (PSD): Esta é a parte do discurso em que é escrita pelo Sr. Secretário Adjunto!

O Orador: Hoje reivindica a recuperação de todo o tempo de serviço prestado pelos professores, todavia, como já foi aqui bastas vezes lembrado, em 2008, quando por iniciativa do PS procedeu à recuperação de mais de dois anos de serviço, respeitando-se ao período de 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007, o PSD/Açores não concordou, não votou a favor. Em vez disso, absteve-se.

E também muito mais recentemente, em 15 de dezembro de 2017, quando na Assembleia da República se aprovou uma resolução para que o Governo fizesse a contagem de todo o tempo de serviço para progressão na carreira, qual foi o resultado? Todos os partidos a favor, exceto o PSD e o CDS.

Bem vistas as coisas, no PSD o desconchavo é total, já muito maior do que aquele que ainda hoje graça no Sporting. Talvez por isso um ex-deputado da Assembleia da República que não propriamente dos Açores tenha dito que quem se mete na política acha o futebol fantástico.

Deputado Luís Maurício (PSD): Um ex-reitor a falar assim! Que infelicidade! Fica na história essa intervenção!

O Orador: É certamente por causa de decisões e de contradições desta natureza.

De qualquer maneira, a intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não é digno da cadeira que ocupa aí!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário, faça o favor de continuar.

O Orador: Na sequência da intervenção da Sra. Deputada do PSD, Maria João Carreiro, resta-me, entretanto, uma questão.

Em dezembro passado, na Assembleia da República, a aprovação por maioria da resolução que sustentava a recuperação de todo o tempo de serviço congelado aos professores, nesse caso em concreto, qual foi o sentido de voto dos deputados do PSD eleitos pelos Açores? Sim, como é que votaram?

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Estamos nos Açores! A autonomia!

O Orador: Votaram a favor dos professores ou nem por isso?

A autonomia, pois. Dá para perguntar quem é que afinal está ligado, está eventualmente vendido a Lisboa e aos partidos nacionais.

Outra questão que aqui foi muito tratada, foi a questão da Madeira. O Governo da Madeira obviamente que assenta em argumentos a sua decisão para a recuperação de todo o tempo de serviço congelado aos professores. Alguns desses argumentos foram-me inclusivamente explicados em privado, por exemplo aquando da minha última estada no Funchal em maio próximo

passado. Todavia, qualquer analista político, qualquer cidadão minimamente informado, entende que na decisão do Governo da Madeira pesa muito, pesa mesmo imenso, o calendário eleitoral madeirense e o grande desconforto do PSD.

Deputado Marco Costa (PSD): Coisa que o senhor desconhece!

Deputado Luís Maurício (PSD): Essa sua intervenção é histórica!

O Orador: Além disso, à custa de medidas populista, à custa eventualmente de medidas mal pensadas, a Madeira foi sujeita a uma intervenção financeira que somente poupou o arquipélago dos Açores. Por isso nos Açores, nos anos impiedosos da Troika, procedeu-se à proteção dos funcionários públicos, também dos professores, contra a cegueira dos cortes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh Sr. Secretário e os professores da Região?

O Orador: Porém ainda hoje na Madeira os cidadãos pagam impostos mais altos, por exemplo uma taxa de IRS idêntica à nacional, a viver na Madeira, toda a população, também os professores pagam uma carga fiscal bem mais elevada que poderá, portanto, enfim, não traduzir só em benefícios a recuperação do tempo de serviço já anunciado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o que é que isto tem haver com o assunto?

O Orador: Por força do ajustamento financeiro, imposto do exterior, a Madeira efetuou cortes na educação e na saúde de 15% e igualou a taxa de IRS e a taxa de IRC ao continente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E os professores na Região?

O orador: No dizer do então Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, esse foi o modo de evitar o colapso da autonomia.

Lutaremos para que isso nunca suceda nos Açores porque depois da crise de 2008 a sustentabilidade das finanças públicas é o maior êxito que um qualquer Governo pode efetivamente obter.

Falou-se aqui também do facto de eu ter dito, na Comissão de Assuntos Sociais, que o descongelamento do tempo de serviço não teria impacto financeiro e que a questão financeira não era um problema.

De facto, neste tempo pós-troika em Portugal, a credibilidade de um qualquer Governo não se mede tanto pelo êxito na ação política tradicional nos sectores tradicionais da governação, mede-se muito mais pelo equilíbrio das contas públicas, ou seja, pela existência de finanças públicas sãs, daí todas as cautelas no controlo da despesa pública, ...

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Nem Teixeira dos Santos diria melhor!

O Orador: ... daí a necessidade de todos os governantes serem ao mesmo tempo provedores do contribuinte.

Claro que o descongelamento de sete anos de serviço docente possuiu um impacto financeiro, mais considerável, menos considerável, independentemente de ser pago de uma só vez ou de ser pago faseadamente.

Mais, a partir daí terá um impacto financeiro considerável dado o acréscimo da massa salarial anual. Todavia, uma coisa é certa, e aqui é que está o ponto. Neste processo a questão financeira não é central porque aplicaremos nos Açores a solução nacional, ou seja, muito ou pouco, e com os “bónus correspondentes”.

Falou-se neste debate das ilegalidades, ou das pretensas ilegalidades cometidas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura através da Direção Regional da Educação no momento das greves. Bem, eu já disse isto na Comissão de Assuntos Sociais, repito aqui, bem sei que há dirigentes da administração pública que pelo simples facto de o terem sido eventualmente muito tempo se acham sempre um tanto especialistas em direito e em gestão financeira.

Esse não é o meu entendimento. Eu sei apenas um pouco de história, sobretudo história dos Açores e de Portugal, mais de história moderna, menos de história

contemporânea. Assim, recorro quotidianamente aos técnicos e aos adjuntos na busca dos conselhos que alicercem as melhores das decisões. Por isso não estou habilitado, e neste parlamento alguns estarão certamente, para ajuizar em pormenor sobre a legalidade e ilegalidade de algumas normas de algumas regras jurídicas.

Assim, sem qualquer desrespeito, seja por quem for, entendo que em caso de dúvida, possui a sociedade democrática, possui o estado de direito, os mecanismos, os locais apropriados para o esclarecimento de todas as dúvidas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Parece (PSD): E não responde!

O Orador: ..., mas acerca disso dizer apenas uma coisa. Em matéria de orientações, em matéria de ordens, só as emitimos para o cumprimento dos serviços mínimos. De resto, as informações, os esclarecimentos que foram prestados, alguns a pedido das escolas, só foram transformados em procedimentos se à luz da respetiva autonomia, as escolas assim o entenderam. Entendo, Sra. Deputada Zuraida Soares, que as avaliações até hoje feitas foram realizadas com legalidade inequívoca.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Terminou já.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para não dizer já!

O Orador: E relativamente a processos disciplinares de que aqui se falou, conheço apenas um caso por incumprimento de serviços mínimos, curiosamente os demais processos, até de foro criminal, não decorrem no âmbito nem por iniciativa da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Mesmo a acabar. A Sra. Deputada perguntou-me o que é que eu achava sobre o descongelamento do tempo de serviço congelado aos funcionários públicos. O que eu acho é o seguinte: acho que foi um erro político crasso a estigmatização dos professores face à recuperação de todo o tempo de serviço aos demais

funcionários públicos. Não tenho tempo para lhe dizer que as desvantagens que enunciou numa das suas últimas intervenções não são propriamente desvantagens no estatuto da carreira docente nos Açores.

Mais, para terminar mesmo, acredito que o reatar do processo negocial em Lisboa trará bons frutos e acredito que a aplicação nos Açores daquilo que vier a ser negociado em Lisboa trará frutos ainda melhores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta sala, num Parlamento Jovem, houve alguém que disse, e cito: “Não raras vezes nesta Casa o egoísmo e a estupidez vence o interesse coletivo”. Que grande autorretrato, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. Está de parabéns.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Secretário Regional, eu estudei na Universidade dos Açores e eu tinha orgulho naquela Casa, naqueles que lideraram aquela Casa, e tinha

consideração e orgulho também pelo seu trabalho. O senhor hoje deu-me apenas pena.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor fica com pena de ouvir aquilo que não quer!

O Orador: Com o que fez aqui hoje, deu-me apenas pena. Pena por si, pena pela instituição que o viu reitor e que o senhor estraçalha de uma forma terrível nesta Casa quando não tem mais argumentos.

O senhor neste momento atingiu o grau zero da argumentação. Tentou fazer politiquice sem jeito e não argumentou aquilo que era obrigatório argumentar.

Deputado António Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É digno de pena, Sr. Secretário, e eu fico com muita pena ter tido o senhor como reitor da Casa que me deu a licenciatura. Fico com muita pena, porque o senhor sucessivamente tem estragado a sua imagem, tem destruído todo o currículo público que tinha conseguido, e acho que hoje aqui, de uma forma eloquente, o senhor estragou toda a sua imagem.

Agora, às questões que interessam. No PSD, naturalmente, teremos um processo interno de eleições, eu hei de decidir a minha vida, os sociais-democratas decidirão da vida do partido. Não vai ser como noutros partidos que quem decide é sem eleições quem é que vai liderar o partido no futuro. No nosso há cá democracia.

De resto, é importante dizer o seguinte. O Dr. Rui Rio pode entender aquilo que quiser. Nos Açores, o PSD/Açores, entende que é tempo, com justiça e sensatez, de recompensar os professores por aquilo que lhes foi retirado a partir de 01 de janeiro de 2011, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Mas em 2008 não era!

O Orador: ... era Primeiro-ministro o vosso amigo e grande homem da democracia portuguesa, José Sócrates, que vocês elegeram pelo mesmo número

de percentagem que elegeram agora Carlos César, foram mais ou menos os mesmos que elegeram um e outro com a mesma percentagem de votos do Partido Socialista.

Era ele este grande homem socialista Primeiro-ministro quando decidiram a partir de 01 de janeiro de 2011 fazerem o congelamento das carreiras, e é bom que se registe isso e se lembre isso. Como também é bom que se lembre que quando se recuperaram dois anos aqui foi num ano eleitoral. Por acaso, a acusação que o Sr. Secretário fazia ao que se passa na Madeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas vamos agora, e finalmente, ao que interessa. O PSD/Açores, fazendo uso da sua autonomia, da sua responsabilidade, e também da sua capacidade de propositura, apresentou, no parlamento, um projeto de Decreto Legislativo Regional que pretende fazer justiça aos professores com sensatez orçamental.

Não propomos que se resolva tudo num ano, resolve a partir de 01 de janeiro de 2019. Aliás, já tínhamos feito proposta semelhante da mesma índole no âmbito do plano e orçamento, mas os senhores vão ter oportunidade para votar esta proposta do PSD...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado André Bradford (PS): Então quando chegar o senhor faz esse discurso, agora não!

O Orador: ... e nessa altura será sim o momento da prova do algodão em relação à autonomia, porque a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que se já tivemos uma autonomia exigente, reivindicativa, tranquila, cooperante, agora

temos uma autonomia suspensa pelas mãos de Vasco Cordeiro. É isso que nós temos hoje.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o Partido Socialista que quando ainda hoje se lembra aquele momento em que cometeram um erro trágico, histórico, que foi abandonar este parlamento quando foram votados os símbolos autonómicos, também daqui a uns anos vai ter vergonha do momento que está a passar hoje.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, sobre a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, eu vou-me escusar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem! E bem!

O Orador: ... de fazer qualquer comentário até porque a considero absolutamente despropositada e de cunho pessoal em que este não é o sítio ideal para fazer uma intervenção deste tipo.

Agora, sobre a história que o Sr. Deputado Duarte Freitas contou, eu acho que é preciso relembrar, corrigir e puxar os factos que estão por trás desse percurso que o senhor aqui assinalou. É que o mesmo partido que agora, disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, acha que se tem que reconhecer imediatamente os

anos que faltam averbar da carreira dos professores é exatamente o mesmo partido que em 2008 achou que não se deviam dar os dois anos da carreira aos professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Absteve-se! Abstenham-se agora!

O Orador: O mesmo partido que em 2008 não via urgência, não via necessidade para que os professores recuperassem os dois anos que tinham perdido na carreira é o mesmo partido que agora acha que é já em força todos os anos imediatamente.

E, portanto, os açorianos têm que perceber que é isto que nós chamamos incoerência política. É isto que nós chamamos ter dois pesos e duas medidas consoante o contexto político. Não há mais nada aqui diferente, apenas o contexto político.

Se em 2008, como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, ano eleitoral, achavam que não era conveniente o Governo reconhecer os dois anos porque era um ano eleitoral, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Está a tentar limpar a intervenção do Sr. Secretário, mas não está a ser muito feliz!

O Orador: ... agora acham conveniente do ponto de vista político-partidário fazer tudo o que um determinado sindicato diz que deve ser feito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: E, portanto, é preciso que se perceba que por trás destas posições diferentes e incoerentes do PSD, está apenas o interesse partidário do PSD, que varia consoante os contextos.

Em 2008 era importante não validar o processo de devolução de anos de carreira aos professores porque isso podia trazer vantagens eleitorais ao PS e agora é importante e traz vantagens políticas ao PSD...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... reconhecer tudo imediatamente e de vez, mesmo que isso seja incoerente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Os piores momentos neste Parlamento!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado André Bradford:

O Partido Socialista, se tiver este ano a mesma postura no projeto de Decreto Legislativo Regional que nós apresentámos e que vai aqui subir em setembro, se tiver a mesma postura que o PSD teve em 2008, os professores têm o seu problema resolvido.

Eu posso talvez depreender da vossa atitude e da vossa crítica em relação à abstenção do PSD em 2008 que os senhores poderão fazer o mesmo, então estamos todos de parabéns que vamos resolver uma questão de justiça e em setembro, pela abstenção viabilizante do Partido Socialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Gostava de lhe dar os parabéns, mas não vai ser possível!

O Orador: ... os professores vão recuperar o seu tempo de serviço de forma justa e sensata ao longo de cinco anos.

Em setembro cá estaremos para a prova do algodão e para saber quem é verdadeiramente autonomista, porque a autonomia não é só retórica, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É verdade!

O Orador: ... a autonomia que os senhores agora enfiaram numa gaveta, a autonomia que os senhores agora suspendem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vai ser motivo, como disse, da vossa vergonha daqui a algum tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo que o PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, ao longo deste debate, o Governo Regional não respondeu...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Como é que não respondeu?

O Orador: ... às questões concretas que lhe foram colocadas pelos diversos grupos da oposição. Não respondeu.

Perdeu o seu tempo a insultar este parlamento, a insultar o posicionamento político das diversas bancadas parlamentares e não discutiu as questões relevantes e as questões que lhe foram colocadas por partes dos diversos grupos e representações parlamentares.

Quero dizer-lhe que não é a primeira vez que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura se comporta desta forma.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: Mas eu digo-lhe uma coisa. Todos nós somos protagonistas políticos. Lançar tiradas populistas contra o Parlamento dos Açores e contra outros grupos parlamentares, é sempre algo que nunca serve a democracia e a liberdade, porque, Sr. Secretário, o género de declarações que vossa excelência fez são as declarações que qualquer populista, qualquer partido exacerbado do ponto de vista ideológico faz e eu tenho muita pena que seja um responsável do Governo dos Açores, do Partido Socialista, que tem a tradição democrática que tem, que possa avalizar declarações desses nível, de um populismo desse nível. E, portanto, o desprestígio das instituições democráticas não serve em nenhuma circunstância, muito menos quando se discutem assuntos desta relevância.

Mas Sr. Secretário, devo-lhe dizer que o que o Sr. Secretário não disse e o que a bancada do Partido Socialista não disseram, foi que a recuperação do tempo de serviço que foi feita aqui nos Açores não resultou da iniciativa do Partido Socialista. Não resultou da iniciativa do Partido Socialista.

A primeira proposta que foi apresentada por vossas excelências não contemplava, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... no âmbito do regime de vínculos das carreiras e remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas na Região, não contemplava a recuperação do tempo de serviço dos professores, a primeira proposta que os senhores apresentaram.

O que aconteceu depois é que o mérito não é de vossas excelências, o mérito foi dos professores que...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente, não sem antes repor aqui a verdade.

O tempo de serviço foi conquistado pelos professores da mesma forma como irá ser conquistado no futuro. Foi através da reivindicação sindical, foi através da reivindicação dos professores, através da luta dos professores, que o Governo

do Partido Socialista cedeu em relação à vossa primeira proposta. Porque a vossa primeira proposta não contemplava a recuperação de tempo de serviço dos professores.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! Quem é que introduziu a alteração!

O Orador: Foi através das alterações que lhe foram introduzias, e essas alterações que foram introduzidas foram por pressão da luta dos professores naquela altura, como está a ser feita agora, e esta luta terá um efeito positivo também porque não é essa a vossa propensão atual, também terá um efeito positivo, se os professores mantiverem a luta, a luta em relação à reivindicação mais do que justa de lhes ser contabilizado um tempo de serviço que efetivamente exerceram.

Um tempo de serviço que efetivamente exerceram...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que os senhores dizem que é mais do que justo.

Agora, não venham tentar recuperar, não venham dizer aqui, não venham aqui falsear a história...

Deputado André Bradford (PS): O senhor é que está a falsear a história!

O Orador: ... e dizer que o mérito é vosso. Não, porque o mérito não é vosso, a vossa proposta não era essa.

Para terminar, Sra. Presidente...

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque fui interrompido na primeira intervenção e perdi vários minutos...

Presidente: Mas a mesa já lhe concedeu tolerância dessa interrupção, portanto, tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente, e agradeço-lhe a tolerância e vou já terminar esta intervenção, dizendo que nestas coisas é preciso sentido de responsabilidade, dizia o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Sr. Secretário, quantas vezes lhe perguntei qual seria o impacto orçamental da recuperação do tempo de serviço? Quantas vezes lhe fiz essa pergunta? Todos os que aqui estão sabem que lhe fiz esta pergunta vezes sem conta.

Quantas vezes o senhor apresentou os resultados? Nunca. Nunca o fez. Ficou de o fazer e nunca o fez. Isto é que é sério?

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Falar aqui de despesas? Mas quais são as despesas? Já lhe foi colocada a questão, o senhor não responde.

Isto é sério. Isto é sério. Falar de coisas que o senhor não quer quantificar, que o Governo não quer quantificar. Isto não é um discurso sério. O senhor é obrigado a transmitir esses dados ao parlamento...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e não o fez e devo-lhe dizer que não é assim que se podem apresentar documentos ou valores que não são quantificados porque vossa excelência não o quer fazer. Isto não é sério.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford para uma interpelação à mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Em relação à condução dos trabalhos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão quando iniciou a sua intervenção tinha um minuto e 20. Eu gostava de saber quanto tempo demorou a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou cerca de três minutos e tal.

Vamos falar de números corretos. Sr. Deputado Bruno Belo, favor de informar o tempo exatamente contado.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão excedeu o tempo em três minutos e 30 segundos; o Sr. Secretário Regional excedeu em três minutos e sete segundos; o Partido Socialista excedeu em 25 segundos; o PSD excedeu em 42 segundos; o CDS ainda tem tempo; o Bloco de Esquerda ainda tem um minuto e 54; e o PCP ainda tem 37 segundos.

Deputado André Bradford (PS): Agradeço o facto que o Sr. Secretário tenha anunciado coisas que eu não perguntei!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço a pergunta e a interpelação que o Sr. Deputado faz à Mesa para demonstrar claramente que a Mesa, sempre que lhe é permitido também, tenta, naturalmente chamando à atenção, que tem que o fazer, conceder o mesmo tempo que concedeu a outras bancadas para que efetivamente haja justiça.

Portanto, antes de criticarem a Mesa, gostava que tivessem isso em consideração.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo foi dormir a sesta, Sras. e Srs. Membros do Governo...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Presidente não está presente.

O Orador: Já não se pode fazer uma graça aqui?

Deputado André Bradford (PS): Já temos graças bastantes aqui dentro!

O Orador: É porque foi assistido aqui hoje de manhã, pela parte do Partido Socialista, a um conjunto de graças.

Em primeiro lugar, a Sra. Deputada Susana Goulart veio aqui dizer que não quer politizar o debate. Sra. Deputada, se não quer discutir política, está no sítio errado. Aqui é para politizar o debate, é o sítio de discutir política por excelência, é aqui na Assembleia. Portanto, nós aqui politizamos os debates, cada um tem a sua opinião política e discutimos abertamente. Pese, embora, a opinião do Sr. Deputado Bradford que tenta silenciar um deputado que ultrapassou em três minutos o seu tempo. É essa a verdade.

Deputado André Bradford (PS): Não quis silenciar. Quis demonstrar que é o que fala mais cá dentro!

O Orador: Mas já me recorda o tempo e é de bom tempo que se lembrem que se não fosse a oposição, o primeiro estatuto da carreira docente que os senhores quiseram fazer em 2008. Lembram-se do célebre Álamo de Meneses? Pronto.

Deputado Francisco César (PS): Em 2008 não era o Álamo!

O Orador: Era, era, ainda era. Em dezembro de 2008 foi Secretário do Ambiente, mas antes ainda era, Sr. Deputado. O senhor é que não cá andava.

Mas o estatuto da carreira docente da autoria de Álamo de Meneses era uma coisa absolutamente extraordinária que se a oposição não se tem unido, os professores hoje estariam muito bem.

Mais. O sistema de avaliação que os senhores queriam impor aos professores, era também outra coisa extraordinária que se não fosse a oposição, os professores estavam bem tramados. É verdade.

Mas também já me lembro, ali daquela bancada, de dizerem: “Nós aqui na educação fazemos tão bem feito que se copia no continente”.

Deputado André Bradford (PS): Isso é verdade! Mas nós fazemos muito bem feito!

O Orador: Eles copiam no continente. Agora estamos à espera que o continente faça para nós podermos fazer.

Que involução, que atraso, que regresso!

Portanto, já fomos bons. Agora, estamos à espera que os outros façam para nós podemos fazer. É de facto lamentável que isso aconteça.

A autonomia metida num baú e fechada a sete chaves. Os tais sete anos que os professores precisam para serem aumentados.

Mas há mais. Os senhores ainda não perceberam uma coisa. É que estas manifestações não são de sindicatos. Não são os sindicatos que as estão a organizar. São de professores individuais, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... por si próprios, contra os senhores. Não estão a ser como os senhores deram aqui a entender, manipulados por sindicatos. Eles próprios se organizam, eles próprios se estão a manifestar, eles próprios são perseguidos nas suas aulas, eles próprios são perseguidos na sua manifestação de liberdade de fazerem greve, porque são ameaçados e receberam ofícios para não fazerem greve e identificar quem é que fez greve no dia. Tem que se comunicar quem é o professor que fez a greve no dia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

E isto é a democracia que os senhores não conhecem. Isto é a verdade, Sr. Deputado Francisco César.

E, portanto, os senhores acham que os professores que se manifestam não têm outra coisa que fazer senão divertir-se a fazer vigílias e manifestações. É agora a nova ocupação dos professores, fazer vigílias e manifestações.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ninguém acha isso!

O Orador: Porque os senhores são muito justos, porque os senhores só fazem coisas boas, têm melhor carreira, têm o melhor de tudo.

Olhe, vou-lhe dizer uma coisa. O dia em que eles resolverem levar à risca o seu trabalho, cumprirem à risca com a sua obrigação e deixarem de ir fazer aquilo

para o qual os senhores não lhes pagam nem um tostão, que é o trabalho que fazem em casa, que levam para casa, os planos, o dinheiro que gastam a imprimir, com papel, com impressoras, com *toners* e com mais outras coisas, os senhores não lhes dão um tostão. Os senhores não lhes dão condições de trabalho nas escolas. Eles trabalham por amor à camisola.

Mas já ouvimos aqui dizer também nesta coisa que os alunos açorianos não aprendiam porque era genético. E foram os senhores que disseram ali! Foi um Secretário da Educação que o disse ali! E, portanto, a comunidade educativa, pais, alunos e professores têm que ter paciência para aturar a vossa prepotência e o vosso poder de mais de 20 anos, de mais de 20 anos de poder Socialista nesta Região!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP)

O Orador: Está na altura de mudar de políticas e está na altura da oposição se unir numa matéria...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente.

... e de assumir aqui um compromisso de todos nós da oposição, de assumirmos aqui um compromisso de oposição. Se tivermos maioria neste parlamento da próxima vez, todos os partidos de a oposição garantirem aos professores que terão os seus direitos e o seu tempo de serviço contabilizado. Só assim é possível. Não é com propostas do Bloco Esquerda, do CDS, do PSD. É uma proposta de todos, é um compromisso entre todos os partidos da oposição contra o Partido Socialista!

Se tivermos maioria aqui, os professores terão os seus direitos reconhecidos! É isso que interessa e é o desafio que fica!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM)

Deputado Francisco Coelho (PS): Para quem não gosta de geringonças vai ser giro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o CDS também esgotou o seu tempo para o debate.

Sr. Deputado André Bradford, julgo que é para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Para informar a Câmara que o Partido Socialista entregará na mesa uma cópia da versão que deu entrada nesta Assembleia do DLR 26/2008 que é a base legal que em 2008 fez com que os dois anos da carreira dos professores fosse averbada, na versão que entrou nesta Câmara e na versão final que teve uma proposta de alteração do Partido Socialista, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e que fez com que ficasse absolutamente claro e definido no artigo 11º que os professores tinham aqueles dois anos reconhecidos.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse não é verdade, e nós faremos a entrega desses documentos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, não pode interpelar outros colegas no âmbito da figura regimental que usou.

Obrigada, Sr. Deputado. Depois de recebido pela Mesa, será distribuído por todos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para informar que a representação parlamentar do PPM também entregará na Mesa da Assembleia para ser distribuído pelos Srs. Deputados a proposta inicial do Governo perante os sindicatos em que não estava contemplada a recuperação do tempo de serviço e que essa recuperação de tempo de serviço foi conquistada pelos docentes na reivindicação e nas ações de protesto que levaram efeito.

O Governo na proposta inicial que apresentou não previa a recuperação de tempo de serviço e o PPM entregará também essa proposta.

Presidente: Julgo que esse documento é também aquele que o Sr. Deputado André Bradford disse que ia entregar, portanto, permita-me...

Não?

O Sr. Deputado André Bradford disse que ia entregar a versão original e a versão final.

(Diálogo entre bancadas)

Ah, muito bem. Ok. Então será tudo distribuído, era só por economia de papel.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições, e assim, uma vez que o Governo não tem tempo para fazer o encerramento do debate da sua parte, vou dar a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para encerrar este debate de urgência.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode parecer que não...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Estava eu a dizer que pode parecer que não, mas na realidade este debate que agora termina foi extramente esclarecedor. Foi esclarecedor por aquilo que foi dito, foi esclarecedor pelo modo como foi dito e foi esclarecedor naquilo que foi omitido e não dito. Altamente esclarecedor, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Perguntas feitas ao Governo Regional, nomeadamente ao Sr. Secretário Regional e sem resposta foram mais que muitas, mas há uma que eu vou continuar a fazer, aliás, terei oportunidade de a voltar a fazer nesta sessão quando for discutido o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda e aí o Sr. Secretário Regional e o Governo Regional terão obviamente, ou com certeza, se forem poupadinhos, tempo para responder.

A pergunta que não teve resposta é: ao fim das negociações da República e independentemente do seu resultado, o Governo Regional garante que os professores nos Açores vão ter todo o seu tempo de serviço contado?

À pergunta, o Governo Regional disse coisa nenhuma. Voltaremos a ela.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Depois, o Governo Regional também fez uma coisa curiosa, que aliás, eu chamei à atenção para ela e vou voltar a chamar, que é confundir autonomia com vantagens, e confundir luta dos trabalhadores, neste caso dos professores desta Região, com benesses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Tudo aquilo que é resultado do exercício da autonomia é uma vantagem. Não é, Sras. e Srs. Deputados. É o reconhecimento das especificidades desta Região. Isso não se chama vantagem. Isso tem outro nome, quanto muito pode-se chamar recompensa, se quiserem ficar no vocabulário da moral, mas não é seguramente uma vantagem. Tal como as conquistas dos professores e de outros trabalhadores desta Região, não são benesses que o Governo Regional dá ou o Partido Socialista dá. São conquistas das lutas desses trabalhadores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e em 2008 também foi assim, diga o Partido Socialista aquilo que quiser dizer.

Deputado André Bradford (PS): Mas a iniciativa política foi nossa, não foi do PPM, nem do PSD!

A Oradora: Diz o Governo Regional que acredita numa boa solução relativamente ao descongelamento das carreiras dos professores no continente.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Falta-lhe dizer o mais importante. Primeiro: o que é uma boa solução? Não disse o que é uma boa solução. O que é que o Governo Regional considera uma boa solução para os professores dos Açores? Não disse uma única vez.

Mais, o descongelamento das carreiras dos professores nos Açores agora está dependente de uma questão de fé.

O Governo acredita, o Sr. Secretário Regional acredita, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é fé, é esperança!

A Oradora: ... todos acreditamos, mas os professores dos Açores continuam exatamente na mesma.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, vou terminar, Sra. Presidente, com toda a serenidade. Liderar e esperar podem rimar, mas são coisas completamente diferentes, e os senhores continuam à espera e dizem que estão a liderar. Onde? Aqui não estão seguramente, sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos o ponto.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos interromper então por 30 minutos.

Eram 16 horas e 03 minutos.

Eram 16 horas e 38 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme foi deliberado pela conferência de líderes, o ponto dois da nossa agenda será debatido amanhã de manhã, pelo que avançamos nos nossos trabalhos e entramos no ponto três - **Projeto de Resolução n.º 60/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a vila da Povoação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum. Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A estrada que liga a freguesia de Furnas à Vila da Povoação é a principal via de ligação da zona oeste do concelho da Povoação, freguesias de Furnas e Ribeira Quente, à vila sede do concelho. Nessa via, circulam diariamente centenas de pessoas, trabalhadoras e trabalhadores que se deslocam, comerciantes e transportes públicos, inclusive transportes escolares.

A iniciativa que trazemos a esta Casa não é, com toda a certeza, extemporânea e muito menos estapafúrdia. As obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a Vila da Povoação são reconhecidamente uma necessidade que se impõe, não desde ontem nem desde as últimas eleições autárquicas, nem mesmo desde as últimas eleições regionais. É uma obra para atender às reivindicações dos seus utentes e, por incrível que possa parecer, é um compromisso assumido pelo Governo Regional, pelo menos desde 2007, mas cuja concretização tarda em chegar.

Em 2012, o Partido Socialista em comunicado dizia, criticando Berta Cabral: “O concelho da Povoação precisa de uma escola e vai tê-la com o Partido Socialista. O concelho da Povoação precisa de melhores estradas e acessos a partir das Furnas, e vai tê-los com o Partido Socialista”. As Furnas têm um défice de acessibilidades rodoviárias comparativamente à grande maioria das localidades da Ilha de São Miguel. Contudo, a principal razão que assiste à apresentação da presente iniciativa reside na completa ausência de condições de segurança nesta estrada.

Não podemos esquecer as três mortes ocorridas e as derrocadas de 2005, 2007 e 2017 por estarmos perante uma via que atravessa uma zona montanhosa e de orografia muito irregular, condições estas agravadas pelo seu perfil sinuoso e o facto de atravessar zonas de nevoeiro.

Desde a ocorrência dos acidentes mortais, verificaram-se outros acidentes e incidentes. É certo que sem vítimas mortais, o que não pode servir de justificação para, entretanto, nada ter sido feito para garantir a segurança dos utentes desta estrada. Estes diversos acidentes e incidentes atestam a urgência na execução desta obra a qual não se compadece com jogos eleitoralistas, à semelhança da promessa mais recente, desta vez da autoria do atual Presidente do Governo Regional quando em 2015 afirmou: “Paralelamente a todas estas obras, decorrem os trabalhos de estudo e prospeção para uma intervenção que reputamos como das mais importantes a fazer nesta parte da ilha de São Miguel e que tem a ver com a requalificação da estrada entre as Furnas e a Povoação”.

É muito curioso assistir ao renascimento, à ressurreição desta obra em vésperas ou então mesmo em plena campanha eleitoral, embora só no plano das intenções. Até mesmo na última campanha autárquica, na qual o candidato do Partido Socialista, e agora Presidente da autarquia da Povoação, afirmou no debate televisivo que o Presidente do Governo Regional se comprometeu publicamente a que o processo da estrada Furnas-Povoação iria ser resolvido. Acrescentou ter conhecimento de que se encontra já numa fase adiantada e que durante os próximos tempos, no próximo ano, haverá novidades mais concretas relativas a esta estrada.

Para nós, o conforto conferido para esta obra aos seus utentes é importante, mas mais importante ainda é a segurança. Por quanto não podemos ignorar que esta estrada serve os autocarros que transportam os alunos até à escola da Povoação. Só esperamos que não se continue a utilizar esta estrada como expediente para conquistar votos ou se aguarde até se encerrar a escola da Povoação e se despovoe as Furnas e a Povoação como forma de resolver este autêntico atentado à segurança rodoviária.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O enquadramento geodinâmico complexo do arquipélago dos Açores leva a que as nossas ilhas sejam frequentemente afetadas por uma grande variedade de perigos naturais, de entre os quais se destacam os movimentos de vertente, vulgarmente conhecidos por deslizamentos de terra ou por derrocadas.

A natureza vulcânica e a morfologia destas ilhas, nomeadamente a existência de vertentes escarpadas, íngremes e de perfis encaixados, propiciam a ocorrência de deslizamentos de terra, normalmente desencadeados por sismos, erupções vulcânicas e por eventos meteorológicos extremos.

Para que se tenha uma noção concreta do perigo que representam os movimentos de vertente nos Açores, basta recordar a gigantesca escoada detrítica, que resultou do grande terramoto de 1522 (22 de outubro), que soterrou completamente Vila Franca do Campo e que, para além dos enormes prejuízos financeiros e danos materiais, terá ceifado a vida de cerca de 5000 pessoas.

O investigador Rui Marques, do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores, desenvolveu, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, um estudo exaustivo sobre movimentos de vertente no concelho da Povoação.

E, segundo o investigador, aquele estudo centrou-se no Concelho da Povoação exatamente devido à elevada reincidência deste tipo de fenómeno natural ao longo dos últimos anos aí verificada e ao considerável impacte socioeconómico que muitos destes eventos têm tido no Concelho.

O preâmbulo deste Projeto de Resolução refere, e bem, o evento de 6 de março de 2005, mas na verdade muitos outros eventos, infelizmente, haveria a destacar, com prejuízos financeiros e perda de vidas humanas a lamentar.

Da tese de doutoramento referida anteriormente, resulta um mapa de suscetibilidade a movimentos de vertente, que o Governo Regional bem conhece, e bem sabe que a partir deste mapa facilmente se constata que grande parte da estrada que liga as Furnas à Povoação apresenta suscetibilidade a movimentos de vertente elevada ou muito elevada. Este é um facto assustador e que exige atuação urgente e firme.

Ora, Sras. e srs. Deputados, feito este enquadramento, e sendo do conhecimento público o grau de perigosidade a que estão sujeitos os utilizadores e as populações que utilizam esta estrada, e tendo em conta que esta era uma promessa do Partido Socialista, por sinal antiga, resta apenas perguntar ao Governo Regional é porque é que nunca foi iniciada esta obra.

E sobretudo, porque razão é que uma obra que já constava da famigerada CROP - Carta Regional de Obras Públicas, para o período de 2013/2016, ainda nunca teve início, quando já estamos em 2018??

O CDS, pela sua parte, reconhece a pertinência desta iniciativa, reconhece a urgência no início desta obra e não aceita que se brinque e arrisque com a segurança dos Açorianos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A 14 de dezembro do ano transato, o Grupo Parlamentar do PS tinha razão. Tinha razão quando eu próprio disse aqui, neste plenário, em que este assunto

merecia a nossa maior atenção, e essa maior atenção só poderia ser feita com a descida à comissão desse Projeto de Resolução. Acho que todos aqui nesta Casa terão de concordar com aquilo que eu acabei de dizer.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não se pode deixar esquecer o sentido de oportunidade da proposta um dia, um dia apenas, depois das declarações públicas do Governo sobre esta matéria, e também não se pode deixar esquecer que esse Projeto de Resolução foi apresentado duas semanas depois de nós aqui apreciarmos e votarmos o plano e orçamento para 2018 que prevê exatamente aquilo que o Governo disse um dia antes da apresentação da proposta e que nenhum partido nesta Casa veio aqui dizer ou propor onde é que se ia buscar o financiamento para essa estrada. Ninguém teve a coragem de o fazer. Em comissão, nós ouvimos todos os intervenientes, os diretos e os indiretos, neste processo e nesta matéria, que nos permitiu concluir que este processo nunca esteve tão avançado como está neste momento.

Reconhecemos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e eu próprio, que esta é uma intervenção importante e necessária para a segurança de quem lá circula, para a economia do concelho da Povoação e até mesmo para o bem-estar de quem lá passa. Mas independentemente disto, também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar passar que apesar do tempo em que esse processo já decorre, vê com bons olhos a forma responsável como o Governo Regional está a olhar para esse assunto, já que assim exige a boa gestão dos dinheiros públicos.

É tão importante e urgente a obra como é importante que o dinheiro público investido nela, que não é pouco, seja feito da melhor forma. É tão importante e urgente a obra, como foi importante pensar o traçado de forma responsável, concretizável e que responda aos anseios desejados.

Assim, e depois de uma boa análise em comissão, podemos todos perceber que efetivamente o processo nunca esteve tão avançado como agora, estando até um prazo definido para o início das mesmas obras.

Não podia também terminar esta minha intervenção sem refutar aqui algumas declarações que foram feitas nomeadamente pelo Bloco de Esquerda na apresentação desse Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Paulo Mendes, nevoeiro existe até junto ao mar, em todas as ilhas dos Açores. Nevoeiro existe até junto ao mar...

Deputada Zuraida Soares (BE): Até aqui dentro! Tanto nevoeiro!

O Orador: ... e só posso refutar as suas declarações porque o pressuposto de que aquela estrada que lá está não é transitável é um argumento falacioso e que só pode ser feito de quem não lá passa há muito tempo. Demagógico esse argumento e que pretende de forma também demagógica e irresponsável pedir às pessoas que não vão à Povoação porque é perigoso. Só posso refutar essas declarações, Sr. Deputado. Só posso refutar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor passa naquela estrada? Se não passa não pode falar!

Deputado António Almeida (PSD): Muitas vezes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se pretende a ocupação equilibrada de um território preservando ou promovendo a sua sustentabilidade, há investimentos públicos determinantes para esse desígnio.

As acessibilidades terrestres são uma evidência que, no caso do concelho da Povoação e na intervenção urgente na ligação Furnas – Povoação, já é promessa recorrentemente adiada pelo governo socialista.

Agora sim ... está quase... será lá para 2020.

A Povoação, com uma densidade populacional de 57 habitantes por km², e São Miguel com 185 habitantes por km², vive desde 1970 uma perca de mais de metade da sua população.

Com um índice de envelhecimento de quase o dobro de São Miguel, e um rácio de médicos e enfermeiros de metade da média de São Miguel, a Povoação necessita de mais motivação socioeconómica.

Com as fragilidades na criação de emprego na iniciativa privada e a precariedade do emprego na administração pública e a evidente falta de motivação e preocupação dos povoacenses, distinguem-se pela natureza dos seus recursos, ...

Deputado André Bradford (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... as Furnas enquanto hidrópole reconhecida, ladeada pela Ribeira Quente, do restante concelho, distante da Vila do Nordeste e das Furnas.

Sem a garantia de segurança e conforto na ligação Furnas – Povoação o desenvolvimento equilibrado do concelho está seriamente condicionado.

Quando a emergência do turismo exige rapidez na qualificação das estruturas essenciais ao seu crescimento e consolidação e bem assim merecem os povoacenses nas condições para investirem na criação de empresas e emprego sustentável e estas empresas verem asseguradas as melhorias no acesso ao fornecimento de bens e serviços externos ao concelho, bem como colocar as produções locais em mercados externos ao concelho.

A via Furnas – Povoação é estruturante para a sede do concelho e para as freguesias vizinhas, pelo que a intervenção na sua requalificação é urgente.

As famílias e as empresas da Povoação estão a perder competitividade e oportunidade de valorização dos seus recursos colocando o concelho com indicadores bem distantes das médias da ilha de São Miguel, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD subscreve a o conteúdo e a urgência da iniciativa do BE.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A reabilitação da estrada entre a freguesia de Furnas e a Vila da Povoação é absolutamente essencial, quer coloquemos de um ponto de vista socioeconómico, quer consideremos a perspetiva de segurança rodoviária. Sabe-se que os constrangimentos de circulação e a insegurança para os utilizadores da via estão postos em causa, como podemos apontar o ano 2005 em que três vidas foram perdidas nessa mesma estrada. Assim, a intervenção imediata e imperativa tendo em conta que está em causa a vida de quem usufrui da via.

O PCP considera que não é inadmissível que se deixe degradar o património público nem que por inércia se anulem os investimentos que têm vindo a ser feitos ao longo dos anos. É assim necessário definir prioridades de intervenção e calendarização, o esforço de recuperação da rede viária. Igualmente se impõe uma clarificação em relação ao desenvolvimento da rede viária na Ilha de São Miguel, nomeadamente no que diz respeito à ligação principal daquele concelho com várias freguesias.

Uma via estruturante há muito prometida da qual dependem aqueles que a utilizam e o desenvolvimento urbano. Decisivos para o futuro deste concelho, é uma obra, sem dúvida alguma, que vem ao encontro daquilo que os açorianos anseiam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Cumpre-me, à semelhança do que já fiz em comissão, dar-vos conta do estado do processo referente à melhoria das acessibilidades à Vila da Povoação. Conforme aqui já foi referido, os objetivos desta intervenção são o prioritário de segurança de pessoas e bens, e o também importante de melhoria das condições de circulação, de conforto e de operacionalidade do trânsito nestas vias. Com base nestes dois grandes objetivos, que mais detalhadamente poderiam ser referidos, estão a ser desenvolvidas várias soluções e estudados os cenários de investimento, quer em termos jurídicos, quer em termos financeiros.

Na verdade, procura-se qual o modelo mais adequado para a realização deste investimento, se através do alargamento da concessão atual existente na Ilha de São Miguel, se através de uma nova concessão, se diretamente pela Região Autónoma dos Açores. Todos os riscos inerentes a esse projeto, não só da sua conceção e da sua construção, do valor do investimento e inclusive da sua posterior gestão, implicam e justificam este estudo.

Conforme tive oportunidade de referir aquando da comissão, o estudo de investimento é baseado num estudo prévio muito próximo daquilo que será o projeto de execução, que inclui já também um estudo geológico e geotécnico, e, portanto, terá que aguardar-se pela conclusão deste estudo, que se prevê ainda

no mês de julho, o mais tarde durante o mês de agosto, para que se possa definir qual a forma adequada para a realização deste investimento.

Relembro que no entretanto está concluído o processo de declaração de impacto ambiental, com publicação no passado dia 29 de março de 2018. Andando um pouco para trás, recorro também que o procedimento de avaliação de impacto ambiental teve início em janeiro de 2017 e ficou concluído em dezembro de 2017.

Os traçados desta obra estão obviamente já balizados pelo próprio estudo de impacto ambiental e pela própria degradação da via e justificam-se na ligação Furnas-Lomba do Cavaleiro pelas características geométricas inadequadas ao tráfego existente, pela existência de um traçado muito sinuoso e pelos riscos, conforme referido, associados a fenómenos a escorregamento de massas.

Na variante Furnas, uma outra fase desta intervenção, justifica-se a intervenção pelo tráfego atual se efetuar exclusivamente pelo interior da localidade das Furnas. E, portanto, trata-se uma estrada regional a atravessar uma zona urbana, provocando situações de risco, não só para a segurança rodoviária, mas que se repercute na vivência das populações.

E, portanto, meus senhores, este é o ponto de situação. Obviamente que seguido à conclusão deste estudo seguir-se-á a necessária contratação do projeto e de execução e lançamento da empreitada. Isto quer dizer que não estamos de braços cruzados, o projeto não está parado, está a seguir o seu desenvolvimento. Não é, obviamente, possível iniciar de imediato a obra, porque isso significaria atropelar estes procedimentos que são necessários, mas encontra-se em curto e a muito breve trecho, conforme também tive possibilidade de justificar na comissão, a obra terá o seu início.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Bem, Sr. Deputado João Paulo Ávila, ou não percebeu aquilo que eu disse ou fui que não me fiz entender, provavelmente.

Deputado José San-Bento (PS): Foi uma intervenção um bocado enevoada!

O Orador: Se calhar.

Seria totalmente demagógico da minha parte se eu exigisse que uma determinada obra de repente eliminasse todo o nevoeiro. Não foi isso que eu disse. Não foi isso.

Aliás, se fosse isso que eu tivesse dito, fazer-me-ia lembrar aquele episódio muito famoso de um grupo de teatro que já passou na televisão que é oriundo lá da Ilha Terceira em que às paginas tantas estão na via rápida e há alguém que se lembra que se calhar para acabar o nevoeiro na via rápida basta ligar o ventilador do automóvel e o nevoeiro desaparece. Portanto, não é isso que está em causa.

O que eu quero dizer é que aquela estrada atravessa uma zona que é suscetível a nevoeiro. Ora, essa é uma condição que agrava a já deficiente condição da própria estrada, e daí a urgência na realização de obras para corrigir tudo o que está de mal naquela estrada e para dessa forma assegurar uma circulação segura às pessoas.

Ora, o Sr. Deputado João Paulo Ávila também aqui afirmou que está provado que todos nós ganhamos em ver esta iniciativa ser apreciada na comissão competente. Portanto, neste caso julgo que a Comissão de Política Geral.

Ora, eu não sei se ganhamos assim muito porque aquilo que foi dito pela Sra. Secretária, e que foi repetido aqui no plenário, foi que os estudos geotécnicos estão bastante avançados, o estudo de impacto ambiental está concluído, e decorre um estudo de impacto de viabilidade financeira. Isto em 2018.

Em 2007, ou seja, há 11 anos, já Carlos César na inauguração das *scuts* de São Miguel, afirmava que, durante uma das suas visitas às obras, estavam a concluir os estudos para obras de intervenção e de correção da estrada entre a Vila da Povoação e as Furnas.

Ou seja, eu chego à conclusão que há 11 anos que andamos a estudar, quer as condições geotécnicas para possibilitar a obra, o estudo de impacto ambiental e também um estudo de viabilidade financeira.

São necessários 11 anos? A não ser que me digam que em 2007 o antigo Presidente do Governo Regional, Carlos César, não estava bem a dizer a verdade e que estava se calhar a chutar para canto um problema que já na altura se impunha.

Ora, também o Sr. Deputado João Paulo Ávila repetiu aqui um argumento que foi também utilizado na apresentação da urgência desta iniciativa, quando afirmou que nenhum partido político aqui num grupo ou representação parlamentar teve a coragem ou ousadia de apresentar uma proposta em sede de plano anual regional para viabilizar esta obra e dessa forma ver-se obrigado a fazer aquilo que eu considero ser um exercício mais ou menos perverso de retirar dinheiro a um determinado sítio para colocar na realização desta obra.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Seria mais consequente!

O Orador: Seria mais consequente, é verdade.

Mas eu relembro que não seria necessário, até porque o Governo Regional inscreveu esta obra no plano anual regional de 2007. Acho que dessa forma acaba por dispensar qualquer outro grupo ou representação parlamentar de apresentar esta obra no plano anual regional, ou talvez não, porque uma vez um compromisso assumido e sumido, como foi este caso, todo o grupo e representação parlamentar teria o direito e se calhar mesmo o dever de apresentar uma nova proposta, tal como nós fizemos aqui e agora e dessa forma

confrontar o Governo Regional com um compromisso que afinal não foi cumprido.

Mas também não seria necessário proceder dessa forma. Porquê? Porque esta obra fez parte da Carta Regional das Obras Públicas para o quadriénio 2013/2016, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não existe! É tudo uma ilusão!

O Orador: ... e faz parte, inclusive, desta mesma carta para o quadriénio 2016/2020. Portanto, penso que dispensa, de certa forma, que qualquer grupo ou representação parlamentar recorde em sede de plano anual regional a inscrição desta obra nesse documento.

Portanto, penso que estão mais do que discutidas, debatidas, todas as circunstâncias desta obra. Acho que também já todos chegámos à conclusão que esta obra, para o Governo Regional e para o Partido Socialista e para todos nós, é uma obra de carácter urgente, mas é uma urgência que infelizmente arrasta-se há 11 anos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, sobre nevoeiro ficou tudo muito claro. Aquilo que está orçamentado e que foi orçamentado e que o senhor referiu, foi feito. Os estudos estão realizados e foram publicados no dia 29 de março, como lembrou hoje a Sra. Secretária aqui há bocado.

Sr. Deputado António Almeida, ...

Deputado António Almeida (PSD): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: ... não foi o Governo Regional do Partido Socialista que esqueceu a Povoação. Não foi sequer o Partido Socialista que esqueceu a Povoação. Foi o PSD que se esqueceu dos Povoacenses, ...

Deputado António Almeida (PSD): Tem estado lá em cima? Esteve lá a semana passada?

O Orador: ... inclusive dos seus órgãos próprios!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Há dias atrás, depois da publicação do relatório que nós discutimos em comissão, o Partido Social-Democrata emitiu um comunicado. Neste comunicado, por desconhecimento ou por falta de informação ou por falta de comunicação com os Srs. Deputados, ou com os órgãos regionais do seu partido ou de ilha, não sei qual é a explicação, perguntaram onde é que estava o estudo prévio. Ora, o estudo prévio foi publicado no dia 29 de março e já tinha sido comunicado por duas vezes pela Sra. Secretária.

Deputado Paulo Parece (PSD): A Sra. Secretária agora é que disse!

O Orador: Oh Sr. Deputado Paulo Parece, foi dito em comissão.

Portanto, quem esqueceu os povoacenses não foi o Partido Socialista nem o Governo Regional. A prova disto é que na sua argumentação e no discurso que o senhor fez, o senhor foi a todas as freguesias, esqueceu-se de três. É que há mais três, Sr. Deputado. Esqueceu-se de Nossa Senhora dos Remédios, esqueceu-se do Faial da Terra, e esqueceu-se de Água Retorta, que também beneficiam dessa estrada!

Deputado António Almeida (PSD): Fui a todas!

O Orador: Portanto, é uma prova de quem... o senhor conhece a Povoação? Claro que conhece a Povoação. Esqueceu-se foi dessas três freguesias.

Curioso também é todos os partidos aqui falarem de promessas não cumpridas e não falarem das promessas que foram cumpridas. Eu ainda não vi nenhum partido aqui nesta casa a referir-se à estrada da Ribeira Quente. Sabem porquê,

Srs. Deputados? Está a ser feita. **Deputado Luís Maurício (PSD)**: O senhor não estava cá!

O Orador: Está a ser cumprida. Ninguém fala nessa.

Portanto, esta também é uma prova de que não é o Governo Regional do Partido Socialista nem o Partido Socialista que se esqueceu dos povoacenses. Foram outros e esses não são desta bancada.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, tenho sim senhor. Não vivo na Povoação, mas convivo com povoacenses, convivo com empresas da Povoação e instituições da Povoação em todas as suas freguesias. Quiçá o Sr. Deputado não tem estado ou não tem dedicado a atenção que faz refletir no seu discurso. O senhor veja a desmotivação...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... que os povoacenses têm, o descrédito que está instalado nas empresas da Povoação, o descrédito e a desacreditação da economia da Povoação.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Repare as referências que faz relativamente ao seu concelho vizinho do Nordeste. O senhor não tem estado na Povoação, o senhor não imagina a

falta de fé que os povoacenses sentem por serem discriminados em investimentos que são estruturais.

A iniciativa do Bloco de Esquerda permite-nos de facto falar e foi aí que concentrei a minha atenção na economia de um concelho que tem indicadores muito pobres, que precisa de uma atenção diferente, onde as pessoas não perdem a esperança, mas cada vez há menos vontade de viver na Povoação, há menos vontade de investir na Povoação, e é isso que é preciso inverter. E a requalificação de uma estrada é mais do que suficiente para criar a motivação, reduzir custos e aumentar a eficiência de quem quer viver, de quem quer investir na Povoação.

Eu fiz referência a todas as freguesias da Povoação...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não fez!

O Orador: ... sem nomear nenhuma em especial. Apenas referenciei as diferenças das Furnas enquanto freguesia que está dotada de recursos naturais muito importantes. E a razão pela qual é preciso revigorar, rever, a ligação Furnas-Povoação é porque a sede do concelho e todas as outras freguesias merecem uma atenção especial, não por não terem recursos idênticos à Povoação, mas por terem outros recursos que as valorizaram.

É essa atenção que o Sr. Deputado não deu agora na sua própria intervenção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu tinha deixado uma pergunta à Sra. Secretária porque de facto sabendo da perigosidade que esta estrada apresenta, sabendo da suscetibilidade desta estrada à ocorrência de movimentos de vertente, tendo esta obra sido contemplada, na CROP para o quadriénio 2013/2016, porque razão é que houve um atraso?

Obviamente que uma obra que é equacionada por uma Carta Regional de Obras Públicas para 2013, não se prevê que haja o início da obra apenas em 2020. Algo aconteceu aqui pelo meio e nós gostaríamos de tentar perceber o quê.

Mais. Dizer ao Sr. Deputado João Paulo Ávila que obviamente se esta é uma promessa do Partido Socialista, é o Partido Socialista que é responsável por assegurar a verba para concluir a obra. Parece-me lógico.

Deputado Carlos Silva (PS): Chama-se responsabilidade!

O Orador: E o problema nem está em o Partido Socialista não cumprir a obra, isto é uma coisa que acontece com alguma frequência, não cumprir promessas. O problema está em o Partido Socialista querer que sejam os outros partidos a definir a verba para poder assegurar a obra que o Partido Socialista prometeu e isto é que não nos parece que não seja muito lógico.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alonso Miguel:

Conforme lhe referi, neste momento temos decisão favorável ao licenciamento do projeto. Estamos a aguardar também neste momento...

(Aparte inaudível)

Não, Sra. Deputada. O estudo de impacto ambiental já está publicado desde março. Estamos a aguardar, e repito, prevendo-se que esteja entregue ainda em julho ou em agosto o estudo que se refere à forma como o investimento deverá ser feito e a sua melhor forma.

E, portanto, mais do que este ponto de situação que lhe consigo dizer de forma muito clara e inclusivamente tendo na comissão entregue toda a documentação necessária que aí está, já constava do portal do Governo e era pública, mas inclusivamente tendo entregue na comissão o traçado que é aconselhado pela Declaração do DIA, julgo que o processo está em franco andamento, seguindo os seus trâmites normais e com prazos exequíveis. Mais do que isto não lhe consigo adiantar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta matéria e o conjunto de argumentos que já foram aqui apresentados, há um conjunto de atrasos que têm uma explicação pouco plausível.

Este projeto do Bloco de Esquerda surge na sequência desses atrasos que se têm vindo a registar, promessas não cumpridas e surge também na sequência de ser reconhecido por todos que a estrada afeta do ponto de vista económico e da segurança estas freguesias e este concelho.

Devo dizer que, portanto, na nossa perspetiva, e tendo em conta que o Governo continua incapaz de sinalizar uma data para a efetiva construção e para a efetiva realização destas obras, devo dizer que do ponto de vista político esta iniciativa

tem todo o sentido e merece, assim, o voto favorável da representação parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Para uma interpelação.

Presidente: Então Sra. Deputada Zuraída Soares para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Para um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Tem a palavra então o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A grande novidade no âmbito da apreciação desta iniciativa tem a ver com a dificuldade que o Governo Regional encontrou em arranjar forma para financiar esta obra. Essa tem sido, pelo menos, uma das grandes dificuldades ou a grande dificuldade, e dessa forma colocam três possibilidades, pelo menos foi o que a Sra. Secretária aqui expôs e expôs também em comissão: a obra financiada diretamente pelo plano anual regional, ou seja, por financiamento próprio da Região; ou a obra é incluída na atual parceria público-privada no âmbito da *scut* de São Miguel; ou então far-se-á uma nova parceria público-privada.

Ora, a nós, Bloco de Esquerda, parece-nos que mediante aquelas que têm sido as condições muito favoráveis de financiamento da Região até que têm sido anunciadas aqui nesta Casa pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, e condições essas que se traduzem em juros mais baixos junto à banca e que têm servido, inclusive, para reestruturar a dívida da Região, penso que fazia todo o sentido recorrer a crédito, junto à banca, aproveitando estas condições que pelo menos o Sr. Vice-Presidente aqui bastas vezes tem anunciado como muito favoráveis à contração de crédito e até mesmo à reestruturação de crédito existente, em vez de se optar por adubar ainda mais a atual parceria público-privada da *scut* de São Miguel, ou então quem sabe, como disse a Sra. Secretária em comissão e também aqui neste plenário, de criar uma nova parceria público-privada, que nos parece que seriam as possibilidades menos aconselháveis, até porque as parcerias público-privadas estão sempre envoltas em grande polémica e até deveriam ser auditadas de forma a, quem sabe, arranjar melhores condições para a Região.

Eu tenho uma questão a colocar à Sra. Secretária, que também coloquei em comissão, mas serve para em plenário percebermos como esta obra pode-se vir a desenvolver ao longo dos próximos anos. Esta obra, se excluirmos a variante às Furnas, ficaria de certeza mais barata, e a Sra. Secretária em comissão avançou valores. Gostaria que avançasse esses valores aqui também em plenário.

É verdade que se optássemos por realizar esta obra sem a variante às Furnas, isso também garantiria a segurança aos seus utentes, e também poder-se-ia optar por realizar a obra em fases, contemplando na primeira fase aquilo que é mais urgente neste momento que é precaver a estrada das Furnas e não tanto a variante às Furnas que poderia ficar para mais tarde.

Gostaria que a Sra. Secretária respondesse não só ao montante envolvido, caso se optasse por excluir a variante às Furnas e se ponderou a possibilidade de

executar esta obra em várias fases de forma, quem sabe, a aliviar até mesmo os encargos desta obra.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, não disse que a oposição tinha que arranjar o dinheiro. Aquilo que eu disse foi, nas circunstâncias em que me referi, que as propostas seriam mais consequentes. Foi isso e só isso que eu quis dizer com a minha referência sobre esse assunto.

Sr. Deputado António Almeida, eu já estive em todas as freguesias dos Açores, mas não conheço a Fajãzinha melhor do que os deputados daquela ilha. Portanto, como deve compreender, eu não vou receber lições sobre o meu concelho do Sr. Deputado António Almeida, como o Sr. Deputado tentou fazer aqui há bocado.

Deputado António Almeida (PSD): Nem eu vou! Tenho mais que fazer!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Mendes, o senhor referiu aqui a parte da variante às Furnas e deixe-me relembrar aquilo que lhe foi dito também em comissão.

Aquela variante às Furnas é muito importante porque retirará do centro daquela freguesia todo o trânsito pesado que não precisa de estar no centro daquela freguesia, retirará esse trânsito pesado daquela freguesia, o que é muito importante para o próprio trânsito daquela freguesia.

E é bom que se lembre neste debate o seguinte: não foi por culpa do Governo dos Açores nem do Partido Socialista que na República o Governo do PSD e do CDS, porque é bom relembrar isso. Não foi por culpa do Governo do Partido Socialista aqui nos Açores que se retirou como prioridade do quadro

comunitário vigente as obras nas estradas. Não vale nem pode valer, seja o jogo político que for, em parte nenhuma do mundo, dizer que as estradas não são prioridade e ao mesmo tempo reivindicar que essa comece já. Isto não pode acontecer.

Independentemente disto, é com este Governo e foi com este Governo do Partido Socialista aqui nos Açores que se tem feito um trabalho invejável em termos de estradas do qual a Povoação não foi nem será exceção.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, o objeto do estudo que está em curso e que já referi que deve estar concluído o mais tardar no mês de julho, consiste em prestação de serviços de assessoria económico-financeira ao processo de melhoria da acessibilidade à Vila da Povoação, Ilha de São Miguel, designadamente visando o apuramento do encargo financeiro para a Região Autónoma dos Açores nas diversas modalidades que referiu. Esta prestação de serviços está publicada no portal do Governo e, portanto, é público o seu objeto.

Em relação aos valores do valor variante Furnas e do restante troço, também conforme consta do estudo prévio que integra o procedimento de avaliação de impacto ambiental, a variante à freguesia das Furnas poderá ter o seu valor

entre os quatro milhões e oitocentos mil e os cinco milhões, e o restante troço desde a freguesia da Furnas até à Povoação/Lomba do Cavaleiro, 15 milhões de euros. Valores sem IVA e valores estimados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção curta só para desafiar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista para definir o seu sentido de voto porque eu até agora, pelo menos eu, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Tenha calma!

O Orador: ... não concluí sobre esse sentido de voto.

Parece-me que é unânime nesta Assembleia que esta obra é necessária, só começo a duvidar que essa unanimidade se calhar não está reunida quanto à urgência na realização desta obra. Ou então não partilhamos do mesmo conceito ou do mesmo critério para uma urgência porque, pelo menos para mim, urgência não é esperar 13 anos por uma obra nem 15 nem 16, e pelo que eu tenho percebido até agora, até mesmo pela intervenção da Sra. Secretária em sede de comissão como também penso aqui no plenário, pelo menos foi assumido que o início da obra estava estimado para início de 2020.

Ora, 2020, por incrível que possa parecer, também ano de eleições regionais. Só espero que este novo anúncio para o início da obra não seja mais uma vez a instrumentalização desta estrada para fins eleitorais.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mais uma vez! Já foram várias.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para responder aqui ao desafio feito pelo Deputado Paulo Mendes. O Sr. Deputado Paulo Mendes sabe porque é que foi atribuída esta data? Porque é que é janeiro de 2020? É porque cumpridos todos os prazos legais a partir deste momento, a obra poderá ser iniciada em janeiro de 2020 e foi isso que foi dito em comissão. Portanto, esse argumento que o senhor utilizou agora de eleitoralismo é demagógico, tal como a sua proposta.

Disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): E falso! É o que faltava!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem, Sr. Deputado João Paulo Ávila, então posso concluir que muito provavelmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só não viabilizará esta nossa iniciativa não porque no seu objeto está a necessidade da realização desta obra, mas porque pressupõe o carácter imediato da realização da obra. Portanto, aquilo que impede neste momento o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de votar favoravelmente esta iniciativa tem a ver com o conceito de imediato. Não é? Mais grave ainda.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Desta vez não há.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP, e um do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da descida à comissão desse Projeto de Resolução, depois da análise esclarecedora que essa descida permitiu, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista chegou até a achar que o Bloco de Esquerda iria retirar esse Projeto de Resolução. Foi esse o motivo que nos fez chumbar.

E explico mais. O início imediato da obra legalmente não é possível, Sr. Deputado, e também porque não faz qualquer sentido esta Assembleia pedir que o Governo Regional faça aquilo que já está a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua própria iniciativa, como é óbvio, como não poderia deixar de ser, porque entendemos

que esta é uma obra que há muito é esperada pelas pessoas das Furnas e da Povoação, e é uma obra que foi anunciada não pelo Bloco de Esquerda, também como é óbvio, mas pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista, já em 2007, e agora acabamos de receber um novo anúncio que afinal de contas esta obra terá o seu início em 2020.

Eu não vou estar aqui a repisar a coincidência da data do novo anúncio da obra como coincidente com um ano de eleições regionais, mas só quero lembrar que 2020 também coincide com 13 anos depois desta obra estar inscrita, não pelo Bloco de Esquerda, mas pelo Governo Regional no plano anual regional de 2007.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto quatro da agenda - **Proposta de Resolução n.º 9/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O orçamento suplementar, como é habitual, foi elaborado pelos serviços desta Assembleia, aprovado pelo seu Conselho Administrativo e submetido à Mesa e à CAPAT, que emitiu parecer favorável.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Continuamos então com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto cinco da agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XI – “Regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas Membros do Governo:

A proposta de decreto legislativo que estabelece o regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores está enquadrada no Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, para o período 2018-2020.

Este Plano, devidamente discutido no seio do Conselho Regional de Saúde e alinhado com o Plano Regional de Saúde, apresenta um conjunto de intervenções que pretendem ser transversais e aplicadas ao longo de todo o ciclo de vida, da gravidez ao idoso, e em diferentes contextos relacionais, como sejam na comunidade, na família, na escola ou a nível laboral.

Este Plano investirá em dois grandes domínios: na redução da procura e na redução da oferta dando, de forma equilibrada, a devida relevância às duas abordagens.

A operacionalização que pretendemos será concretizada através de mecanismos de Prevenção, Dissuasão, Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

A dimensão do problema na RAA é-nos revelada por diversas fontes. Segundo o Relatório Anual 2016 – A Situação do País em Matéria de Álcool, do SICAD, verificam-se significativas disparidades regionais, quer a nível continental, quer nas regiões autónomas, com a incidência nos Açores a ser mais incisiva nos consumos excessivos, como no Binge Drink, com taxas de 39,5%, no grupo dos 15-74 anos e de 32% no grupo dos 15-34 anos, e na Embriaguez, com 16,1% e

18,2% respetivamente naqueles grupos etários. Nos inquéritos realizados no Dia da Defesa Nacional, a jovens de 18 anos, a prevalência de consumos binge nos últimos 12 meses nos Açores é 46,5%, inferior à média nacional, que é de 49,6%, sendo por seu lado a prevalência de embriaguez de 32%, superior à média nacional, de 31,4%, estando a este nível, em ambas as situações, os Açores em 5º no total de 7 regiões. Verifica-se, com estes exemplos, que a problemática nos Açores tem um espectro mais alargado do que simplesmente nos jovens, justificando assim um Plano integrado e abrangente.

O Plano de Ação para a Redução dos Problemas ligados ao Álcool tem vindo a ser posto em prática, com variadíssimas medidas já concebidas ou implementadas, das quais permitam-me destacar:

- Trajeto Seguro Zero - proposta de prevenção universal e seletiva de intervenção precoce, iniciativa que se vai operacionalizar como projeto piloto em territórios vulneráveis, tendo como objetivo, entre outros, gerar condições pré-natais adequadas aos pais e potenciar o desenvolvimento saudável da criança;
- Programa Prevenir em Família e Comunidade - uma estratégia que se centrará, entre outras iniciativas, na implementação de um Programa de Competências Familiares, por via de uma aposta de prevenção universal, para pais e filhos (envolvendo crianças com idades entre os 6 e os 11 anos de idade) e por via de uma estratégia de prevenção seletiva, quando identificados em determinados grupos populacionais, fatores de risco específicos;
- Projeto Giros - ao nível da prevenção de consumos e comportamentos de risco em contexto recreativo noturno, que inclui, no ano de 2018, atividades nos principais festivais de verão nos Açores;
- Formação de Profissionais – já efetivada a cerca de 200 profissionais, em temáticas como as da prevenção e deteção precoce dos problemas ligados ao

Álcool, técnicas de motivação dos utentes para o tratamento, e comportamentos aditivos e dependências;

- Fórum Regional do Álcool e da Saúde – cujo primeiro encontro decorrerá no próximo dia 27, e que se constituirá como um verdadeiro instrumento de operacionalização deste Plano de Ação, reunindo um conjunto alargado de entidades, publicas e privadas, que manifestem interesse em subscrever uma carta de compromisso para com o Fórum, comprometendo-se a desenvolver um conjunto de ações relevantes nesta área, e proporcionando um espaço de partilha, discussão e reflexão sobre conteúdos relacionados com o consumo nocivo do álcool.

Na vertente específica do domínio da redução da oferta, entre outras medidas, esta proposta de decreto legislativo regional está alinhada com a abordagem que tem em conta o ciclo de vida, uma vez que a idade é um fator preponderante no planeamento e conseqüente sucesso das intervenções, com o objetivo de prevenir, identificar precocemente e implementar mecanismos de resposta adequados a situações de consumo nocivo de álcool.

A diminuição da acessibilidade de menores às bebidas alcoólicas, faz sentido, não enquanto medida isolada, mas integrada nessa visão global do fenómeno do consumo do álcool nos Açores, contribuindo enquanto fator protetor da saúde e inibidor de consumo precoce e nocivo, envolvendo e responsabilizando os progenitores em ações de sensibilização obrigatória, sempre que este princípio não seja respeitado.

A par da não disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em alguns espaços, incluindo na administração pública, é proposta a utilização de meios de controlo diferenciados no acesso a determinados eventos realizados em salas ou recintos de espetáculos.

Quer este desafio na redução de problemas ligados ao consumo de álcool, quer a promoção de hábitos de vida saudáveis, promotores de ganhos em saúde no

futuro, são tarefas coletivas, que exigem persistência e congregação de esforços, no alcance dos objetivos pretendidos, apostando na complementaridade de ações a diferentes níveis de envolvimento dos jovens, como as que são visíveis, por exemplo, na educação, no desporto, na juventude, na solidariedade social ou no emprego, e que não se podem cingir ao governo. São desafios e tarefas que cabem a todos e a cada um de nós.

Obrigado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

10 anos. Foi necessário esperar 10 anos para que os Governos do Partido Socialista se arrependessem do caminho seguido.

Em 2008, no âmbito da discussão de uma iniciativa apresentada aqui pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Partido Socialista chumbou a proibição de venda e de consumo a jovens com menos de 18 anos.

O Partido Socialista argumentou então e alguns dos que participaram nessa discussão e ainda aí se sentam, partido e ali, vejam bem, que nada justificava, nada justificava a diminuição da idade de venda de álcool aos jovens.

E o que devo dizer, recordar um pouco a história, do que aqui foi dito há 10 anos pela bancada do Partido Socialista, que significou para muitos jovens dos Açores e para muitas famílias situações que podiam ter sido evitadas e que não

foram evitadas porque os senhores foram insensíveis a uma proposta apresentada por um partido da oposição!

Devo dizer-vos, por exemplo, o seguinte, dizia a então Deputada Ana Isabel Moniz: “O Partido Socialista apresenta propostas de alteração, entre as quais a de manter a idade mínima permitida para o consumo de álcool nos 16 anos, tal como se verifica no resto do país, sustentando que não existem razões para introduzir um limite diferente na Região”.

E dizia também um outro deputado, a Sra. Deputada Piedade Lalanda, dizia que: “Portanto, a nível da população com menos de 18 anos, essa percentagem de alcoólicos é com certeza mínima”, é com certeza, dizia a grande especialista dos assuntos sociais na altura do Partido Socialista. “Essa percentagem...”, dizia, “...é mínima”. Vemos agora os números que foram apresentados e que foram agora descritos pelo Sr. Secretário da Saúde.

E dizia também na altura, vou só fazer mais uma citação, das muitas que poderia fazer aqui, o Sr. Deputado José Rego, dizia: “O Partido Socialista acha que este diploma é importante para os Açores, só que não concorda passar dos 16 para os 18 anos. Neste aspeto acho que não vamos discutir toda a noite e toda a tarde porque já falámos muito nisso”.

Bem, foram precisos 10 anos para que vossas excelências se apercebessem do erro que estavam a cometer. Isto numa altura em que a legislação europeia, na generalidade dos países, não em todos, mas na generalidade dos países já apontava para a proibição a menores a partir dos 18 anos, pura e simplesmente.

Portanto, o que o Partido Socialista vem aqui apresentar é uma desculpa à sociedade açoriana com certeza, é isso que estou à espera...

Deputado André Bradford (PS): É melhor sentar-se!

O Orador: ... por terem levado tanto tempo e terem permitido este tipo de situações durante tanto tempo e que vossas excelências venham aqui pedir desculpa a muitos dos jovens que tiveram que enfrentar os problemas que não

teriam enfrentado se tivéssemos uma legislação mais restritiva, e a muitas famílias que enfrentaram muitos problemas que não teriam enfrentado se tivéssemos uma legislação mais de acordo com as necessidades e uma legislação mais restritiva nesta matéria. Vossas excelências têm pelo menos 10 anos de responsabilidade e de culpa no vosso currículo.

E devo dizer também, para terminar esta minha primeira intervenção, que acho, e tenho que fazer esta crítica apesar da ótima relação que tenho com o CDS-PP como é do conhecimento público, mas acho inacreditável este parecer que foi remetido pela Associação de Pais da Escola Jerónimo Emiliano de Andrade. É absolutamente inacreditável, que foi assinado pelo ex-deputado desta Casa, Nuno Melo Alves, e atual Presidente da Comissão Política de Ilha do CDS-PP.

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem haver com o CDS?

O Orador: É inacreditável que este parecer refira o seguinte: “Em relação à obrigatoriedade de os representantes legais dos menores participarem em ações de sensibilização, o que é que os senhores pensam?” Não, não. Essas ações de sensibilização estão muito bem pensadas. Estão muito bem pensadas para os pobres, para as famílias sinalizadas, para aqueles que estão numa intervenção no âmbito social, para os lares e situações não estáveis. Isso aí, para toda essa gente, para os pobres, para os desfavorecidos, sim, sim. Campanhas de sensibilização para esses pais. Mas para os ricos, para os filhos dos srs. doutores, para os filhos dos srs. deputados, para os filhos dos srs. professores, para a classe média-alta não se justifica esse enxovalho social de o menino ser apanhado a beber e depois os pais terem que participar em ações de sensibilização.

Não, não. Isto é só para a plebe! Porque para os privilegiados da nossa sociedade não se aplica, como se estes problemas relacionados com alcoolismo e com os menores fossem só exclusivo de gente pobre. Isto é só um problema

de gente pobre, não é um problema de gente rica! É incrível que se tenha esta mentalidade ainda no século XXI...

Deputado Carlos Silva (PS): O CDS pensa assim?

O Orador: ... e que se tenha responsabilidades políticas, como é o caso do Sr. Dr. Nuno Melo Alves.

E devo dizer, não colocando em causa a amizade que tenho, evidentemente, com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, devo dizer que acho também extraordinário também esta outra, e vou ler, que vale a pena ser lido, quando se diz aqui o seguinte: “A aplicação de pena de serviço comunitário ou cívico fora do horário escolar é uma forma didática de punir...”, vejam bem, de punir “... a ilegalidade e ocupar os menores com atividades socialmente úteis”. Sim senhor! Portanto, esta perceção de “como é que vamos sensibilizar os nossos jovens? Como é que vamos alterar estas questões?”, punindo exemplarmente estes jovens e colocando-os a desenvolver atividades socialmente úteis é também uma visão completamente anacrónica e inaceitável, e por isso eu tenho de condenar aqui de forma veemente este parecer e estas conclusões que são absolutamente inaceitáveis numa sociedade moderna e democrática como são os Açores.

Deputados Carlos Silva e Manuel Pereira (PS): Oh, Graça, tens de dizer alguma coisa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O início precoce do consumo e a dependência alcoólica constituem um grave problema de saúde pública nos Açores.

Aliás, o panorama nacional descrito nos relatórios oficiais e transposto para o preâmbulo do Decreto Lei n.º 50/2013, aponta a “existência de padrões de

consumo de alto risco de bebidas alcoólicas, como a embriaguez e o consumo ocasional excessivo, também designado *binge drinking*, especialmente em adolescentes e jovens adultos, revelando igualmente que a experimentação do álcool é cada vez mais precoce em crianças.

Também se constata que a relação entre estes padrões de consumo e a sua precocidade é responsável por uma maior probabilidade de ocorrência de dependência alcoólica, assim como de consequências diretas a nível do sistema nervoso central, com défices cognitivos e de memória, limitações a nível de aprendizagem e, bem assim, ao nível do desempenho profissional.”

Mas o reconhecimento do problema não é recente. Nem são novos os alertas para a necessidade de agir.

Há precisamente uma década, esta Assembleia declarava o seguinte:

“Os jovens consomem cada vez mais álcool e em formas rapidamente intoxicantes.” e

“O combate à iniciação precoce ao consumo regular de bebidas alcoólicas por parte dos jovens, é o principal fator crítico do sucesso do combate ao alcoolismo em geral”, conforme se pode ler no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A, que criou o Regime Jurídico aplicável à venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores, e que se pretende agora alterar.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo,

Dez anos depois, qual é a realidade dos açores em matéria de alcoolismo?

Vejamos o que dizem os dados oficiais:

O Relatório Anual 2016 – A Situação do País em Matéria de Álcool, publicado em dezembro de 2017 pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, já aqui referenciado, dá-nos a resposta.

- Os Açores estão entre as três regiões que apresentaram prevalências de consumo recente acima da média do país, e contrariaram o padrão nacional de diminuição das prevalências de consumo recente entre 2012 e 2016/17.
- Em relação aos indicadores de consumo de maior nocividade, os Açores destacaram-se com os resultados mais elevados de Portugal.
- Esta Região Autónoma registou também um aumento dos Óbitos por Abuso de Álcool, contrariando o decréscimo nacional.

E continuo a citar:

- “Em 2016/17, os Açores destacaram-se com os valores mais elevados ao nível das prevalências de Consumo Ocasional Excessivo (*binge drinking*), embriaguez, e dos consumos de risco ou dependência, quer na população geral dos 15 aos 74 anos, quer na faixa etária dos 15 aos 34 anos.”

E ainda:

- Em matéria de Violência Doméstica, área em que a prevalência nos Açores ultrapassa largamente a média do País, verifica-se que em cerca de 45% das ocorrências nesta Região estão presentes problemas de álcool por parte do agressor, valor que é também superior à média nacional.

E qual é a responsabilidade do Governo nesta matéria?

O que fez o Governo Regional dos Açores ao longo dos últimos dez anos?

Na manhã do dia 6 de maio de 2008, neste Parlamento, no Período reservado a Tratamento de Assuntos Políticos, fazendo o grupo parlamentar do Partido Socialista uma intervenção sobre Alcoolismo (procurando antecipar o debate do pacote legislativo apresentado pelo PSD), interveio o então Secretário Regional da Presidência, Dr. Vasco Cordeiro, dizendo, e cito:

“O problema não é a idade”!

E reafirmou o Dr. Vasco Cordeiro:

“O problema não está na idade, está no procedimento.

O procedimento é a proibição.”

E no debate e votação que se realizou na tarde desse dia, perante a proposta social democrata para definição da idade mínima de 18 anos para o consumo de bebidas alcoólicas, a maioria parlamentar do Partido Socialista impôs uma alteração e estabeleceu a idade de 16 anos, apesar dos votos contra do PSD e do CDS/PP.

Dez anos depois, o Governo e o seu Presidente vêm reconhecer o erro e dar razão à proposta do PSD/Açores... de 2008.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente:

É caso para dizer: Mais vale tarde que nunca!

E por corresponder à proposta social democrata de 2008, e continuarmos a defender que esta é uma medida importante, e que os restantes normativos são também globalmente positivos, o grupo parlamentar do PSD/Açores votará favoravelmente a proposta de decreto legislativo regional.

Apresentamos duas propostas de alteração:

- A primeira para vincar que o objetivo primordial não é a punição, estabelecendo que a verba resultante da cobrança de coimas se destina ao desenvolvimento de ações de prevenção e combate ao alcoolismo na região;
- E a segunda para assegurar que o novo Modelo de Aviso com as Restrições à Venda e Consumo de Bebidas Alcoólicas é aprovado no prazo não de 90, mas de 30 dias após a publicação do presente decreto e está disponível no momento da entrada em vigor do diploma, garantindo assim a segurança jurídica advogada no preâmbulo da proposta do governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo,

Ao longo da última década, há no entanto outros factos relevantes que têm que ser apontados:

O primeiro ocorre com a extinção da Direção Regional de Prevenção das Dependências, operada pelo Dr. Vasco Cordeiro em 2012 quando assumiu a presidência do Governo, e que viria a ressuscitar em 2016, num percurso nitidamente cambaleante, certamente não por problemas relacionados com o álcool, mas por uma manifesta falta de visão e de estratégia do Governo para abordar este fenómeno.

E o segundo facto a destacar, resulta das audições na Comissão de Economia, consta do relatório aprovado e não foi desmentido por ninguém.

Após tomar posse como Presidente do Governo Regional, o Governo do Dr. Vasco Cordeiro decidiu, de 2012 para 2013, não renovar o protocolo com a Casa de Saúde de São Miguel, mandou encaminhar os utentes do Programa de Substituição Opiácea para a ARRISCA;

E deixou ao abandono, sem qualquer tipo de apoio, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Mentira!

O Orador: ... mais de mil utentes com problemas de alcoolismo que eram acompanhados em tratamento ambulatorio pela Casa de Saúde de São Miguel.

Mais de 1 milhar de açorianos, e respetivas famílias, foram deixados sem qualquer acompanhamento técnico, foram votados ao abandono pelo Governo Regional dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo,

Em conclusão:

O grupo parlamentar do PSD/Açores votará favoravelmente, na generalidade, o diploma em debate.

Mas o Governo tem que ser responsabilizado por uma década perdida e pelos resultados trágicos da governação socialista em matéria de alcoolismo na região, e em matéria de dependências de uma forma geral.

E aqui convém lembrar ainda a conexão existente:

- Entre a dependência alcoólica e a precariedade laboral;
- E entre a precariedade laboral e a pobreza.

Aliás, há nesta região indicadores que se relacionam entre si e refletem bem o resultado de duas décadas de governação do Partido Socialista:

Alcoolismo, Dependências em geral, Violência doméstica, Insucesso escolar, Abandono escolar precoce, Gravidez na adolescência, Risco de Pobreza, etc., etc., etc.

A conjugação dos indicadores sociais demonstra que duas décadas de governação do Partido Socialista conduziram a um quadro trágico da realidade social açoriana.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Bom, pensava começar a minha intervenção de uma maneira, terei que fazer outra.

Ao Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM, eu devo-lhe lembrar que a sua amizade em relação ao CDS os faialenses devem tê-la bem presente quando o senhor era do CDS, acabou com o CDS no Faial e levou a maior parte dos militantes do CDS do Faial para o Partido Popular Monárquico.

Essa é a amizade que o senhor tem em relação ao CDS.

Deputado Carlos Silva (PS): É uma boa amizade! Com amigos desses ...!

A Oradora: Quanto ao parecer que o senhor, enquanto professor e também deputado, mencionou nesta casa, que eu saiba, neste parecer não tem o papel timbrado do CDS, o Deputado Nuno Melo Alves, que não foi a eleições nesta legislatura, foi eleito para presidente da comissão de pais pelo seu reconhecimento social de pessoa com dignidade para poder representar os pais. O senhor sabe o quão difícil é hoje em dia arranjar pessoas com disponibilidade para estar à frente de associações de pais? Ele assinou a representar todos os pais desta escola que tinham este entendimento, e que todos esses pais vão ouvir aquilo que o senhor disse em termos de indignação, só não vão ouvir aquilo que o senhor acha em relação a este Decreto Legislativo que estamos aqui a avaliar e em relação ao qual o senhor não disse rigorosamente nada.

E, portanto, quanto à sua opinião, o senhor terá as consequências que o fez, e enquanto professor de uma enorme inconsequência, em relação e em nome da tal amizade que o senhor tem quanto ao CDS.

Quanto ao Decreto Legislativo em apreço, eu devo dizer que perante o cenário alarmante da Região em termos de consumo de álcool, toda e qualquer iniciativa é bem-vinda. O relatório de 2016, como já foi dito daquela tribuna pelo deputado do PSD, sobre a situação do PSD em matéria de álcool, os Açores destacam-se novamente pelas piores razões, e cito: “O Algarve, Lisboa e os Açores foram as regiões que apresentaram prevalências de consumo recente acima do valor nacional na população em geral, dos 15 aos 74 anos, e em relação aos indicadores de consumo de maior nocividade, os Açores destacaram-se com os valores mais elevados, quer na população em geral, quer na população com idades entre os 15 e os 34 anos. Quanto à evolução do consumo *binge*, ...” ou seja, consumir muito e depressa, “... e a embriaguez severa, é destacar os Açores com subidas muito significativas”.

E isto é a prova de que efetivamente a política regional de combate às dependências, não está a funcionar.

No entanto, consideramos que a abordagem tem que ser muito mais pela via preventiva do que pela via legislativa, muito em particular se a legislação introduz muito poucas alterações em termos de fiscalização, e, portanto, não havendo um maior controlo, não faz sentido nenhum termos uma regulação tão detalhada que depois não existe fiscalização.

A perceção de um ambiente de fiscalização pouco eficaz, quer por parte dos jovens, quer por parte dos profissionais que possam fazer a venda de bebidas, potencia o incumprimento da lei. Se a entidade fiscalizadora for o IRAI, é muito difícil fazer o ónus da prova. A nível nacional, a legislação já foi alterada desde 2015, portanto, desde 2015 que a idade mínima passou dos 16 para os 18 anos e a verdade é que a ASAE só consegue identificar 12 menores a consumir álcool por mês, o que não é, de todo, representativo da situação porque não têm meios para fazer o ónus da prova.

Os jovens com 16 anos podem, por exemplo, entrar nas discotecas, mas depois só podem consumir álcool a partir dos 18 anos. Ora, isto torna as situações muito complicadas para os fiscalizadores da IRAI que entram numa discoteca, têm jovens misturados de 16 e 18 anos, logo à partida é muito difícil identificar quais são os de 16, quais são os de 18, ainda para mais porque os de 16 anos acabam por pedir aos amigos que já têm 18 anos para fazer a compra das bebidas.

Se estivermos a falar de entidades, como por exemplo a PSP, a fiscalização ainda é mais difícil uma vez que os agentes de autoridade só podem intervir se o resultado for pelo facto desses jovens estarem alcoolizados, cometerem algum crime ou algum acato da ordem pública que obrigue a esses agentes a poderem, efetivamente, intervir.

E, portanto, há um paradoxo nesta legislação, que é permitir, por exemplo, que jovens de 16 anos possam estar atrás de um balcão a vender bebidas alcoólicas e quando necessário serem esses próprios jovens de 16 anos a dizer a outros

jovens exatamente da mesma idade que não lhes podem servir bebidas alcoólicas. Mas devo dizer, Sras. e Srs. Deputados, que em termos de legislação em Portugal temos um enorme trabalho a fazer, temos uma enorme caminhada a fazer em termos de consciência social, porque o maior paradoxo é termos uma legislação que permite a jovens de 16 anos que possam usar uma arma para ir à caça, que permite que jovens de 16 anos possam fazer uma interrupção de gravidez, que permite que jovens de 16 anos possam decidir fazer uma mudança de género, mas depois vamos dizer que jovens de 16 anos não podem beber uma sangria quando estão numa festa de verão.

E, portanto, esperamos que este seja efetivamente um primeiro passo numa enorme caminhada que temos de fazer em termos de consciência social e cultural.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Peço desculpa, não sabia que estava inscrito para falar já a seguir.

Bem, devo dizer o seguinte. Eu falei sobre a proposta, já aqui fiz, Sra. Deputada Graça Silveira, referência aos 10 anos em que o Partido Socialista penalizou gravemente a Região e os encarregados de educação e os jovens. Em relação às suas referências da coligação que existiu e da amizade que de facto existe entre o CDS e o PPM, devo-lhe dizer que temos um grupo municipal comum no Corvo, nas últimas eleições para a Assembleia da República concorremos em conjunto, portanto, a Sra. Deputada está a falar de factos que ocorreram há 20 anos, mas devo-lhe dizer, Sra. Deputada, que se alguma coisa danificou o CDS

aqui na ilha do Faial foi o resultado obtido por vossa excelência como cabeça de lista em que teve um resultado absolutamente residual e, portanto, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tive a coragem de vir para levantar o partido que você destruiu!

O Orador: ... se alguém tem essa responsabilidade é vossa excelência que com o resultado atingiu o nível mais baixo da história do CDS-PP no Faial.

Aqui o que interessa é que, evidentemente, um parecer emitido por uma entidade como uma escola secundária desta dimensão, quem não concorda com este tipo de ideias, com a estratificação dos pais, com a divisão entre os ricos e os pobres porque os pobres é que são penalizados e participam obrigatoriamente nas ações de sensibilização, e os ricos não participam? E as famílias que estão estruturadas, as não estruturadas, os níveis de rendimentos e as que estão sinalizadas? Eu não posso aceitar que um parecer destes não tenha referências, Sra. Deputada.

Não posso aceitar, não posso aceitar! E quem não concorda não assina um parecer deste nível, e outras coisas que aqui estão que há pouco me esqueci de referenciar, como por exemplo proibir também em recintos privados, em casa, o consumo de álcool. Eu gostava de saber como é que isso é feito! Como é que era? Agora metemos uma câmara e está ali a polícia a verificar se o jovem até aos 18 anos consome o álcool dentro de casa conjuntamente com os seus pais. E se for um vinhinho do Porto, e o champanhe no final do ano?

Quer dizer, é absolutamente ridículo que possa ser feito um parecer deste tipo, e eu não o aceito e tenho que o criticar, Sra. Deputada.

Em relação ao resto, está referenciado, acho que é um avanço significativo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É assim que o senhor faz?

O Orador: ... para a Região Autónoma dos Açores, significa um avanço muito significativo. Agora, o que eu acho fundamental é que o Partido Socialista faça

aquilo que ainda não fez, que é assumir a sua responsabilidade histórica pelo facto destas medidas não terem sido implementadas há mais tempo.

Evidentemente, o PPM vai votar favoravelmente a esta iniciativa porque com o que concordávamos há 10 anos também concordamos agora em relação a esta matéria. Quem mudou de opinião foi o Sr. Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, e alguns dos deputados que aqui se sentam que chumbaram da última vez a iniciativa e agora vão aprovar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Como não poderia deixar de ser, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta em apreciação, mas também não temos enormes expectativas à cerca do resultado prático deste novo regime, e o resultado prático aqui teria de se traduzir numa redução do consumo de bebidas alcoólicas por parte de menores.

Infelizmente, e penso que não é só a minha opinião, creio que muitos Srs. e Sras. Deputadas também concordarão comigo que sim, temos de facto que alterar e não pode ser de outra forma, temos que alterar a idade mínima para o consumo mínimo de bebidas alcoólicas dos 16 para os 18 anos, por todo um conjunto de razões neurofisiológicas que se calhar muitos dos pais, e até mesmo dos jovens, não conhecem e que justificam o porquê de jovens com idade inferior a 18 anos não poderem consumir bebidas alcoólicas.

E para mudarmos comportamentos, porque é disso que se trata, de mudar comportamentos, nós precisamos de mudar atitudes. E não só mudar atitudes como também transmitir ou fazer sentir que a vulnerabilidade pessoal às consequências de um consumo imoderado e genericamente e infelizmente

aceite socialmente do consumo de álcool na sociedade e em particular pelos jovens.

E, portanto, a influência da sociedade deverá sentir-se no sentido contrário. Ora, em vez de termos uma cultura que infelizmente incentiva o consumo imoderado muitas vezes de álcool, nós temos o contrário. E por isso é que nós consideramos que faz todo o sentido o artigo 6º da proposta de proibição de patrocínio, e que é, aliás, salientado na exposição de motivos, como um aspeto inovador desta proposta.

Ora, se compararmos esta proposta que está em análise com o atual regime, vemos que a proibição de patrocínio já está em vigor e, portanto, não há nada de inovador, pelo que penso que na prática o resultado que teremos é a situação atual. Ou seja, em vez de termos de facto uma proibição de patrocínio tal e qual como está atualmente mesmo em vigor, e que essa proibição de patrocínio abrange todos os eventos designadamente desportivos, culturais ou recreativos em que participem menores ou que se destinem a esse segmento etário, na prática esta proibição não tem grande tradução.

Eu até em comissão perguntei ao Sr. Secretário, utilizando um exemplo muito prático, se com este regime, quer o atual até mesmo com o novo que vai ser, penso que, aprovado nesta casa, se por exemplo qualquer marca comercial de bebidas alcoólicas poderá patrocinar eventos como as Sanjoaninas, porque afinal de contas é um evento em que participam menores, e o Sr. Secretário teve, digamos, uma saída mais ou menos airosa tentando distinguir de forma que eu considero se calhar um bocado despropositada, porque não faz muito sentido distinguir patrocínio de publicidade.

Parece-me que havendo patrocínio, haverá sempre publicidade, e havendo publicidade, portanto, há um incentivo ao consumo, e havendo um incentivo ao consumo num evento em que participem menores ou que se destine

exclusivamente a menores, e que tem sido uma realidade, infelizmente ao longo de todos estes anos, na região, e não só.

Eu penso que com a entrada em vigor deste novo regime e no que diz respeito à proibição de patrocínio, que obedece exatamente ao que está em vigor, parece-me que os resultados práticos infelizmente não serão manifestamente significativos. Aliás, os relatórios das várias ações de fiscalização entregues nesta Casa ao longo de todos estes anos, demonstram isso mesmo, e, portanto, o incumprimento parece-me que está à vista de todos e parece-me que infelizmente continuará.

Ora, eu também penso e julgo que é um aspeto que deveria ser melhorado nesta proposta, e que me parece que é uma incoerência, que é: de facto faz todo o sentido quando nós andamos a tentar sensibilizar os condutores para se conduzirem não bebam, faz todo o sentido que não existam à venda bebidas alcoólicas em postos de abastecimentos de combustível.

Agora, o que parece que não faz sentido nenhum é quando simultaneamente proibimos, e bem, a venda de bebidas alcoólicas em postos de abastecimento, permitir que se faça essa venda em restaurantes ou bares associados a esses mesmos postos de abastecimento. Porque, de facto, quem está a conduzir e para no posto de abastecimento para abastecer o seu automóvel, tanto faz quer comprar bebidas alcoólicas a granel no próprio posto de abastecimento na parte da loja de conveniência, como também não faz sentido consumir as mesmas bebidas alcoólicas no restaurante ou no bar associado a esse posto de abastecimento.

Portanto, penso que este era um aspeto que poderia ter sido melhorado no sentido de não incluir esta exceção de ser permitida a venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes ou bares associados aos postos de abastecimento.

Penso que temos aqui um regime que na teoria parece-me que está genericamente mais do que aceitável, é aquilo que neste momento se impõe.

Infelizmente não é pelo carácter inovador desta iniciativa de transpor a idade dos 16 para os 18 que vamos alcançar grandes resultados da noite para o dia. Infelizmente parece-me que não é por aí, porque, de facto, é necessário mudar atitudes, mudar o próprio contexto social, mudar todo um conjunto de práticas sociais que em vez de incentivarem o consumo de bebidas alcoólicas, desincentivem esse mesmo consumo, e só assim mudaremos comportamentos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista reconhece os objetivos gerais deste DLR, reconhece que se prendem por uma ação orientada para prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de álcool, bem como garantir que a oferta, venda e consumo do álcool no mercado seja feita de uma forma mais segura e não indutora de um consumo nocivo.

Por outro lado, e aqui passamos já a referir o histórico que o Partido Socialista tem e o histórico que já foi referido aqui por parte do PSD. Em 2008 nós tínhamos, efetivamente, um PSD que diagnosticava alcoolismo juvenil, que afirmava sem sustentação científica um mal de saúde pública que se via a olho nu. Na altura, nós tínhamos um PS que defendia, e defende, um equilíbrio entre a punição, a prevenção e a fiscalização. Tínhamos então um PS que votava em consciência por defender um estudo aprofundado da realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PS): E passados 10 anos ...!

A Oradora: E passados 10 anos, hoje a realidade é claramente diferente. Hoje temos, entre tantos outros, o estudo do SICAD, temos um evoluir claro de factos indicadores e dados que atestam contextos diferentes e realidades substancialmente diferentes. É sabido que os jovens de hoje são naturalmente

diferentes de 2008. 10 anos volvidos, sabemos que os jovens de hoje infelizmente estão cada vez mais distantes dos círculos de socialização ditos normais e encaminham-se para uma aproximação cada vez maior das redes virtuais, do mundo virtual, de um modo que exhibe comportamentos de risco e premeia os mesmos, de um mundo que incentiva uma vida por imitação, de um mundo que incentiva o *like*.

Percebe-se que há neste momento entre os jovens uma necessidade crescente de uma substituição dos sentimentos ou uma alienação dos mesmos. Assiste-se a uma necessidade de satisfação imediata, associada ao aumento do chamado *binging drink*, e é neste segmento que se registam valores relevantes no estudo, já promovido e referido aqui, do SICAD.

A este cenário, alia-se uma realidade familiar cada vez mais solícita, mais exigente, com mais tarefas, funções e deveres, e, por conseguinte, com cada vez menos tempo de qualidade para a família, para a potenciação e reforço dos laços parentais através da partilha e da comunicação.

Por tudo isto, acreditamos que se exige um reforço da intervenção de cautela. Enfim, de ouvir com mais atenção os silêncios dos nossos jovens. Assim, hoje, 2018, votamos a favor da alteração da idade mínima de proibição de venda e consumo de álcool dos 16 para os 18. Votamos a favor e contra, e votaremos sempre a favor ou contra em qualquer situação ou proposta, independentemente do partido, sempre que estas mostrem servir os açorianos e que com a sua implementação poderemos cumprir o nosso dever de representantes das nossas gentes, dos seus desejos, anseios e desafios.

E para finalizar, vamos falar de volvidos 10 anos. Volvidos 10 anos em que o PSD aqui afirmou que era fundamental ter-se intervido e alterado, e que por causa disso nós temos indicadores drásticos, eu aqui vou ter que fazer um elogio, e tenho pena que o Sr. Paulo Estêvão não esteja, porque ele aí realmente é coerente. Ele naquelas propostas que acredita que devem ser implementadas,

trá-las todos os anos para aqui, e volvidos 10 anos e o PSD nunca mais trouxe esta proposta de alteração. Mas, e, todavia, eu pergunto se o PSD se resignou.

Também relembro que há 10 anos o Partido Socialista aprovou um pacote, e assim chamava o Sr. Deputado Artur Lima, um pacote de medidas.

E assim, para finalizar em jeito de brincadeira, e para suavizar um bocadinho o comportamento de um PSD de Madalena ofendida, vai-se tornar em Madalena agradecida porque o Partido Socialista vai votar favoravelmente a sua proposta de alteração.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O consumo de álcool é um problema crónico que afecta a Europa, Portugal e a Região Autónoma dos Açores. O abuso do consumo é visível em todas as faixas etárias sendo uma constante preocupação social, económica e mesmo educacional.

Quando se trata dos jovens conseguimos perceber o início de um vício nefasto que é aceite e considerado um hábito de integração social. Diversos estudos realizados envolvem o consumo de álcool com o comportamento anti-social e por vezes até desordeiro, que inclui a violência, a criminalidade e a sinistralidade rodoviária.

Para solucionar estes problemas é necessário um constante trabalho nas políticas de sensibilização na área da saúde, educação e de dinamização da informação.

Será assim necessário um controlo que limite o consumo de álcool pelos vários grupos sociais com o principal foco nos mais jovens, isto para além da limitação do acesso a bebidas nos locais de venda.

A proposta do Governo Regional caminha para este aspeto, mas existem diversas lacunas em outras áreas que completam este projecto, como a educação e o reforço das autoridades para a garantia de uma fiscalização desta medida.

É preciso ter atenção porque as entidades interessadas na comercialização de bebidas alcoólicas têm de aceitar e colaborar com as medidas aprovadas. Deve ser garantido o cuidado das grandes áreas de intervenção: jovens, crianças e grávidas; desemprego; Sinistralidade rodoviária; adultos e meio laboral; prevenção, formação, comunicação e educação; tratamento e reinserção.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo,

A necessidade de responder à população com hábitos de consumo excessivo deve ser automática e eficaz. Deve ser mobilizado apoio e informação para as famílias mais expostas com a garantia que têm acesso aos cuidados de saúde necessários, em articulação com as unidades de saúde primárias, hospitalares e de saúde mental.

Considerando que a região tem fragilidades nas unidades de saúde, no abandono escolar, no apoio das unidades de saúde mental, na inserção social, como podemos exigir que esta proposta tenha sucesso?

A aprovação deste decreto reflecte que estamos a caminhar, vagarosamente, para a diminuição do consumo excessivo e estamos longe de alcançar dados positivos.

Os dados apresentados pelas audições demonstram que não são só os jovens que precisam de mudanças. Devemos considerar a falha apontada pelo comandante da PSP dos Açores que inclui a limitação do consumo em via pública, medida que merece alguma discussão.

A tolerância do consumo excessivo de álcool deve terminar. Assumirmos que este é um hábito enraizado sem possibilidade de mudança, é errado.

Como foi apontado no parecer da Comissão de Economia não existe capacidade de resposta para os utentes que sofrem desta dependência. As unidades que apoiam esta doença, tanto as consultas de psiquiatria bem como no acompanhamento, estão lotadas.

Cabe aqui perguntar: Como conseguimos estar a discutir uma proposta para reduzir este problema quando existe incumprimento pelo Governo Regional na reunião de esforços para o apoio na acessibilidade destas pessoas aos cuidados de saúde?

Todos os extractos sociais estão envolvidos, tal como todas as ilhas, mas a resposta para o problema, que é difícil de ser assumido pelo doente, só existe em S. Miguel ou na Terceira. Vejamos um caso aleatório, uma pessoa que viva nas Flores, no Corvo ou em S. Jorge, além de ter de assumir na comunidade que precisa de tratamento, tem de se deslocar fora do seu ambiente de conforto e de apoio familiar.

A recusa de tratamento também deve ser um dos focos de atenção da sensibilização destes hábitos, tal como foi referido em comissão pelo Senhor Secretário Regional da Saúde. De fato o consumo de álcool nos Açores sofreu um aumento de 24% sendo pois relevante o consumo que nos transforma mesmo, segundo as estatísticas, na segunda Região com maior consumo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo,
Estes dados devem merecer ser objeto da maior atenção e preocupação.

Não existindo condições de apoio e as pessoas irão sentir-se cada vez mais esquecidas e isoladas e desamparadas nesta luta.

Para finalizar, a RPPCP congratula todos os esforços das instituições que apoiam e reforçam todas as iniciativas para o combate ao alcoolismo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas Membros do Governo:

Eu começaria, só para fazer algumas referências a alguns dos comentários de alguns dos Srs. Deputados, e começaria pela falta de expectativa que o Sr. Deputado Paulo Mendes disse há pouco de que de facto isto vá ter algum sucesso e que possamos mudar atitudes.

Eu estou com bastante expectativa, Sr. Deputado, não exclusivamente por causa desta alteração legislativa porque ela é uma gota em todo aquele plano de ação integrado que nós estamos a implementar na Região Autónoma dos Açores. É um esforço coletivo, e sendo coletivo é de responsabilidade de todos nós e nada melhor do que termos uma boa expectativa para que aquilo efetivamente tenha sucesso, senão não valeria a pena sequer começar.

Eu tive oportunidade na minha intervenção de fazer referência que esta medida, enquanto medida isolada, não teria qualquer interesse. Aliás, foram aqui referidos vários dados e o Sr. Deputado Carlos Ferreira também o mencionou quanto à questão da iniciação que nós sabemos que nos Açores, até por motivos culturais, é cedo e até em idades inferiores àquelas que nós estamos a proibir. Portanto, não era obviamente a questão da idade que seria o relevante para mudar as atitudes. Se nós hoje estivéssemos aqui a apresentar apenas esta

alteração legislativa sem qualquer outro plano de ação ou esforço conjunto para alterar, eu também diria que não fazia qualquer sentido. E também tive o cuidado de dizer que essa era uma medida que iria contribuir enquanto fator protetor da saúde.

Portanto, vejo-a mais, e é isso que deve ser transmitido aos jovens, não tanto como um fator de proibição, mas de protetor para a sua saúde e inibidor de um consumo precoce e nocivo.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado João Paulo Ávila referiu agora sobre a questão do tratamento e da dificuldade que existe às vezes em assumir, essa é uma realidade. Ainda a semana passada tive a oportunidade de visitar as duas instituições na Terceira, de perceber pelos próprios números das mesmas que as pessoas já chegam a um estágio tardio e que se tivesse assumido mais cedo e tivessem tido esse pedido de ajuda, com certeza que a sua recuperação seria melhor.

E para isso, o que é que estamos a fazer? Estamos a melhorar a formação, e eu anunciei aqui, já formámos cerca de 200 profissionais de saúde. Nas próprias casas de saúde foram dadas formações no grupo central e ocidental, por exemplo, onde se notava isso mesmo, a pouca referenciação de utentes para tratamento na casa de saúde.

E foi feita esta formação, por um lado para a deteção precoce desses problemas, mas por outro lado com técnicas de motivação para os utentes para efetivamente acederem a esses tratamentos, que são de cerca de três a quatro semanas, e logo na semana a seguir a essa primeira formação que houve em São Jorge e Pico houve logo referenciações para tratamento, o que é positivo e demonstra que é necessário essa proximidade que temos que ter para que o tratamento ocorra naquelas unidades que são especializadas com equipas multidisciplinares e que são importantes para a ajuda ao nível do tratamento.

Outra questão que tem a ver também com a referenciação, a forma como desde os centros de saúde e que agora passa pelo hospital nas tais consultas de psiquiatria, possamos ter aqui uma forma de referenciação, e consoante os territórios, mais ágil para que efetivamente seja mais eficaz a referenciação ao nível da necessidade de tratamento.

Quanto aqui a uma questão que também foi abordada na comissão e que o Sr. Deputado Carlos Ferreira agora a trouxe relativamente ao instituto São João de Deus e mais concretamente à Casa de Saúde de São Miguel, em comissão a Sra. Deputada Graça Silveira, que fez o favor de tocar nessa questão relativamente ao término da consulta de ambulatório na Casa de Saúde de São Miguel, e na altura tivemos oportunidade de falar sobre isto e de eu lhe ter dito, a ela e aos outros Srs. Deputados, que o Governo Regional tem protocolos com as várias Casas de Saúde e que tive oportunidade de depois da comissão perceber o que é que teria acontecido entre 2008 e 2012.

Portanto, tal como havia com a Casa de Saúde de São Rafael, havia também um protocolo com a Casa de Saúde de São Miguel que em 2011 foi interrompido porque houve ali uma divergência em termos da execução do próprio protocolo. A divergência na altura tomou um nível de que houve até uma ação em tribunal por parte da própria Casa de Saúde obviamente a defender aquilo que na altura teria como assente que estava a produzir o que estava no protocolo.

Portanto, estamos a falar do ano 2011. Em 2012 voltou a haver o protocolo e efetivamente, e isso eu mencionei em comissão, depois houve em 2013 a passagem de todo o projeto que havia de substituição opiácea para outra instituição, naquele caso a ARRISCA, e aí sim foram transferidos cerca de 234 utentes que estavam a ser seguidos pela Casa de Saúde para a ARRISCA.

A partir daí tem havido consultas de ambulatório, tal como existem em todos os centros de saúde e nessas instituições com as quais nós continuamos a trabalhar. Penso que a esse aspeto está esclarecido.

Obviamente que foi mencionado também que a Casa de Saúde teria apresentado uma proposta, e apresentou penso que em 2013, segundo a informação interna que consegui obter relativamente a poder continuar com o projeto que tinha a informação também que tenho é que terão sido colocadas várias questões e que não terão sido respondidas, também não quero, digamos, insistir nesta temática, porque não está cá, como é óbvio, o diretor da casa para poder explicar, eu próprio já tomei a iniciativa de fazermos uma reunião para perceber em 2013 o que é que aconteceu e de facto tive oportunidade, a semana passada na Casa de Saúde equivalente a São Rafael, de ver a excelência do trabalho da unidade de alcoologia. E, portanto, se o instituto São João de Deus tem na sua génese e tem pessoas capazes para isso, obviamente na Casa de Saúde de São Miguel também terá e teríamos todo o gosto em implementar esse projeto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de esclarecer que, Sra. Deputada Mónica Rocha, também o Grupo Parlamentar do PSD/Açores defende a complementaridade entre prevenção e responsabilização, naturalmente, e está claramente empenhado em contribuir para que a prevenção e o combate ao alcoolismo na nossa Região e a prevenção do início precoce dos consumos sejam um objetivo atingido por todos.

Agora, não podemos é dizer que há 10 anos não era já conhecida a realidade da Região em matéria de alcoolismo, porque um sociólogo que por acaso apresentou a sua obra por várias ilhas, era o Dr. Alberto Peixoto e que desenvolveu um estudo chamado “Dependências e Outras Violências”, já

analisava na altura o fenómeno da dependência em geral e do alcoolismo também e já apontava dados muito preocupantes na nossa Região Autónoma.

Portanto, o que houve foi uma opção clara do Partido Socialista, e do Governo Regional sustentado pelo Partido Socialista, em 2008, de definir a idade mínima para os 18 anos e alterar, porque foi uma proposta de alteração imposta pelo Partido Socialista, maioritária nesta Assembleia, que levou a que fosse definida a idade de 18 anos para o consumo de bebidas alcoólicas nos Açores e não a idade de 16 anos que agora vem, felizmente a nosso ver, o Governo Regional propor e, portanto, por isso mesmo já havia sido referido na comissão e foi hoje aqui novamente salientado, vem o Governo Regional reconhecer que os últimos 10 anos não foram favoráveis, que a medida tomada na altura não foi positiva, que foi um erro e por isso mesmo, e por outros motivos, pelo agravamento da situação na Região se vai agora alterar e procurar desta forma contribuir para a melhoria da situação dos Açores, e das açorianas e açorianos, em matéria de dependência alcoólica.

Registamos com agrado, Sra. Deputada, a manifestação de boa vontade do Partido Socialista em acolher as propostas do PSD/Açores que são propostas, a nosso ver, construtivas, para melhorar o Decreto Legislativo Regional que se pretende hoje aprovar nesta Assembleia.

Relativamente às referências do Sr. Secretário. Sr. Secretário, o que ficou claro na Comissão de Economia foi que de 2012 para 2013, é verdade que tinha havido em 2011 a interrupção do protocolo, foi reativado em 2012, mas ficou claro e foi afirmado perentoriamente pelo Sr. Diretor da Casa de Saúde de São Miguel que 2012 para 2013, por motivos que desconhece, o Governo Regional decidiu não renovar o protocolo com a casa de saúde de São Miguel, mandou encaminhar os 276, no relatório consta 272, utentes do programa de substituição opiácea para a ARRISCA...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi o que foi dito!

O Orador: ... e não respondeu à questão colocada pela Casa de Saúde quanto aos mais de mil utentes em tratamento de dependência alcoólica.

E, portanto, foi também afirmado perentoriamente pelo Sr. Diretor e não foi desmentido por ninguém que esses mais de um milhar de dependentes de álcool que estavam a ser acompanhados no centro de consultas ficaram sem qualquer acompanhamento, sem qualquer apoio técnico, e foram, portanto, abandonados pelo Governo Regional dos Açores à sua sorte.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que se impõe deixar aqui duas ou três notas.

Por um lado, dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não procura de todo escamotear dados que são preocupantes para nós, no entanto, nós estamos focados na atualidade, naquele que é o problema e o retrato que temos neste momento e no futuro para que tudo isto posso conhecer uma trajetória descendente no sentido da melhoria dos resultados que a todos preocupam, naturalmente.

Mas parece-me que alguma oposição parece não ver, neste diploma, muito mais para dizer acerca dele senão a questão da transição da idade. É uma pena, eu acho que até é um empobrecimento do debate, mas infelizmente é o que temos.

Há vários países na Europa que mantêm ainda a idade mínima de consumo nos 16 anos, como a Áustria, a Bélgica, a Grécia, o Luxemburgo, a Alemanha para vinho, cerveja e cidra, a Suíça para vinho, cerveja e sidra. Portanto, naturalmente o que daqui se conclui é que este não é um dado muito contundente e mesmo não será um dado muito consensual que seja apenas por essa via que a realidade possa alterar-se, é muito redutor, e eu diria mesmo que é escandalosamente demagógico fazer residir nesse único facto os problemas que nós verificamos e que a todos nos preocupam, oxalá, Sras. e Srs. Deputados, essa fosse a receita para que os problemas sofressem uma significativa alteração. Aliás, há mesmo um relatório do SICAD decorrente do Decreto-Lei de 2013 que faz exatamente essa referência, podendo ser uma ajuda essa transição da idade, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... não é de todo a única abordagem a fazer nesta matéria, como aliás, bem tem sido demonstrado aqui ao longo deste debate, nomeadamente pelo Sr. Secretário Regional e pela minha camarada Mónica Rocha.

Em matéria de coerência, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também penso que se impõe dizer aqui que nós não sentimos qualquer incoerência quando em momentos diferentes, perante dados diferentes, e agora sim temos dados muito mais conclusivos, temos uma visão diferente e que possa ajudar a resolver algum tópico e algum tipo de problema. O Diploma que aqui temos é um instrumento legislativo, que é mais completo, mais abrangente do que o que tínhamos, que no fundo congrega o melhor do nacional e o melhor daquilo que antecedeu este documento, com algumas importantes novidades que já foram aqui também muito bem elencadas, nomeadamente pelo Sr. Secretário, desde logo na sua intervenção inicial. É, portanto, algo que se integra, um instrumento que se integra em algo muito mais amplo, nomeadamente no plano de ação para a redução dos problemas ligados ao álcool, que é um plano estrutural com

programas e medidas que abrangem várias parcelas da comunidade, várias faixas etárias, vários contextos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não começou a preocupar-se com esta questão da idade ontem. Em 2013, nomeadamente no dia 30 de agosto, numa petição relatada, por acaso, por mim enquanto relatora da Comissão de Assuntos Sociais presidida então pelo Sr. Dr. Domingos Cunha, e para além do então Secretário da Saúde já ter deixado perceber que poderia vir a optar-se por esta opção, passo a redundância, o que é facto é que a Comissão de Assuntos Sociais deu, no seu parecer relatado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas que colheu a unanimidade da posição de todos os partidos, disse exatamente isto: “A transição da idade mínima de consumo dos 16 para os 18 anos, embora não resolva terminantemente a situação, poderá constituir um passo importante para um maior controlo da situação”.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós aqui estamos a dar sequência exatamente àquela que tem sido sempre a nossa preocupação. O Grupo Parlamentar congratula-se com a apresentação deste Diploma e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista orgulha-se da sua capacidade de ver, de rever, de estudar, de ir ao fundo das questões, de manter o que deve ser mantido, de alterar o que deve ser alterado, porque nós estamos é ao serviço das pessoas, da comunidade, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... dos contextos dinâmicos que se nos apresentam e não reféns de uma posição num dado ou num concreto momento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É para isso que aqui estamos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar às votações.

Começamos agora pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade. Coloco à votação artigo 1º do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloca agora à votação o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 3º.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Conscientes da complexidade da problemática, o PS apresenta alterações que são substanciais e consequentes, alicerçadas naturalmente numa prevenção

primária, numa sensibilização e orientação de políticas regionais para uma problemática emergente, desafiante, específica e complexa.

Neste artigo em específico, consideramos que a inclusão de via pública no conceito local público e que com esta alteração podemos dar resposta à possibilidade de se autuar os jovens quando se fizer prova que estão a consumir na via pública. Esta situação tem vindo reiteradamente a ser apresentada quer pelo Comando da PSP, quer por outras entidades e pareceres, e, portanto, consideramos que seria importante esta alteração.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sendo assim, está então à votação esta proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 3º deste Diploma.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Votação em separado do nº. 6 deste artigo.

Presidente: Muito bem.

Em relação ao artigo 3º, vamos votar os seus n.ºs 1, 2 com esta alteração que acabámos de aprovar, 3, 4 e 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os n.ºs apresentados relativos ao artigo 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora a votação o nº. 6 do artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º apresentado relativo ao artigo 3º foi aprovado por maioria com 30 votos a favor do Partido Socialista; 19 do PSD; três do CDS-PP; duas abstenções do Bloco de Esquerda; um voto a favor do PCP; e um voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora a votação os restantes números deste artigo, nomeadamente o 7, 8, 9, 10 e 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os n.ºs apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 7º.

A Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD, nomeadamente ao n.º 5 do artigo 11º.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que nós propomos a alteração ao n.º 5 do artigo 11º, mas que conjugando com as propostas de alteração que eventualmente serão aprovadas também e propostas pelo Partido Socialista, que o nosso n.º 5 passará a constituir o n.º 6, salvo erro, do artigo 11º depois de serem votadas todas as propostas de alteração.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente, se a vossa proposta for aprovada e também as do Partido Socialista, como se depreende que serão, em termos de redação final a Comissão de Economia terá que ter em consideração que o Partido Socialista

propõe a renumeração dos artigos existentes no Diploma, em que um deles, nomeadamente o n.º 5, no original passa a ter outro número devido à aprovação de ambas as propostas de alteração, caso assim aconteça.

Feito este esclarecimento à câmara, está então à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 5 do artigo 11º.

A Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração, desta feita apresentadas pelo Partido Socialista, também a este artigo 11º e, como já pude referir, nomeadamente aos seus n.ºs 1, 2, e 3.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** O Partido Socialista considera que se deve manter a manutenção do valor das coimas, estabelecendo aqui um equilíbrio, naturalmente, entre a fiscalização, a regulamentação e a balização.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, passamos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista; 19 do PSD: três do CDS-PP; dois do Bloco de Esquerda; um do PCP; e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação este mesmo artigo 11º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e o Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista; 19 do PSD; três do CDS-PP; dois do BE; um do PCP; e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora a votação o artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista; 19 do PSD; três do CDS-PP; dois do Bloco de Esquerda; um do PCP; e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora a votação a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 13º.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, apesar de ter recebido informação por parte do Sr. Secretário de que esta situação estaria prevista no regulamento e no plano de ação, todavia consideramos que seria pertinente ficar plasmado no DLR esta obrigação de notificação.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 13º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação este mesmo artigo 15º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E por fim, o artigo 17º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A votação final global foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Uma interpelação, Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** É para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos também encerrar os nossos trabalhos.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Procede ao regime de férias na Função Pública, consagrando o direito a 25 dias úteis de férias e as majorações em função da idade - n.º 917/XIII/3.^a (PEV) - n.º 180/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 09;

Assunto: Nova Lei de Bases da Saúde - n.º 914/XIII/3.ª (BE) - n.º 181/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 16.

2 – Projetos de Resolução

Assunto: Recomenda a contratação de Vigilantes da Natureza e a valorização da carreira, cessando a indefinição existente quanto ao seu futuro - n.º 1707/XIII/3.ª (PCP) - n.º 179/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 09;

Assunto: Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta - n.º 1752/XIII/3.ª (PCP) - n.º 183/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 30;

Assunto: Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta - n.º 1756/XIII/3.ª (PSD) - n.º 185/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 31;

Assunto: Aeroporto da Horta - n.º 1762/XIII/3.ª (PSD) - n.º 186/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 17;

Assunto: Recomenda ao Governo a melhoria e ampliação do Aeroporto da Horta - n.º 1765/XIII/3.ª (CDS-PP) - n.º 187/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 17;

Assunto: Ampliação da pista do Aeroporto da Horta - n.º 1766/XIII/3.ª (PS) - n.º 188/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 17.

3 – Propostas de Lei

Assunto: Autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da atividade da pesca comercial marítima - n.º 140/XIII/3.ª (GOV) - n.º 182/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 30;

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril, que regulamenta a Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, que definiu as regras através das quais o Governo apoia o Associativismo Cultural, as Bandas de Música e Filarmónicas - n.º 141/XIII/3.^a (ALRAM) - n.º 184/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 30.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Transpõe a Diretiva 2013/59/Eurotom, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes - MCTES - (Reg. DL 120/2018) – n.º 86/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 06 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 09.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente – n.º 21/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 06 - 26

Pedido de Urgência

6 – Propostas de Resolução:

Assunto: [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2018 – n.º 9/XI](#)

Proveniência: Presidência da ALRAA

Data de Entrada: 2018 –07– 03

Comissão: CAPAT

Data limite de parecer: Parecer após o parecer do TC

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017 – n.º 11/XI](#)

Proveniência: Presidência da ALRAA

Data de Entrada: 2018 –06– 15

Comissão: CAPAT

Data limite de parecer: 2018-07-12;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2017 – n.º 10/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 –07– 02

Comissão: Todas as comissões

Data limite de parecer:

7 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Violação da liberdade de expressão, reunião e manifestação de um grupo de cidadãos no âmbito das comemorações do Dia de Portugal que decorrem nos Açores – n.º 104/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018-06-11

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2018-07-23;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no Concelho da Praia da Vitória, com pedido de urgência – n.º 106/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018-06-12

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2018-07-12;

Assunto: [Abertura de sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande – n.º 108/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018-06-19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018-07-23;

Assunto: [Garantir a realização das obras, e a instalação de equipamentos, que permitam aproveitar plenamente as obras do molhe-cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa, na ilha do Corvo – n.º 109/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 –07– 04

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2018-09-13;

Assunto: Abertura de sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande – n.º 110/XI

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 –07– 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018-09-13;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que assuma diretamente as suas competências no âmbito da manutenção do parque desportivo da ilha do Corvo, nomeadamente garantindo o bom estado de fruição das instalações, equipamentos e material desportivo e assegurando as reparações ou os melhoramentos necessários nas instalações ou equipamentos – n.º 111/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 –07– 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018-09-13.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Cancelamento de cirurgias no Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 468/XI;

Assunto: [Calendarização da 2.^a fase de requalificação da Escola Básica António José de Ávila](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25

Referência: 54.03.07 – N.º 469/XI;

Assunto: [Resultados de Ações Inspecivas à Empresa Estufaçor](#)

Autores: Zuraida Soares, Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25

Referência: 54.06.02 – N.º 470/XI;

Assunto: [Porque não há operação noturna no Aeroporto da Horta pela Azores Airlines?](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 26

Referência: 54.03.07 – N.º 471/XI;

Assunto: [Entrada em funcionamento do Solar da Glória como Unidade de Tratamento de dependências](#)

Autores: Luís Maurício, Maria João Carreiro e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 472/XI;

Assunto: [Manutenção de caminhos agrícolas no Faial](#)

Autores: Luís Garcia, Carlos Ferreira e António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 473/XI;

Assunto: [Indeferimento reiterado de requerimentos para a mobilidade intercarreiras ou intercategorias na Administração Pública Autónoma](#)

Autores: Zuraída Soares, Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 474/XI;

Assunto: [Construção do terminal marítimo e reordenamento do porto de São Roque](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 03

Referência: 54.03.06 – N.º 475/XI;

Assunto: [Transferência de pessoal administrativo da RIAC para as Unidades de Saúde Familiar](#)

Autores: Zuraída Soares, Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 479/XI;

Assunto: [A obra de construção Ecomuseu – do Museu do Tempo encontra-se atrasadíssima e voltou a parar](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 477/XI;

Assunto: [Médico do Corvo impedido de habitar a moradia que lhe está consignada](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 478/XI;

Assunto: [Tarifa Especial “Maré Baixa” da Atlânticoline deixa de fora os passageiros do Triângulo](#)

Autores: Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04

Referência: 54.01.00 – N.º 476/XI;

Assunto: [Negociações sobre o acordo “interlines” com a Delta Air Lines](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 05

Referência: 54.01.00 – N.º 480/XI;

Assunto: [Corte no Complemento Regional de Pensão a beneficiários com pensões no estrangeiro](#)

Autores: Zuraida Soares, Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 481/XI;

Assunto: [Favorecimento à Domusplanet S.A.?](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 482/XI;

Assunto: [Encerramento do balcão da CGD no Parque Atlântico](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.02 – N.º 483/XI;

Assunto: [Rede Viária do Faial](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.07 – N.º 484/XI;

Assunto: [SINAGA](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.02 – N.º 485/XI;

Assunto: [Trilhos do Faial](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.07 – N.º 486/XI;

Assunto: [Postes de eletricidade de São Jorge](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.05 – N.º 487/XI;

Assunto: [Estação Geodésica na ilha das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 07 – 09
Referência: 54.04.08 – N.º 488/XI;

Assunto: [Parque Arqueológico do Slavonia](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 489/XI;

Assunto: [Explorações afetadas pela seca nas Flores](#)

Autores: Bruno Belo e António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09

Referência: 54.03.08 – N.º 490/XI;

Assunto: [Fábrica de Santa Catarina de São Jorge](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10

Referência: 54.04.05 – N.º 491/XI;

Assunto: [Falta de enfermeiros no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10

Referência: 54.01.03 – N.º 492/XI;

Assunto: [Escassez de lapas na costa da ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 13

Referência: 54.04.05 – N.º 493/XI.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Acidente com o navio “Mestre Simão” no porto da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 421/XI;

Assunto: [Cancelamentos da escala de navios de cruzeiro no porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 425/XI;

Assunto: [Ponto da situação da revisão da carreira do corpo de guardas florestais dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 436/XI;

Assunto: [Novo Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 19

Referência: 54.04.06 – N.º 457/XI;

Assunto: [Cortes no programa Estagiar U](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 435/XI;

Assunto: [Comissão coordenadora para os arquivos da Região Autónoma dos Açores – Plano de atividades triénio 2015-2017](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25

Referência: 54.01.00 – N.º 450/XI;

Assunto: [Substituição da grua do porto de Ponta Delgada na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 03

Referência: 54.04.08 – N.º 462/XI;

Assunto: [Sedes da APEDA e da APASA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 466/XI;

Assunto: [Casa do Parque Natural das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 460/XI;

Assunto: [Selagem da lixeira de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 461/XI;

Assunto: [Transparência, lealdade, honestidade e respeito com os trabalhadores da RIAC](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 437/XI;

Assunto: [Azores Business Center](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 16

Referência: 54.03.03 – N.º 418/XI;

Assunto: [Proposta enviada ao Governo da República para a criação do Azores Business Center](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 65/XI;

Assunto: [Encerramento do Balcão da CGD no Parque Atlântico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 16

Referência: 54.04.02 – N.º 483/XI;

Assunto: [Segurança nas estradas da ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17

Referência: 54.03.06 – N.º 452/XI;

Assunto: [Conservação da ER 1-2 na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17

Referência: 54.04.05 – N.º 455/XI.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto – Contra a Posição Centralista e anti Autonomista dos Deputados do PSD à Assembleia da República

Proveniência: Gabinete do 1.º Ministro

Data de Entrada: 2018 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a requerer que a Anteposta de Lei n.º 3/XI que altera a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, seja retirada da (CEVERA) e enviada para a Comissão competente.

Proveniência: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a requerer que a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 85/XI - Recomenda ao governo a disponibilização de ensino de LGP a alunos e alunas ouvintes e a criação de um grupo de recrutamento para docentes de LGP;

Proveniência: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 15;

Assunto: Ofício a acusar a receção dos Votos de Congratulação – Pelo 3.º Centenário da Fundação da Confraria de Nossa Senhora da Conceição e 30.º aniversário da elevação a Santuário, bem como, pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico

Proveniência: Diocese de Angra

Data de Entrada: 2018 – 06 – 20;

Assunto: Ofício n.º 1060-ST, a enviar remessa de relatório sobre verificação interna de conta de gerência

- Relatório n.º 13/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-415VIC3) – Direção Regional da Ciência e Tecnologia

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 06 – 20;

Assunto: Email a remeter o Parecer do Conselho de Opinião da RTP, SA sobre o Relatório e Contas de 2017

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25;

Assunto: Email a remeter documentos discutidos na última reunião (dia 20 p.p.) do Conselho de Opinião da RTP, SA

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2018 – 06 – 25;

Assunto: Ofício n.º 26, de 14 de junho de 2018 a informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018 – “Quinta alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores”, devidamente assinado, foi enviado para publicação em Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe de Gabinete, de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 06 – 26;

Assunto: Ofício Sai-SRAPAP/2018/279, a enviar o Relatório com as Demonstrações Financeiras, respeitante ao 1.º trimestre de 2018, das empresas do setor público empresarial regional.

Proveniência: Lina Freitas, Chefe de Gabinete do SRAPAP.

Data de Entrada: 2018 – 06 – 29;

Assunto: Ofício Sai-SRAPAP/2018/280, a enviar o Despacho Normativo n.º 12/2018, de 27 de junho

- Conta Provisória da Região Autónoma dos Açores, respeitante ao 1.º trimestre de 2018.

Proveniência: Lina Freitas, Chefe de Gabinete do SRAPAP.

Data de Entrada: 2018 – 07 – 02;

Assunto: Ofício n.º 1161-ST, a enviar remessa de relatório sobre auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo

- Relatório n.º 03/2018-FC/SRATC (Ação n.º 17-201FC1)

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04;

Assunto: Ofício n.º 1161-ST, a enviar remessa de relatório sobre Associação de Municípios do Triângulo

- Relatório n.º 14/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-411VIC3)

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04;

Assunto: Ofício n.º 1161-ST, a enviar remessa de relatório sobre freguesia de Santo António - Relatório n.º 15/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-421VIC3)

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 07 – 04;

Assunto: Ofício n.º 28 do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores a informar que, a 2 de julho de 2018, foram enviados para publicação, devidamente assinados, em Diário da República os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 6 e 7/2018

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete

Data de Entrada: 2018 – 07 – 06;

Assunto: Ofício Gp 0661-XI a solicitar o agendamento de uma interpelação ao Governo Regional sobre “O estado da Região ao nível político, económico e social”

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09;

Assunto: Requerimento a solicitar o agendamento de um Debate de Urgência sobre educação e reivindicações dos docentes

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10;

Assunto: Ofício n.º 6065/2018 a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º

27/2018 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027”

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2018 – 07 – 11;

Assunto: Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas a enviar o relatório 07/2018, “Evolução orçamental até ao final do 1.º trimestre de 2018”

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento do Projeto de Resolução n.º 92/XI – Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente, para o período legislativo de julho de 2018

Proveniência: Zuraída Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Data de Entrada: 2018 – 07 – 13;

Assunto: Ofício a informar que se pretende a nomeação do Dr. António Luís Gusmão Teixeira para a presidência do Conselho de Administração da SATA, SGPS

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Governo da RAA

Data de Entrada: 2018 – 07 – 16;

Assunto: Ofício a remeter o Voto de Congratulação – Comemorações do dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas

Proveniência: Francisco Pacheco Rego Costa, Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17

11 – Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de julho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 178/XI-AR - Proposta de Lei n.º 135/XIII/3.ª \(ALRAM\) que procede à primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que regula a audição dos Órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 20;

Assunto: [Audição n.º 171/XI-AR - Projeto de Lei n.º 897/XIII/3.ª \(PAN\) que altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 26;

Assunto: [Audição n.º 174/XI-AR - Projeto de Lei n.º 903/XIII/3.ª \(BE\) que reverte os cortes introduzidos pelo governo PSD/CDS nos dias de férias, no descanso compensatório, no acréscimo remuneratório devido por trabalho](#)

[suplementar e consagra a terça-feira de carnaval como feriado obrigatório \(14.^a alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Audição n.º 175/XI-AR - Projeto de Lei n.º 909/XIII/3.^a \(PEV\) que consagra o direito a 25 dias de férias anuais \(14.^a alteração ao Código de Trabalho\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Audição n.º 176/XI-AR - Proposta de Lei n.º 136/XIII/3.^a \(GOV\) que altera o Código de Trabalho, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XI que Cria o Paleoparque de Santa Maria](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 07 – 12;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 9/XI - 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 07 – 12;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de julho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de julho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 161/XI-AR - Proposta de Lei n.º 113/XIII/3.ª \(GOV\) que altera o regime jurídico do associativismo jovem](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 06 – 15;

Assunto: [Petição n.º 20/XI – Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com a duração superior aos 34 anos que a lei preconiza](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Petição n.º 21/XI – Contra a discriminação e o prejuízo resultantes da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Audição n.º 167/XI-AR - Projeto de Lei n.º 892/XIII/3.ª \(BE\) que impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte a animais](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 07 – 02;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 70/XI - Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias para que as unidades da Região recuperem a gestão dos refeitórios e cantinas e a conseqüente confeção das refeições escolares](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 79/XI - Estudo sobre a Violência Doméstica e de Género na RAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 07 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 86/XI - Alargamento da participação de cada jovem no Programa Bento de Góis](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de julho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 16;

Assunto: [Audição n.º 162/XI-AR - Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.ª \(GOV\) que procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 18;

Assunto: [Audição n.º 160/XI-AR - Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.ª \(GOV\) que autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas \(UE\) 2015/2436 e \(EU\) 2016/943](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 18;

Assunto: [Audição n.º 82/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que consagra o estatuto da agricultura familiar - MAFR - \(Reg. DL 165/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 18;

Assunto: [Audição n.º 83/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em LED - PCM - \(Reg. DL 192/2018\).](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 18;

Assunto: [Audição n.º 170/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1654/XIII/3.^a \(PSD\) – Pela revitalização das azenhas da Aigualva](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 26;

Assunto: [Grupo de Trabalho – Acompanhamento, análise e avaliação do impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da Cofaco, na ilha do Pico](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 27;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XI – Regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 28;

Assunto: [Audição n.º 85/XI-GR - Projeto de Proposta de Lei que autoriza a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da pesca comercial marítima - PCM - \(Reg. DL 210/2018\).](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 03;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 4/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 77/XI – Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 12;

Assunto: [Audição n.º 183/XI-AR – Projeto de Resolução n.º 1752/XIII/3.^a \(PCP\) - Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 186/XI-AR – Projeto de Resolução n.º 1762/XIII/3.^a \(PSD\) - Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 187/XI-AR – Projeto de Resolução n.º 1765/XIII/3.^a \(CDS-PP\) - Recomenda ao Governo a melhoria e ampliação do Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 188/XI-AR – Projeto de Resolução n.º 1766/XIII/3.^a \(PS\) - Ampliação da pista do Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Legislativa o Diário n.º 60 e as Separatas n.ºs 6 e 7.

A Redatora: Ana Machado

Transcrição efetuada por: Renata Costa